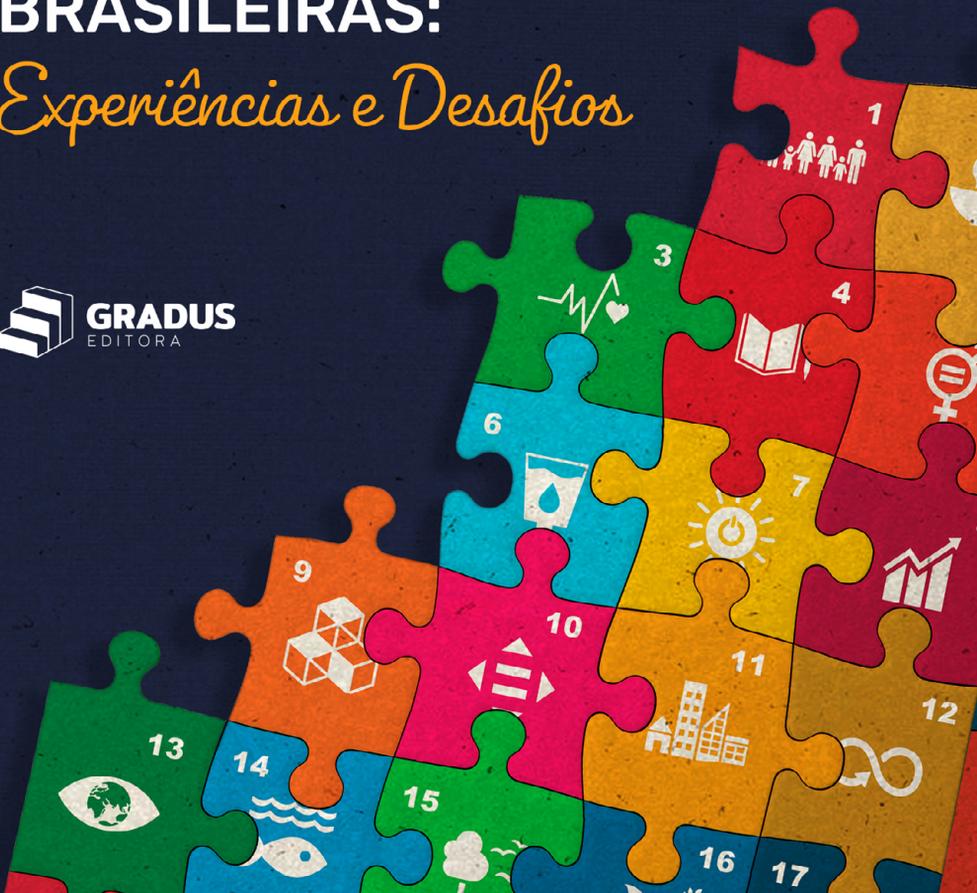


Paula Gonçalves Serafini
Jéssica Moraes de Moura
(Organizadoras)

INTEGRANDO OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS:

Experiências e Desafios



SERAFINI, P. G.; MOURA, J. M. (Orgs). Integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Universidades Brasileiras: Experiências e Desafios. 1ª Ed: Gradus Editora. Bauru, São Paulo. 2021.

FICHA TÉCNICA

Editor-chefe

Lucas Almeida Dias

Projeto gráfico

Paulo Ricardo Cavalcante da Silva

Diagramação

Tatiane Santos Galheiro

Revisão

Jancen Sérgio Lima de Oliveira

Comitê Editorial Científico – Gradus Editora 2020/2021

Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana Dos Santos

Dra. Cintya de Oliveira Souza

Dra. Ana Cláudia Bortolozzi

Dra. Andreia de Bem Machado

Dra. Manuela Costa Melo

Dr. Carlos Gomes de Castro

Dra. Ana Beatriz Duarte Vieira

Dra. Janaína Muniz Picolo

Dr. Yan Corrêa Rodrigues

Dr. Thiago Henrique Omena

Dr. Luís Rafael Araújo Corrêa

Dr. Fábio Roger Vasconcelos

Dr. Leandro Antônio dos Santos

Dr. Gustavo Schmitt

Dra. Renata Cristina Lopes Andrade

Dra. Daniela Marques Saccaro

Dra. Gladys del Carmen Medina Morales

Dra. Márcia Lopes Reis



**Paula Gonçalves Serafini
Jéssica Morais de Moura**
(Organizadoras)

INTEGRANDO OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS:

Experiências e Desafios



GRADUS
EDITORA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em
Universidades Brasileiras: Experiências e Desafios. / organizadores,
SERAFINI, P. G.; MOURA, J. M.
Bauru, SP: Gradus Editora, 2021.
178p.. : il. (algumas color.); PDF.

Inclui bibliografias.

978-65-88496-64-0

1. Desenvolvimento Sustentável 2. Universidades 3. Experiências

CDD
550.00

Sumário

Prefácio.....	7
----------------------	----------

Ângela Maria Paiva Cruz

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e educação para a sustentabilidade nas universidades: avanços ou atrasos?	11
---	-----------

Walter Leal Filho, Chris Shiel, Arminda Paço, Mark Mifsud, Lucas Veiga Avila, Luciana Londero Brandli, Petra Molthan-Hill, Paul Pace, Ulisses M. Azeiteiro, Valeria Ruiz Vargas, Sandra Caeiro, Amanda Lange Salvia e Barbara Fritzen

Panorama da integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em universidades federais brasileiras	39
--	-----------

Paula Gonçalves Serafini, Jéssica Moraes de Moura e Júlio Francisco Dantas Rezende

A educação e o desenvolvimento sustentável: da Conferência de Estocolmo à Agenda 2030	85
--	-----------

Luciana de Figueirêdo Lopes Lucena

Integrando os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável à universidade: uma experiência na Universidade de Passo Fundo/Brasil	99
---	-----------

Luciana Londero Brandli e Janáina Mazutti

Análise retrospectiva das atividades relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Universidade Federal do Espírito Santo117

Elaine Cristina Gomes da Silva, Thiago Araújo Dantas, Lucas José Teodoro Lobato e Fernando Dangremon Viana

A implementação da Agenda 2030 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul137

Leticia de Barros Solano e Leonardo Chaves de Carvalho

Desafios de integrar os ODS e as práticas de extensão universitária nos grupos do programa de educação tutorial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.....153

Maria Beatriz de Mendonça Gois, Marina Moura Lima, Matheus Henrique Silva Santos, Pedro Paulo Pinheiro Moura, Ammary Virgínia da Silva Moura, Ângela Tavares de Oliveira, Antônio Matheus Lima Bezerra, Davi Finamori Lopes Feitosa, Douglas Fernandes e Silva Ferreira, Gabriel Oliveira Costa, João Victor de Souza Torres, Maria Luiza Pedrosa Lima Oliveira, Matheus Diogenes Brito de Lima, Nathália Adelayde Loureiro, Vitória Katherine do Nascimento e Andréa Oliveira Nunes

Rede Ágora: pensar global e agir local pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável167

Isabella Pearce de Carvalho Monteiro e Aline de Almeida Silva Sousa

PREFÁCIO

O convite, feito pelas estudantes e pesquisadoras Paula Serafini e Jéssica Moraes de Moura, da UFRN, para fazer o prefácio do livro “Integrando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em universidades brasileiras: experiências e desafios”, deixou-me feliz e muito entusiasmada. Estado de felicidade, por constatar que a Agenda 2030 – com seus 17 ODS, metas, indicadores e estratégias – está sendo objeto de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da UFRN e de outras instituições; e de entusiasmo, por apresentar um livro com artigos de autores de diversas regiões do país, evidenciando de pronto que a internalização e a interiorização da Agenda estão em curso no Brasil, em alguns setores.

As organizadoras Paula Serafini e Jessica Moraes de Moura são fundadoras do Projeto Práticas ODS, que objetiva compartilhar conhecimentos e estratégias de implementação e disseminação da Agenda 2030. Neste livro, elas trazem ao público oito artigos com estudos de casos e práticas realizados em universidades e por uma organização da sociedade civil, cujos planejamentos estão alinhados, em diferentes formas, aos ODS.

Essa produção acerca dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável é resultante de um conjunto de normativos e decisões governamentais e institucionais, nos mais diversos níveis e setores. A partir da adesão do Estado Brasileiro à Agenda 2030, em 2015, como país membro da Organização das Nações Unidas (ONU), houve a necessidade de se estabelecerem os mecanismos de negociação, de internalização e de sua implementação no nível nacional e subnacional.

Para isso, foi publicado, em 2016, o Decreto nº 8.892/2016 que estabeleceu a Comissão Nacional para os ODS (CNODS) como instância de governança, prevendo a participação governamental e da sociedade civil de forma paritária. Na Comissão, constituída de

dezesseis membros, conforme Portaria nº 38/2017, as universidades federais foram representadas pela Associação dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), qualificada por meio de edital nacional que estabelecia os requisitos de participação. A decisão da Andifes de contribuir em todas as etapas de implementação da Agenda decorre naturalmente da responsabilidade social das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) –que ela representa–, considerando o desenvolvimento regional que elas promovem, a educação pública, de qualidade e inclusiva que ofertam, e a produção de ciência e tecnologia visando à sustentabilidade no sentido mais amplo.

Até 2019, quando a comissão foi extinta (Decreto nº 9.759/2019), a Andifes discutiu e disseminou a Agenda 2030 nos seus fóruns internos, na Conferência Regional da Educação Superior para a América Latina e o Caribe (CRES 2018), dentro e fora do Brasil. Especialmente no seu Fórum de Pró-reitores de Planejamento, foi proposto que o planejamento estratégico das universidades fizesse a vinculação de metas e indicadores aos ODS. Mesmo na ausência de uma coordenação nacional da Agenda com efetiva participação social, a Andifes, as universidades, os governos, as empresas e a sociedade civil não abriram mão das diretrizes de sustentabilidade dessa Agenda, que se desenham nos planos institucionais, na atuação de cada cidadão, realizam-se nos territórios e têm abrangência global.

O conteúdo do livro traz uma agradável constatação: a Agenda não é só governamental; ela deve ser assumida pelas instituições, organizações de todos os setores e pelas pessoas. Na leitura, podem ser encontrados vários projetos e práticas que corroboram essa afirmação.

O leitor poderá se interessar pela leitura apenas para perscrutar as escolhas possíveis dos planejadores nas organizações e nas comunidades e dos cidadãos. Sob outra ótica, pode ser encontrada uma fotografia dos projetos e práticas visando à integração dos ODS

aos planos institucionais e coletivos, a partir de pesquisas realizadas pelos autores.

O livro traz, no primeiro artigo, uma pesquisa realizada em universidades de vários países do mundo, analisando avanços e atrasos na relação entre os compromissos com a Agenda 2030 e a adoção de uma Educação para a Sustentabilidade. O segundo artigo aponta resultados de pesquisa realizada nas universidades federais que evidenciam a integração em diferentes percentuais e formas dos projetos e planos voltados aos ODS.

Os cinco artigos seguintes apresentam resultados diferenciados de integração das diretrizes de sustentabilidade da Agenda nas atividades de gestão e governança, de ensino, de pesquisa ou de extensão, em universidades federais brasileiras e na Universidade de Passo Fundo/RS, esta que se caracteriza como instituição comunitária. Já o último artigo ilustra como a Rede Ágora (instituída no Maranhão) – uma organização da sociedade civil – pode trazer grandes contribuições para o desenvolvimento sustentável, conforme preconizado nas agendas globais.

Em resumo, este livro expressa, de forma geral, a relevância e a necessidade da pesquisa sobre os níveis dos avanços na integração dos ODS aos compromissos das instituições, no Brasil e em outros países. De forma estrita, aponta caminhos para que a universidade formule planos e projetos que priorizem a educação para o desenvolvimento sustentável. Ler sobre o que as pessoas podem fazer pelo planeta e pela prosperidade, por meio de parcerias, buscando a paz, é uma oportunidade trazida por esta obra, editada pela Gradus Editora e organizada pelas estudantes Paula e Jéssica, pesquisadoras motivadas pela adesão da UFRN à Agenda 2030 e engajadas na sua disseminação no país!

Ângela Maria Paiva Cruz
Assessora Especial da UFRN
Reitora da UFRN (2011-2019)



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE NAS UNIVERSIDADES: AVANÇOS OU ATRASOS?

Walter Leal Filho¹

Chris Shiel²

Arminda Paço³

Mark Mifsud⁴

Lucas Veiga Avila⁵

Luciana Londero Brandli⁶

Petra Molthan-Hill⁷

Paul Pace⁸

Ulisses M. Azeiteiro⁹

Valeria Ruiz Vargas¹⁰

¹Hamburg University of Applied Sciences – E-mail: walter.leal2@haw-hamburg.de - <https://orcid.org/0000-0002-1241-5225> - <http://lattes.cnpq.br/3257509651888199>

²Bournemouth University – E-mail: cshiel@bournemouth.ac.uk - <https://orcid.org/0000-0002-4516-619X>

³University of Beira Interior – E-mail: apaco@ubi.pt - <https://orcid.org/0000-0002-2806-4247>.

⁴University of Malta – E-mail: mark.c.mifsud@um.edu.mt - <https://orcid.org/0000-0001-7050-9169>

⁵Federal University of Santa Maria – E-mail: lucas.avila@ufsm.br - <https://orcid.org/0000-0003-1502-258X> - <http://lattes.cnpq.br/9859670993729250>

⁶University of Passo Fundo – E-mail: brandli@upf.br - <https://orcid.org/0000-0002-0763-7149>, <http://lattes.cnpq.br/4109261310326480>

⁷Nottingham Trent University – E-mail: petra.molthan-hill@ntu.ac.uk - <https://orcid.org/0000-0002-4425-1800>

⁸University of Malta – E-mail: paul.j.pace@um.edu.mt - <https://orcid.org/0000-0002-9532-1450>

⁹University of Aveiro – E-mail: ulisses@ua.pt - <https://orcid.org/0000-0002-5252-1700>

¹⁰Manchester Metropolitan University – E-mail: V.Vargas@mmu.ac.uk - <https://orcid.org/0000-0002-0008-0747>

Sandra Caeiro¹¹

Amanda Lange Salvia¹²

Barbara Fritzen¹³

INTRODUÇÃO

Os conhecidos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um conjunto universal de metas e indicadores que foram adotados em 2015 e abordam temáticas que vão desde pobreza e desigualdade, passando por questões econômicas e de infraestrutura, até mudança climática, consumo sustentável, paz e justiça. Como parte da Agenda 2030, os ODS sucedem e expandem os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que atuaram de 2001 a 2015 (SACHS, 2012) e foram considerados metas a serem alcançadas pelos países pobres, com o apoio financeiro dos mais ricos. Enquanto os ODM se concentraram principalmente em pobreza e saúde, os ODS abrangem uma série de novas áreas.

A implementação dos ODS promove novas oportunidades para as instituições de ensino superior, especialmente para avaliar seu desempenho e capacitação (SHIEL et al., 2015). De acordo com o SDSN (2017), o papel das universidades em relação à implementação dos ODS está relacionado às suas atividades de ensino e aprendizagem; portanto, fornecer aos alunos habilidades para avaliar ações que promovem ou impedem o alcance dos ODS se torna uma especialização profissional importante. Os ODS oferecem uma oportunidade de promover a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) (SHIEL et al., 2019), definida como um processo de aprendizagem (ou

¹¹Universidade Aberta – E-mail: scaeiro@uab.pt - <https://orcid.org/0000-0002-6079-3554>

¹²University of Passo Fundo – E-mail: amandasalvia@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-4549-7685>, <http://lattes.cnpq.br/0068831083765241>

¹³University of Passo Fundo – E-mail: barbara.m.fritzen@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-0346-1270>, <http://lattes.cnpq.br/2090148436468180>

abordagem de ensino) com base em ideais e princípios que preparam pessoas para planejar, enfrentar e encontrar soluções para questões que ameaçam a sustentabilidade do nosso planeta (UNESCO, 2005).

Apesar de muitas definições de EDS terem surgido ao longo dos anos, Wals (2009) considera que essas diferentes abordagens são importantes para garantir que a EDS se desenvolva de forma localmente relevante e culturalmente apropriada. Isso significa que não é necessário buscar consenso sobre o significado de EDS, mas sim buscar consenso em torno de uma série de princípios-chave que abrangem o escopo, propósito e prática da ESD.

Há um consenso de que a natureza holística da EDS permitiu que se tornasse uma ferramenta importante para os ODM (WALS, 2009), e este papel é também reconhecido nos ODS. A educação tornou-se central para a realização da Agenda 2030: sendo reconhecida como uma meta autônoma (ODS 4), bem como mencionada em metas de cinco objetivos e, mais importante, está vinculada a quase todos os outros ODS de uma forma ou outra (UNESCO, 2017a).

Embora haja literatura substancial em relação a EDS, ainda há uma lacuna de pesquisa sobre como a inclusão dos ODS no contexto das atividades das universidades, visto o potencial dessa temática. Neste contexto, este artigo visa explorar as inúmeras vantagens que a introdução dos ODS no ensino pode promover, servindo como um catalisador para inspirar o engajamento de alunos de Instituições de Ensino Superior (IES) com os conceitos de sustentabilidade.

Universidades e os ODS

Os ODS representam um compromisso ambicioso e positivo para a sustentabilidade em todo o mundo e contribuirão para garantir um legado para as futuras gerações. Para que estes objetivos sejam alcançados, vários atores precisam estar engajados em tomar ações

como parte de um processo de longo prazo para fomentar mudanças (United Nations, 2015).

Os objetivos globais têm o potencial de resultar em uma mudança de paradigma para o ensino, aprendizagem e compreensão da sustentabilidade, como núcleo para o modelo de funcionamento (PRME, 2015). Isso pode melhorar a educação e beneficiar alunos e instituições. Além disso, o engajamento de professores no ensino da sustentabilidade reforça seu papel como educadores (LAZZARINI et al., 2018). Incorporar os ODS em todo o currículo irá contribuir não apenas para aumentar o capital humano, mas também aumentará o número de agentes promovendo ações de sustentabilidade e gerando um impacto significativo na garantia do cumprimento dos objetivos e de um futuro melhor (LEAL FILHO et al., 2018a,b)

No âmbito da estrutura dos ODS, a educação é reconhecida especificamente pelo ODS 4 (Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos) e suas 10 metas (DLOUH; POSPÍLOVÁ, 2018). Algumas das metas dentro deste objetivo claramente exigem ação das universidades, assim como muitas outras têm relação direta com atividades de ensino e aprendizagem na IES. Nestes termos, a educação é reconhecida como uma importante força motriz no alinhamento da sociedade com os ODS. Por isso, os cidadãos devem ser educados de forma adequada, desenvolvendo seu engajamento na sociedade. De acordo com Annan-Diab e Molinari (2017), a promoção de uma educação de qualidade é crucial para melhorar a vida dos cidadãos e promover o desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, Mader e Rammel (2015) sugerem que a pesquisa baseada no conhecimento criado por universidades é crucial para todos os objetivos, mas, em sua opinião, os ODSs mais relacionados são o 4, 9, 12, 16 e 17. No entanto, apesar do destaque a estes cinco objetivos, é importante reforçar que todos os alunos precisam entender as implicações de toda a Agenda, desenvolvendo conhecimentos

e habilidades necessárias para viver de forma sustentável. Uma educação que não prepara os alunos para o contexto global e um futuro que é incerto pode ser considerada inadequada; e uma educação que aborda os ODS traz benefícios para o aprendiz (MADER; RAMMEL, 2015).

No cenário ideal, o processo de educação universitária (curricular, extracurricular e co-curricular) deve abordar todos os ODS diretamente; todos os programas precisam habilitar os alunos a considerar as questões levantadas pela sustentabilidade, não apenas no contexto de suas disciplinas, mas também em um nível mais geral, como cidadãos que serão impactados e terão impacto. Disciplinas específicas podem dar uma contribuição mais aprofundada para objetivos específicos (por exemplo, 'água e saneamento' – ODS 6, pode se alinhar mais com a ciência do meio ambiente; da mesma forma, 'saúde e bem-estar' – ODS 3, sugere maior destaque nas ciências da saúde), porém todos os objetivos precisam de alguma consideração por todos os professores e alunos para que haja progresso.

Em resumo, os benefícios das universidades que se engajam com os ODS são, em grande parte, relacionados ao impacto que isso terá na sociedade. As universidades têm o dever moral de contribuir para a sociedade em que se encontram; uma sociedade saudável retribui com benefícios para a instituição, funcionários e alunos. Se as universidades desempenharem um papel educativo importante nesta agenda, então os ODS terão maiores chances de serem bem sucedidos, particularmente porque o ensino superior sustenta as metas de desenvolvimento (Association of Commonwealth Universities - ACU, 2015). A oportunidade que os ODS apresentam para transformar o currículo (embora essa transformação possa desafiar as formas existentes de pensar e organizar) pode render mais benefícios no que diz respeito à qualidade do aprendizado e ao aprimoramento da experiência do aluno. Por sua vez, esses benefícios contribuem para um círculo virtuoso, em que os esforços iniciais para enfrentar

os desafios são recompensados por melhores formas de trabalhar e aprender, visando uma oferta educativa mais atraente apela para futuros estudantes, mas também para empregadores no qual os resultados da graduação são mais apropriados para um contexto global sustentável (UNESCO, 2017b).

É claro que as universidades precisam se alinhar com a agenda de desenvolvimento e explorar maneiras de servir como um mecanismo para alcançar os ODS (Association of Commonwealth Universities, 2015), no entanto, quantas estão realmente fazendo isso? Além disso, de que forma este envolvimento tem ocorrido? Todos os ODS têm sido promovidos, ou apenas alguns? Tais questões constituem a base da pesquisa apresentada neste capítulo e apoiam o objetivo de explorar como as universidades estão adotando os ODS.

METODOLOGIA

Um questionário foi desenvolvido para coletar dados sobre a situação atual do ensino dos ODS e de EDS nas universidades. O primeiro conjunto de perguntas foi cuidadosamente revisado pelos autores para minimizar redundâncias e garantir que todas as questões relevantes fossem consideradas. O questionário passou por uma fase de pré-teste com um painel de acadêmicos da área da sustentabilidade em diferentes universidades. O feedback fornecido foi utilizado para melhorar o instrumento de coleta de dados.

O questionário foi, então, convertido em uma ferramenta online para ampla distribuição e para coletar respostas internacionalmente. O instrumento de pesquisa consistiu em 9 questões (sete fechadas e duas abertas), sendo estruturado para avaliar o grau de prioridade dado aos ODS no processo de ensino e aprendizagem, quais ODS os respondentes têm desenvolvido em seu ensino, os recursos colocados à sua disposição, o seu posicionamento estratégico na universidade, até que ponto as questões dos ODS estão sendo ensinadas (ou não), e

como os respondentes avaliam a ênfase futura a ser dada aos ODS no currículo de suas universidades. Logo, para realizar a proposta aqui descrita, a coleta de respostas ocorreu entre junho e julho de 2017 via Google Forms.

O questionário foi disseminado via e-mail para os seguintes grupos seguindo amostragem não-probabilística (SAUNDERS et al., 2007): reitores e gestores de diversas universidades, incluindo as participantes do Green Sustainability Metrics 2016; autores de publicações sobre o tema “sustentabilidade nas universidades” identificados através do Web of Science no período de 2007 a 2016; participantes do World Symposium on Sustainable Development at Universities, ocorrido em setembro de 2016 no Massachusetts Institute Technology nos Estados Unidos; reitores de universidades públicas federais do Brasil; reitores de universidades públicas portuguesas; representantes de universidades participantes do Inter-University Sustainable Development Research Programme (IUSDRP), dentre estes reitores, gestores de sustentabilidade, pesquisadores e professores; representantes de universidades participantes da Copernicus Alliance; reitores e gestores de escritórios de sustentabilidade em universidades participantes da Association for the Advancement of Sustainability in Higher Education (AASHE); membros da Environmental Association for Universities and Colleges (EAUC) e do grupo Sustainability in Higher Education Developers (SHED) do Reino Unido. Um total de 167 respostas foram recebidas e analisadas. Os resultados envolveram participantes de 17 países distribuídos nos cinco continentes: 32% da Europa, 23% da África, 14% da Ásia, 14% da América do Sul, 11% da América do Norte e 6% da Oceania. Com relação ao gênero dos participantes, 57% identificou-se como do sexo masculino e 43% do sexo feminino.

Através da amostra foi possível identificar um perfil das tendências atuais da população convidada a participar, ou seja, os principais autores mundiais e administradores de pesquisa nas

instituições de ensino superior no tópico de sustentabilidade nas universidades.

Nas questões fechadas, análises estatísticas foram aplicadas (por percentagens e frequências). Nas questões abertas, foi desenvolvida uma análise de conteúdo de acordo com Bardin (1977): categorias foram identificadas e posteriormente quantificadas como porcentagens.

RESULTADOS

Os principais resultados encontrados são agrupados de acordo com dois tópicos principais. Primeiramente, os resultados foram apresentados relacionando-os com as abordagens gerais adotadas pelas instituições de ensino superior para incorporar os ODS no currículo. Na sequência, as respostas das perguntas abertas foram cuidadosamente analisadas, a fim de compreender como os respondentes haviam integrado os ODS em seu processo de aprendizagem, destacando principalmente a frequência de ensino e métodos utilizados.

Abordagens para incorporar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas universidades

Os resultados acerca da conscientização e conhecimento dos ODS demonstram que a maioria dos respondentes têm plena consciência (78%). Entretanto, quando indagados sobre a aplicação dos ODS no ensino, os números diminuem: apenas 32% aplicam integralmente os ODS em suas atividades universitárias. 40% parcialmente aplicam, 11% aplicam minimamente e 18% não aplicam.

Quando os respondentes são questionados sobre a integração dos ODS nem suas Instituições de Ensino Superior, 96% concorda que

cada estudante deveria conhecer os ODS; 92% concordam que os ODS deveriam fazer parte do currículo base; 77% concordam que a escolha de um ou mais ODS para o ensino deveria ser individual; 97% concorda que deveria haver um comprometimento institucional em abordar um ou mais ODS. Este resultado contrasta nitidamente com a adoção atual dos ODS nas universidades: apenas 43% indicaram que sua IES adotou a decisão estratégica de incorporar os ODS em seus currículos.

Nada obstante, metas individuais têm sido incorporadas no ensino. A Tabela 1 demonstra quais ODS têm sido abordados no ensino por continente. Nesta questão, os respondentes podiam indicar mais de um ODS.

Tabela 1. ODS abordados no ensino por continente

	América do Norte	América do Sul	África	Ásia	Oceania	Europa
ODS 1	53%	39%	39%	52%	50%	28%
ODS 2	58%	30%	37%	35%	70%	28%
ODS 3	79%	30%	37%	65%	50%	41%
ODS 4	47%	74%	53%	65%	50%	46%
ODS 5	63%	30%	26%	57%	50%	37%
ODS 6	63%	53%	47%	52%	70%	35%
ODS 7	63%	57%	37%	52%	60%	37%
ODS 8	47%	43%	29%	39%	60%	20%
ODS 9	47%	53%	32%	43%	50%	37%
ODS 10	53%	39%	26%	48%	60%	31%
ODS 11	68%	57%	45%	48%	50%	56%
ODS 12	68%	53%	34%	57%	50%	52%
ODS 13	68%	53%	39%	39%	60%	59%
ODS 14	53%	17%	19%	35%	60%	33%
ODS 15	53%	22%	21%	35%	60%	33%
ODS 16	53%	26%	26%	52%	60%	26%
ODS 17	37%	35%	34%	52%	60%	37%

Fonte: elaborada pelos autores.

Na América do Norte, com o total de 19 respondentes, o ODS 3 teve 79% de indicações, seguido dos ODS 11, 12 e 13 com 63%. Na América do Sul, 23 respondentes indicaram uma maior atenção ao ODS 4 – educação de qualidade (74%), seguido dos ODS 11, 12 e 13.

O continente africano apresentou 38 respondentes cujo ensino aborda os ODS 4, 6 e 11. A Ásia, com 23 respondentes, indicou mais atenção relacionada aos ODS 3 e 4. Na Oceania, com dez respondentes, a maior ênfase demonstra o ensino voltado aos ODS 2 e 6, ambos com 70%. Na Europa, com 54 respondentes, 54% das ações têm se voltado ao ODS 13 – ações climáticas.

A partir de uma perspectiva global (Tabela 2), a abordagem de diferentes ODS pelas universidades está balanceada, embora o ODS 13 – ações climáticas (66%), ODS 11 – cidades e comunidades sustentáveis (64%) e o ODS 4 – educação de qualidade (62%) são ODS que se destacam dos demais.

Os respondentes que têm a intenção de incluir os ODS em suas práticas de ensino sinalizaram os motivos pelos quais muitas vezes não realizam esta inserção. As razões mencionadas são falta de treinamento (16%), oportunidades restritas (15%), escassez de material (11%), limitação de tempo (8%), dentre outros (47%).

Tabela 2. Abordagem dos ODS nas universidades investigadas

ODS	Número de IES	%
1. Erradicação da pobreza	66	47%
2. Fome zero e agricultura sustentável	61	44%
3. Saúde e bem-estar	79	56%
4. Educação de qualidade	87	62%
5. Igualdade de gênero	66	47%
6. Água potável e saneamento	79	56%
7. Energia acessível e limpa	77	55%
8. Trabalho decente e crescimento econômico	56	40%
9. Indústria, inovação e infraestrutura	67	48%
10. Redução das desigualdades	61	44%

11. Cidades e comunidades sustentáveis	90	64%
12. Consumo e produção responsáveis	79	56%
13. Ação contra a mudança do clima	92	66%
14. Vida na água	53	38%
15. Vida terrestre	53	38%
16. Paz, justiça e instituições eficazes	58	41%
17. Parcerias e meios de implementação	65	46%

Fonte: elaborada pelos autores.

Dentre outros motivos, os respondentes não parecem ter certeza sobre a forma adequada de integrar os ODS em seus cursos. Muitos respondentes afirmam que os ODS não são aplicáveis, que há uma lacuna de ênfase na temática e que a maior parte dos ODS não são relevantes para alguns cursos específicos. Outra razão identificada, a qual justifica a anterior, é de que o currículo definido por comitês específicos, havendo limitações e falta de autonomia para alterações. Um dos respondentes comentou que os ODS não são considerados em sua instituição, uma vez que estes são relativamente novos (menos de um ano no momento da pesquisa).

Outras razões identificadas são lacuna de incentivos financeiros, falta de comprometimento governamental e falta de apoio institucional. Muitos respondentes reconhecem a necessidade de desprender maior atenção aos ODS, assim como este comentário afirma: “A disciplina que eu leciono é recente na faculdade. Eu nunca pensei em incluir os ODS, mas irei incluir para o próximo ano”.

A respeito das diferentes formas que as universidades têm adotado para incorporar os ODS, os respondentes apontaram as diferentes alternativas na mesma medida, não havendo um destaque para nenhuma das opções (Tabela 3). Nada obstante, “desenvolver parcerias para alcançar os ODS” teve o maior percentual de concordância integral (22%), comparado com “assegurar que todos os campi conheçam os ODS e reconheçam sua importância” o qual teve o maior percentual de discordância (39%).

Tabela 3. Possíveis formas de incorporar os ODS nas universidades, de acordo com a amostra pesquisada

Formas de incorporar os ODS nas IES	Sim, integralmente	Sim, parcialmente	Sim, um pouco	Não
Assegurar que todos os campi tenham ciência do que são ODS e sua importância	13%	27%	21%	39%
Incorporar os ODS no currículo	10%	32%	27%	30%
Incorporar os ODS nos trabalhos acadêmicos/ discussões/ palestras	16%	24%	36%	24%
Estudantes explorar possíveis soluções através de projetos de extensão	18%	28%	34%	20%
Trabalhar sobre os ODS em sua própria instituição	19%	33%	30%	18%
Fazer uso dos ODS como guia de priorização e impacto de pesquisa	19%	23%	33%	25%
Desenvolver parcerias para avançar nos ODS e suas metas	22%	20%	31%	27%
Relatar seus esforços e impactos com relação aos ODS	14%	21%	28%	37%

Fonte: elaborada pelos autores.

Com relação à ênfase futura nos ODS no currículo acadêmico, 45% dos respondentes observam que este tópico vem aumentando, 42% acreditam que a abordagem da temática tem aumentado um pouco, 11% observam que provavelmente não ocorrerão mudanças e apenas 2% acreditam que não aumentará a inserção dos ODS nos currículos das instituições.

Integração dos ODS no processo de aprendizagem nas Instituições de Ensino Superior

As formas que os ODS estão integrados no processo de aprendizagem nas IES foram exploradas através de uma questão aberta e foram analisadas quanto ao nível de combinação obtido com relação ao item 4.1: “não”, “sim, um pouco”, “sim, parcialmente” e “sim, integralmente”. As universidades que responderam negativamente, não responderam esta questão.

Um total de 146 respostas foram classificadas em 10 categorias de acordo com análise de conteúdo. As colocações revelaram que a integração dos ODS no processo de aprendizagem ocorre das seguintes formas: por meio do currículo (maneira formal); informalmente em palestras; em atividades de pesquisas; em atividades de extensão; palestras em conferências; cursos e capacitações; living labs; ações isoladas para estimular a mudança de comportamento; aplicação em programas de mestrado e doutorado; sem respostas ou respondentes que ainda não planejaram incorporar os ODS no ensino.

Os respondentes que relataram “sim, um pouco” para a integração dos ODS no ensino correspondem a 11% das universidades pesquisadas. O grupo indicou evidências de ações específicas por parte de alguns professores em suas palestras e as abordagens sobre sustentabilidade de uma forma mais ampla, não envolvendo diretamente os ODS.

Em geral, as ações não parecem se aprofundar no entendimento dos ODS. Ao invés disso, eles geralmente apresentam apenas uma ideia aos estudantes sobre o que os ODS são, conforme o seguinte comentário demonstra: “a universidade tem incorporado um curso sobre ODS. No entanto, os estudantes não estão familiarizados com os indicadores. Ao contrário, eles são requeridos a apenas conhecer superficialmente as metas”.

As categorias identificadas com pouca integração aos ODS são atividades de pesquisa (2%), cursos e capacitações (8%), currículo (15%) e palestras (49%). 26% identificaram não haver respostas.

Os respondentes que identificaram uma parcial integração dos ODS ao processo de ensino correspondem a 40% das universidades da amostra. A categoria mais comum refere-se a experiências em palestras (25%). Isso significa que a abordagem dos ODS é principalmente a iniciativa de professores ou palestras, não fazendo parte de uma estratégia curricular sistemática. Como um resultado, a maior parte dos ODS incorporados tem uma forte conexão com a área de interesse individual do respondente, como segue nas afirmações abaixo:

“...uma vez que minha área é energia, eu apenas trabalho com os ODS que tem uma conexão mais íntima com este tema”.

“Eu leciono “economia do desenvolvimento” e “desenvolvimento ecológico” a partir de perspectivas que envolvam uma avaliação crítica dos ODS. Eu também leciono um curso introdutório para calouros que fazem pesquisa na aplicabilidade dos ODS no México”.

“Eu tenho parcialmente integrado os ODS nas minhas aulas. Eu leciono em uma unidade de projeto que aborda regeneração urbana e comunidades sustentáveis”.

Um comentário sugeriu que algumas iniciativas relacionadas com a integração dos ODS no currículo (23% das afirmações) estão frutificando, como o comentário a seguir indica:

“Todos os estudantes da nossa escola (cerca de 1.000 alunos) – ambos de graduação e pós-graduação – estão expostos aos ODS no núcleo

do curso. Nós inclusive estivemos anunciando estes em toda a unidade acadêmica”.

Outras categorias de inclusão mencionadas pelo grupo foram conferências (4%), living labs (5%), cursos e capacitações (6,5%), pesquisa (8,5%), programas de mestrado e doutorado (9%) e extensão (como por exemplo eventos externos) com 14%. 5% dos participantes assinaram a opção “sem resposta”.

Os respondentes que enquadraram os ODS como alinhados integralmente ao ensino correspondem a 32% das universidades. Para estes, as ações de integração dos ODS no processo de aprendizagem são incorporadas através de diversas formas. A maioria dos respondentes indicou mais de uma ação em sua universidade que explore os ODS e a integração de um currículo foi muito citada pelo grupo (35%). Alguns dos comentários foram:

“Em todos os aspectos, buscando uma ampla compreensão dos ODS no processo de aprendizagem/ensino, e através da integração com projetos de pesquisa e extensão”.

“Sim. Nós temos integrado os ODS em cursos das ciências ambientais e educação para o desenvolvimento sustentável, sendo obrigatório para todos os alunos na Universidade Internacional de Negócios Agrícolas e Tecnologia (IUBAT University) por um semestre. Nós começamos a ofertar estes cursos para todos os programas de pós-graduação”.

“Demonstrando os impactos das mudanças climáticas e como desenvolver a mitigação e preparação para o desenvolvimento sustentável. Através do engajamento dos estudantes em explorar os ODS”.

A distribuição de outras categorias obtidas no grupo que mencionou completa integração foram conferências (0,7%), extensão (1,7%), publicações (2%), living labs (3,2%), cursos e capacitações (3,9%), pesquisa (4,2%), palestras (12,6%), estimulação comportamental (13%), bem como programas de doutorado e mestrado (15,4%). Comparando com os três grupos de acordo com o nível de integração, pode ser observado que quanto mais integrados os ODS ao currículo, mais iniciativas para o processo de aprendizagem são implementadas.

DISCUSSÕES

Um substancial progresso em termos de iniciativas para a integração do desenvolvimento sustentável nas instituições de ensino superior tem ocorrido. Nada obstante, há uma crescente evidência que as IES estão se direcionando para uma abordagem holística e sistêmica com relação ao desenvolvimento sustentável (LOZANO et al., 2014; HOOVER, HARDER, 2015; RAMOS et al., 2015). Os ODS são de fato uma oportunidade interessante para as IES abordarem o desenvolvimento sustentável com implicações práticas, assim como os resultados da pesquisa demonstram.

A maioria dos respondentes tem um relativo conhecimento sobre os ODS, bem como concordam com a sua integração junto às instituições de ensino superior através de um comprometimento institucional e de ensino. Entretanto, de acordo com os resultados do questionário, a principal lacuna é a integração concreta e prática dos ODS. Alguns respondentes afirmaram fazer uso dos ODS como um conteúdo chave em cursos, outros como um tópico abordado em um currículo mais amplo, outros como parte de avaliação, contudo a aplicação geral é irregular, apesar das oportunidades para os ODS serem usados para impulsionar ainda mais relação com a educação para o desenvolvimento sustentável. Infelizmente, os ODS são transversais, interdisciplinares e ao mesmo tempo considerados

vagos (SDSN, 2016; SPANGENBERG, 2017), com obrigações limitadas aos governos, negócios e consumidores.

Portanto, não é surpreendente que a pesquisa não produziu ideias substanciais no que tange novas abordagens, considerando a dificuldade em integrar os ODS ao ensino como ocorre em outros domínios. No entanto, exemplos práticos de como tópicos específicos que estão relacionados aos ODS podem auxiliar acadêmicos a compreender melhor a relevância dos mesmos e aplicação em áreas específicas do currículo. Por exemplo, o papel dos microrganismos no que tange os ODS fornece uma infinidade de conexões entre a literatura e cada um dos objetivos em relação aos microrganismos (AKINSEMOLU, 2018). Por meio de exemplos de microrganismos, Akinsemolu (2018) demonstra como os ODS podem ser relacionados a aplicações e práticas em disciplinas, incluindo engenharia, psicologia, ecologia, ciência forense, administração e nutrição. Desta forma, observando os vínculos entre áreas específicas de conhecimento e os ODS, por exemplo, através do desenvolvimento pessoal e da participação em workshops, podem ajudar a apoiar a integração prática e concreta dos ODS aos currículos.

Neste estudo, o motivo mais comum para a não integração dos ODS no currículo foi relatado como sendo a lacuna de treinamento e a dificuldade de incorporar os ODS nos cursos. Isto endossa outros estudos, que sugerem que o desenvolvimento da equipe é reconhecido como o principal impulsionador para a integração dos ODS nas atividades acadêmicas (LAZZARINI et al., 2018). Além disso, lacunas de apoio da alta direção é uma barreira comum para a implementação da educação para o desenvolvimento sustentável nas universidades (LEAL FILHO et al., 2018a,b), o que provavelmente pode também ocorrer para os ODS. Nada obstante, os ODS e a Agenda 2030 da ONU são relativamente recentes e muitos respondentes acreditam que este tópico aumentará sua relevância futuramente, contudo não se verifica ainda esta urgência.

Muitos respondentes sugerem que os ODS poderiam ser incorporados de diferentes formas, não apenas no currículo, criando um novo curso ou dentro dos cursos existentes, mas também em pesquisas, projetos de extensão e parcerias.

Os ODS podem também ser abordados através de seminários, conferências, workshops ou grupos focais. O World Sustainable Development Research and Transfer Centre (WSD-RTC) fundado pela universidade HAW Hamburg em janeiro de 2017 tem focado neste tópico, e tem organizado ou colaborado na organização de eventos especializados em ODS nos diferentes países. Mais recentemente, a European School of Sustainability Science and Research (ESSSR) foi criada, tendo como missão: “proporcionar uma estrutura sobre pesquisa e ensino no âmbito da ciência da sustentabilidade, podendo melhor desenvolver as universidades europeias, por meio de projetos colaborativos, programas de ensino digitais, projetos de pesquisa, formação de doutorado e publicações científicas de qualidade a serem publicadas em periódicos de alto padrão”.

A ESSSR baseia-se na necessidade de explorar novas ideias, desenvolver novas abordagens e novos métodos no campo da sustentabilidade, a fim de atender às necessidades atuais e futuras, podendo ajudar a atingir muitos objetivos listados no documento ONU - Agenda 2030.

Acadêmicos, que a princípio tem um papel crucial no planejamento da integração dos ODS nas universidades, tendem a trabalhar combinando estas atividades (por exemplo: ensino, extensão, pesquisa e transferência de conhecimento) dentro e fora da universidade (LAZZARINI et al., 2018). Portanto, fornecer desenvolvimento dos recursos humanos, apoio da alta administração e horas disponíveis para a participação em diferentes atividades, poderia apoiar a integração efetiva dos ODS a nível de instituição. Isto, por sua vez, poderia também auxiliar as IES a fortalecer seus perfis – e talvez até mesmo seu desempenho – no ensino, na pesquisa, na divulgação e na troca de conhecimento.

A amostra demonstrou que os objetivos globais mais abordados no ensino são relacionados a mudanças climáticas, cidades e comunidades sustentáveis e educação de qualidade, os quais são tradicionalmente os assuntos mais facilmente integrados ao currículo de ciências ambientais (no caso dos dois primeiros objetivos citados) ou programas de ensino e educação (no caso do terceiro objetivo citado). Dependendo do continente e de suas características e necessidades, os objetivos abordados podem ser diferentes (Tabela 1.). Por exemplo, na América do Norte, saúde e bem-estar (ODS 3) foi o objetivo mais considerado no ensino, o qual poderia estar relacionado às políticas do governo federal e programas privados de saúde no país (McGlynn et al., 2003). Em comparação, na América do Sul, a educação de qualidade é o objetivo mais abordado no ensino, o que poderia estar relacionado a baixos níveis de educação se comparado à Europa e América do Norte (BROWN, HUNTER, 2004). Mais pesquisas deveriam ser realizadas para melhor entender como os diferentes contextos moldam os vínculos entre os ODS e o currículo acadêmico.

A diversidade das respostas demonstrou que não há soluções simples, mas sua complementariedade parece depender do modelo de negócios da universidade, cultura ou engajamento e contexto. Há uma necessidade de continuidade na integração dos ODS na educação superior a nível estratégico, nos termos de recursos financeiros e capacidade de construção. Abordagens conectadas verticalmente poderiam conduzir possíveis soluções para uma melhor aplicação do ODS nas universidades. De fato, sem o apoio da alta administração dentro de uma universidade, iniciativas de desenvolvimento sustentável de alto nível parecem estar fadadas ao fracasso a longo prazo devido à lacuna de investimentos e suporte administrativo (AVILA et al., 2017). No entanto, tradicionalmente na academia, a equipe acadêmica tem um elevado nível de autonomia profissional o que dificulta a implementação de abordagens de cima para baixo para uma mudança organizacional (GORNITZKA, 1999). Portanto, embora uma forte liderança seja crucial para a integração dos ODS, o baixo ímpeto não pode ser subestimado.

Verhulst and Lambrechts (2015) apresentam algumas ideias sobre os fatores de sucesso e barreiras na integração do desenvolvimento sustentável na educação superior, baseado na gestão da mudança organizacional, a qual pode ser aplicada no contexto dos ODS. Dlouh and Pospíšilova (2018) propõem processos participativos com múltiplos atores da sociedade em nível nacional a fim de discutir as transformações dos sistemas educacionais relacionadas aos ODS, objetivando alcançar um amplo impacto prático. Este processo já se iniciou no contexto nacional da República Tcheca.

De acordo com Cicmil et al. (2017), educação responsável para a sustentabilidade global deve ser facilitada através da combinação das seguintes abordagens: i) ativismo educacional, ii) colaboração acadêmica informal, iii) medidas formais e relatórios e iv) habilidades práticas para manter a legitimidade e a propriedade da criatividade e inovação de modelos pedagógicos. Ao mesmo tempo, as negociações dessas abordagens necessitam estar alinhadas com as prioridades institucionais. As diferentes áreas nas quais a Educação para o Desenvolvimento Sustentável podem ser incorporadas nas universidades, tais como nas operações do campus, ensino, pesquisa e extensão comunitária necessitam incluir os objetivos, políticas e programas de sustentabilidade. Além disso, as estruturas formais podem ser consideradas, para que possam guiar a implementação dos ODS nas universidades. As dimensões humanas nos processos de mudança organizacionais (em que contradições e tensões ocultas são comuns) devem também ser acompanhadas por estruturas flexíveis e centradas no ser humano, assim a administração se aproxima e caminha para uma mudança de aprendizagem organizacional (HOOVER, HARDER, 2015).

Mais capacitações voltadas ao ensino, conscientização de tomadores de decisão e engajamento em práticas transversais curriculares e interdisciplinares, bem como os próprios ODS podem ser uma forma importante de instigar os acadêmicos a incorporar os ODS

no ensino. Materiais de apoio para o ensino e guias para universidades e educação já estão sendo publicados (por exemplo UNESCO, 2017b; SDSN Australia/Pacific, 2017). Nada obstante, ao nível universitário, novos materiais com novas abordagens de aprendizagem estão sendo produzidos. Por exemplo, na Alemanha, o projeto Implementação Digital dos ODS no Currículo (Digital Implementation of SDGs in the Curriculum), parte da Hamburg Open On-line University (HOOU) está atualmente produzindo módulos voltados a diversos objetivos globais (ODS 3, ODS 4, ODS 5, ODS 7, ODS13) a fim de disponibilizá-los para professores universitários e, assim, facilitar a abordagem de questões de sustentabilidade no ensino superior.

As universidades são conhecidas pelo seu importante papel em transformar sociedades, desta forma elas podem e devem ser mais efetivas em ideias inovadoras para os propositores de políticas, conduzindo-os a melhoras as medidas para implementação dos ODS.

Os tomadores de decisão e a comunidade em geral devem enxergar os campi como lugares de oportunidades e áreas que podem ser o berço de novas estratégias de gestão, assim como o desenvolvimento de tecnologias. Ao mesmo tempo, a necessidade em atingir as metas dos ODS pode conduzir à implementação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável no ensino das universidades, em particular considerando o ODS 4, em que investimentos são necessários (uma das principais barreiras da aplicação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Muitos críticos enfatizaram o fato de que as metas dos ODS também são amplas e numerosas demais. Enquanto outros consideram que é melhor ter 17 metas que incluem novas metas, tais como o empoderamento de mulheres, boa governança, paz e segurança. Amina Mohammed, o conselheiro especial do Secretário-Geral da ONU

para planejamento do desenvolvimento pós-2015, aponta que houve um difícil embate para limitar o número de objetivos a 17, havendo uma forte resistência para reduzi-los ainda mais. A fim de alcançar os objetivos, alguns estados membros sabiamente determinaram que os ODS deveriam ser feitos sob medida e adaptado às circunstâncias de um país. Outros críticos sugerem que os ODS são muito desfocados e irrealistas, vagos e aspiracionais.

No entanto, sendo realista, deve-se admitir que, apesar dos problemas ou preocupações que podem ser expressos em relação aos acordos sobre ODS, o fato é que a Assembleia Geral da ONU os endossou, e uma abordagem construtiva é necessária para implementá-los. Ao descrever como as universidades percebem os ODS, este artigo preenche uma lacuna de pesquisa, delineando que o papel central que as universidades podem desempenhar é dificultado por várias razões aqui delineadas. A relevância científica deste artigo e a contribuição deste estudo reside no fato de que descreve o estado atual do conhecimento, delineando o que algumas universidades estão fazendo neste sentido e demonstrando caminhos para trabalhos futuros.

Mesmo que o estudo tenha sido realizado em uma base mundial, o número de respostas obtidas não pode representar o contexto mundial. No entanto, os dados coletados permitem um perfil da ênfase atual dada aos ODS pelas IES, bem como algumas conclusões a serem tiradas, dentre estas:

a) as IES devem alinhar seus currículos e suas pesquisas aos ODS e aos muitos compromissos eles implicam. Neste sentido, uma oportunidade única é fornecida para combinar o conteúdo do curso com os ODS, enriquecendo a experiência de aprendizagem;

b) as IES podem, neste contexto, desenvolver, testar e utilizar novos conteúdos, métodos de aprendizagem e abordagens transformadoras, como alguns exemplos foram dados na discussão.

c) as IES devem procurar desenvolver mais pesquisas aplicadas (ou seja, orientadas para a prática) em torno dos ODS que catalisam as abordagens, métodos e soluções para ajudar o público e setores privados para se tornarem mais eficazes e sustentáveis. Programas de doutorado são bastante apropriados neste contexto.

d) as IES devem envolver mais ativamente a comunidade de alunos, comprometer-se e agir em apoio aos ODS.

Finalmente, as universidades como um todo e a comunidade acadêmica em particular devem tentar tirar mais proveito das muitas oportunidades ofertadas pelos ODS, não apenas no que diz respeito ao ensino e pesquisa, mas especialmente no que diz respeito às suas atividades de divulgação (a chamada “3ª missão”) e atuar como defensores da opinião pública em apoio aos ODS. As universidades devem estar à frente do pacote e não atrás dele.

As limitações associadas a esta pesquisa incluem restrições de validade, confiabilidade e generalização dos resultados. O estudo poderia ter sido complementado com entrevistas com especialistas para promover também uma compreensão mais profunda das barreiras, ações potenciais de implementação dos ODS no ensino, pesquisa e ação nas universidades. Neste artigo, o foco foi na coleta online de dados para promover uma visão geral da situação atual. Estudos futuros podem se concentrar em entrevistas, complementando este estudo.

Apesar de suas limitações, esta investigação revela atributos importantes quanto à relevância dos dados coletados. Devido ao seu estágio inicial de desenvolvimento – particularmente no Brasil – temas como educação para o desenvolvimento sustentável e sustentabilidade no ensino superior possuem enorme potencial para a aplicação de metodologias semelhantes a deste estudo.

REFERÊNCIAS

Akinsemolu, A.A., 2018. The role of microorganisms in achieving the sustainable development goals. *J. Clean. Prod.* 182, 139e155.

Annan-Diab, F., Molinari, C., 2017. Interdisciplinarity: practical approach to advancing education for sustainability and for the Sustainable Development Goals. *Int. J. Manag. Educ.* 15, 73e83.

Association of Commonwealth Universities, 2015. Progress and Potential: Higher Education Playing its Part in the Sustainable Development Goals. September 2015. <https://www.acu.ac.uk/publication/download?publication%454>. Accessed 6/6/17.

Avila, L.V., Leal Filho, W., Brandli, L., MacGregor, C., Molthan-Hill, P., Ozuyar, P.G., Moreira, R.,M., 2017. Barriers to innovation and sustainability at Universities around the world. *J. Clean. Prod.* 164, 1268e1278.

Bardin, L., 1977. Content Analysis "L' Analyse de Contenu", vol. 70. Edicoes, Lisbon, ISBN 972-44-0898-1.

Brown, D.S., Hunter, W., 2004. Democracy and human capital formation: education spending in Latin America, 1980 to 1997. *Comp. Pol Stud.* 37 (7), 842e864.

Cicmil, S., Gough, G., Hills, S., 2017. Insights into responsible education for sustainable development: the case of UWE, Bristol. *Int. J. Manag. Educ.* 15, 293e305.

Dlouh, J., Pospíšilova, M., 2018. Education for Sustainable Development Goals in public debate: the importance of participatory research in reflecting and supporting the consultation process in developing a vision for Czech education. *J. Clean. Prod.* 172, 4314e4327.

Gornitzka, Å., 1999. Governmental policies and organisational change in higher education. *High. Educ.* 38 (1), 5e31.

Hoover, E., Harder, M.K., 2015. What lies beneath the surface? The hidden complexities of organizational change for sustainability in higher education. *J. Clean. Prod.* 106, 175e188.

Lazzarini, B., Perez-Foguet, A., Boni, A., 2018. Key characteristics of academics promoting Sustainable Human Development within engineering studies. *J. Clean. Prod.* 188, 237e252.

Leal Filho, W., Azeiteiro, U., Alves, F., Pace, P., Mifsud, M., Brandli, L., Caeiro, S., Disterheft, A., 2018a. Reinvigorating the sustainable development research agenda: the role of the sustainable development goals (SDG). *Int. J. Sustain. Dev. World Ecol.* 25 (2), 131e142.

Leal Filho, W., Brandli, L., Becker, D., Skanavis, C., Kounani, A., Sardi, C., Papaioannidou, D., Paço, A., Azeiteiro, U., de Sousa, L., Raath, S., Pretorius, R., Shiel, C., Vargas, V., Trencher, G., Marans, R., 2018b. Sustainable development policies as indicators and pre-conditions for sustainability efforts at Universities: fact or fiction? *Int. J. Sustain. High. Educ.* 19 (1) <https://doi.org/10.1108/>

Lozano, R., et al., 2014. A review of commitment and implementation of sustainable development in higher education: results from a worldwide survey. *J. Clean. Prod.* <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.09.048>.

Mader, C., Rammel, C., 2015. Transforming Higher Education for Sustainable Development Brief for GSDR 2015. https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/621564Mader_Rammel_Transforming%20Higher%20Education%20for%20Sustainable%20Development.pdf. Accessed 09/07/17.

McGlynn, E.A., Asch, S.M., Adams, J., Keeseey, J., Hicks, J., DeCristofaro, A., Kerr, E.A., 2003. The quality of health care delivered to adults in the United States. *N. Engl. J. Med.* 348 (26), 2635e2645.

PRME, 2015. Management Education and the Sustainable Development Goals.

Transforming Education to Act Responsibly and Find Opportunities. Foundation for the Global Compact. PRME, New York.

Ramos, T.B., Caeiro, S., van Hoof, B., Lozano, R., Huisingh, D., Ceulemans, K., 2015. Experiences from the implementation of sustainable development in higher education institutions: environmental management for sustainable Universities. *J. Clean. Prod.* 106, 3e10.

Sachs, J.D., 2012. From millennium development goals to sustainable development goals. *The Lancet* 379 (9823), 2206e2211.

Saunders, M., Lewis, P., Thornhill, A., 2007. *Research Methods for Business Students*. Pearson Education Limited, London.

SDSN, 2016. Funding SDGs. <http://www.sustainablegoals.org.uk/funding-the-sdgs/>.

SDSN, 2017. *Getting Started with SDGs in Universities: A Guide for Universities, Higher Education Institutions, and the Academic Sector. Australia, New Zealand and Pacific Edition*. Sustainable Development Solutions Network Australia/Pacific, Melbourne.

Shiel, C., Leal Filho, W., Paco, A., Brandli, L., 2015. Evaluating the engagement of universities in capacity building for sustainable development in local communities. *Eval. Program Plann.* 54, 123e134.

Shiel, C., Smith, N., Cantarello, E., 2019. Aligning campus strategy with the SDGs: an institutional case study. In: Leal Filho, W., Salvia, A., Brandli, L., Pretorius, R. (Eds.), *Universities as Living Labs for Sustainable Development: Supporting the Implementation of the Sustainable Development Goals - Volume 1*. Springer.

Spangenberg, J.H., 2017. Hot air or comprehensive progress? A critical assessment of SDGs, 25. *Sustainable Development*, pp. 311e321.

UNESCO, 2005. United Nations Decade of Education for Sustainable Development (2005-2014): International Implementation Scheme. UNESCO, Paris.

UNESCO, 2017a. Unpacking Sustainable Development Goal 4 Education 2030. UNESCO, p. 32p. Oct 2017 Edition.

UNESCO, 2017b. Education for Sustainable Development Goals Learning Objectives. The Global Education 2030 Agenda. UNESCO, Paris.

United Nations, 2015. Transforming Our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development. UN, New York.

Verhulst, E., Lambrechts, W., 2015. Fostering the incorporation of sustainable development in higher education. Lessons learned from a change management perspective. J. Clean. Prod. 106 (2015), 189e204.

Wals, A., 2009. Review of Contexts and Structures for Education for Sustainable Development: Learning for a Sustainable World. UNDESD 2005-2014. UNESCO, Paris, France.

PANORAMA DA INTEGRAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) EM UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Paula Gonçalves Serafini¹⁴

Jéssica Morais de Moura¹⁵

Júlio Francisco Dantas Rezende¹⁶

INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino Superior têm papel fundamental na sociedade, uma vez que são responsáveis por disseminar conhecimentos e formar cidadãos. No contexto do desenvolvimento sustentável, essas instituições possuem atuação estratégica, pois podem abordar o tema nas dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da própria gestão das universidades (DE LA POZA, et al., 2021). Nesse sentido, as universidades podem ser enxergadas como instituições fomentadoras do pensamento crítico, sem as quais, não é possível alcançar, de fato, aquilo que preconiza o desenvolvimento sustentável.

Diante dessa realidade e levando em consideração os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados pela Organização das

¹⁴Mestranda em Engenharia de Produção na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Administradora – <http://lattes.cnpq.br/2610553476171705> - <https://orcid.org/0000-0002-0826-353X> - paulagserafini@gmail.com

¹⁵Professora de Políticas Públicas e Doutoranda em planejamento Urbano pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – <http://lattes.cnpq.br/5158980387914446> - <https://orcid.org/0000-0001-8059-6294> - jessica_morais_moura@hotmail.com

¹⁶Professor do curso de Engenharia da Produção na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - <http://lattes.cnpq.br/7433758989886841> - <https://orcid.org/0000-0001-7505-7480> - juliofdrezende@hotmail.com

Nações Unidas (ONU) com mais 193 países em 2015, interessa saber como as universidades colaboram com a implementação da Agenda 2030. Nestes termos, a questão central a ser respondida consiste em investigar qual o papel desempenhado por essas instituições na implementação e na disseminação dos ODS e o que elas vêm desenvolvendo para cumprir com as diretrizes da Agenda 2030.

Esse tema já tem sido objeto de estudos e pesquisas que buscam reunir boas práticas de projetos de investigação e inovação acadêmica que se alinham aos ODS, estudos esses desenvolvidos em diversos países e que enfatizam o protagonismo das instituições de ensino superior na implementação dos ODS. Como exemplo dessas pesquisas, pode-se citar os estudos desenvolvidos por Menezes e Minillo (2016); Rezende et al. (2018); Strüber (2018); Marchori (2018); Granda (2019); Gazzoni et al. (2018); Griebeler (2019); Aleixo, Azeiteiro e Leal (2018); Schneider, Gimenez, Molin, Breda e Carra (2020), Blasco, Brusca e Labrador (2021), Chaleta et al. (2021) e Torres (2021). Essas pesquisas se apoiam na ideia de que os ODS precisam ser incorporados nas universidades, descrevendo tanto os resultados relativos ao alinhamento dos ODS em projetos de pesquisa e extensão, quanto às informações relativas à adesão da Agenda 2030 na própria rotina de planejamento das universidades.

Documentos emitidos por outras instituições também abordam esse tema e buscam fomentar essa diretriz. A exemplo disso, o guia elaborado pela Sustainable Development Solutions Network (SDSN) Austrália/Pacífico, com a colaboração de Australian Campuses Towards Sustainability (ACTS), que lançou em 2017 o documento chamado “Como Começar com os ODS nas Universidades”, busca reunir um conjunto de orientações de como as instituições de ensino superior podem contribuir com a implementação dos ODS. Esse documento sistematiza quatro pilares de atuação, enfatizando a pesquisa, a educação, a gestão e governança, e por fim, a liderança social.

Fundamentando-se nessas pesquisas, este estudo tem como objetivo geral examinar como as Universidades Federais brasileiras têm aderido à Agenda 2030 e os ODS, analisando algumas experiências que promovem orientações e dão diretrizes para que os ODS saiam do papel e sejam incorporados à prática. Acredita-se que, por meio de estudos como esse, é possível avançar no debate, já que se adota uma abordagem exploratória para mensurar o grau de conhecimento dessas instituições sobre os ODS, além de ser possível reunir boas práticas que podem se tornar modelos norteadores para implementação em outras organizações.

Para tanto, o presente estudo considerou como objeto de pesquisa as 69 Universidades Federais brasileiras, as quais tiveram questionamentos enviados via Lei de Acesso à Informação (LAI) e que visavam, sobretudo, compreender se essas universidades conhecem e disseminam os ODS. Foi formulado um questionário que buscou iniciar o diálogo com as instituições, se configurando numa sondagem sobre a implementação da Agenda 2030.

É importante ressaltar que as iniciativas pesquisadas foram aquelas que abordam os ODS de uma maneira transversal à instituição, sendo foco da presente análise saber se as Universidades Federais brasileiras compreendem a existência da Agenda 2030 e têm promovido o alinhamento de suas ações com os preceitos contidos nos ODS. Desse modo, o estudo não contemplou a análise específica de práticas de sustentabilidade que essas instituições podem ter desenvolvido, uma vez que não era o foco da pesquisa, embora reconheça-se a importância desse tema para consolidação de cada um dos ODS de maneira individual.

Para apresentar os resultados dessa pesquisa, esse trabalho está sistematizado em cinco seções, incluindo essa introdução que se propôs a apresentar noções gerais do tema, do universo do estudo e os objetivos da pesquisa. Na segunda seção, discute-se aspectos relativos ao protagonismo das instituições de ensino superior na

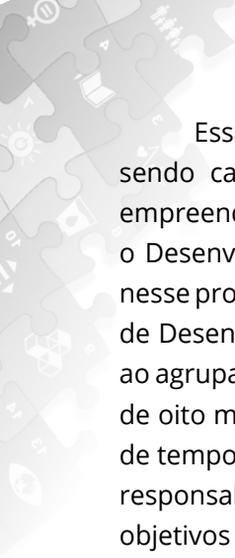
implementação da Agenda 2030, referenciando os trabalhos e documentos que enfatizam o tema tanto no contexto de outros países como no Brasil. A seção três trata dos procedimentos metodológicos que foram utilizados para levantamento e análise dos dados, descrevendo o período e os meios de execução da pesquisa. Na seção quatro apresenta-se os resultados do estudo, sistematizando em subseções as análises relativas aos questionamentos que foram respondidos pelas universidades participantes da pesquisa. A partir delas, foi possível obter um diagnóstico da situação das Universidades Federais brasileiras em alguns aspectos de adesão e disseminação da Agenda 2030 e dos ODS. Por fim, a quinta e última seção do trabalho apresenta as considerações finais, relacionando os dados levantados com os referenciais abordados, permitindo assim gerar uma contribuição acerca da importância das universidades, aderirem e disseminarem a Agenda 2030, além de destacar as boas práticas que já vêm sendo adotadas por tais instituições.

As Universidades como propulsoras dos ODS: discutindo a implementação da Agenda 2030

O desenvolvimento sustentável não é um assunto recente, tendo sido discutido desde 1970 em diversos setores. No ambiente acadêmico, esse tema ganha mais notoriedade a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972, quando o conceito de desenvolvimento sustentável passa a ser difundido também nas instituições de ensino. O conceito de desenvolvimento sustentável nesse período esteve muito ligado a dimensões ambientais e passou a ser propagado nos mais diversos setores, podendo ser compreendido a partir da Comissão de Brundtland como um desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (ONU, 1987).

As questões da sustentabilidade começaram a ganhar notoriedade no ambiente universitário após a celebração da Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, em 1992, em que foram revelados os diversos passos que a universidade tem dado para uma maior compreensão e contribuição no estabelecimento de uma educação e formação em Desenvolvimento Sustentável. Tal pensamento vem de acordo com De La Rosa Ruiz, Giménez Armentia e De La Calle Maldonado (2019, p.191) que enfatizam que a Agenda 2030 entra, portanto, em um novo cenário, um espaço em que a universidade adquire um papel crucial. Barbieri e Cajazeira (2012, p. 67), sintetizam esse período, destacando que se deu início a um movimento em que as universidades deveriam se tornar sustentáveis, não apenas sob o prisma ambiental, mas sim, “alcançar seus objetivos atendendo, simultaneamente, os seguintes critérios: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica”.

Levando em consideração esse paradigma de desenvolvimento, as instituições de ensino passaram a ser pressionadas a tratar o tema com mais comprometimento, devendo ser local de produção de conhecimento, mas também ser modelo no que se refere a uma gestão sustentável. Machado et al. (2013) refletem sobre isso, destacando que as universidades são tanto parte do problema da sustentabilidade, como parte da solução. Ver a universidade como parte do problema implica em entender que essas instituições podem ser consideradas pequenos núcleos urbanos e, nestes termos, devem gerenciar diversos projetos que implicam na melhor utilização dos recursos, bem como na diminuição dos impactos dessas atividades. O trabalho de Lara (2012) apresenta outra perspectiva, destacando que as universidades têm papel transformador e, por isso, devem adotar medidas para disseminação da consciência sustentável entre docentes, discentes e toda a comunidade acadêmica. Neste pensamento, as instituições de ensino têm a responsabilidade pela preparação das novas e futuras gerações, podendo atuar em quatro principais vertentes, a saber: educação; investigação e inovação; governança interna; e liderança externa (SDSN, 2017).



Essa atuação em prol do desenvolvimento sustentável foi sendo cada vez mais reforçada. Iniciativas diversas foram sendo empreendidas, buscando fortalecer o paradigma da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Um marco importante estabelecido nesse processo foi nos anos 2000, quando foram lançados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). De acordo com Sachs (2012), ao agrupar tais prioridades em um conjunto facilmente compreensível de oito metas, com objetivos mensuráveis e num determinado limite de tempo, os ODM ajudaram na promoção da consciência global e na responsabilidade política, pois os feedbacks proporcionados por tais objetivos se tornaram uma espécie de boletins globais que auxiliavam na luta contra a pobreza extrema durante 15 anos.

Mais recentemente, em 2015, o papel das universidades na promoção desse tema passou a ganhar novo destaque, quando foi lançada pela cúpula da ONU em conjunto com 193 países, a Agenda 2030 intitulada de “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Com um conjunto de 17 objetivos e 169 metas que buscam superar desafios relacionados às dimensões ambiental, social, econômica e institucional do desenvolvimento sustentável, essa agenda foi adotada por 193 países-membros das Nações Unidas (Figura 1).

Figura 1. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: ONU, 2015.

As diretrizes da agenda abordam que diversos atores são protagonistas desse processo, sendo destacado o papel desempenhado pelos governos, empresas, academia e sociedade civil no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Chasek et al. (2016) destacam que o processo de elaboração da Agenda permitiu uma construção democrática, de modo que múltiplos atores foram incentivados e tiveram legitimidade em se tornar partes interessadas da implementação desse processo.

Para as universidades, o seu papel têm sido objeto de diversas discussões que evidenciam a importância dessas instituições aderirem aos ODS. Elas são um espaço de disseminação do conhecimento e têm forte potencial para influenciar o desenvolvimento local e global. Jorgensen (2019) destaca que não há dúvidas de que as universidades estão avançando para apoiar a implementação da Agenda 2030, mediante ao desenvolvimento de iniciativas em instituições de todo o mundo para alcançar os ODS.

Estudos trabalhos de revisões sistemáticas relacionadas aos ODS já vêm sendo publicados, tal como o trabalho de García-

Feijoo, Eizaguirre e Rica-Aspiunza (2019) que propôs uma revisão sistemática sobre a implementação dos ODS em escolas de negócios, considerando a sistematização de 16 artigos; estudo de Franco, Doliveira e Franco (2020) que analisaram o tema dos ODS aplicados ao setor de transporte urbano em países da América do Sul, produzindo uma revisão sistemática com 31 artigos; e a pesquisa desenvolvida por Romero et al. (2020), por sua vez, realizou uma revisão sistemática da literatura sobre ODS e escolas de engenharia, buscando responder como as instituições de ensino superior de engenharia em todo o mundo estão implementando a Agenda 2030, a partir da leitura de 22 artigos.

No âmbito das instituições de ensino, o trabalho desenvolvido por Wu e Shen (2015) proporcionou uma compreensão da pesquisa acadêmica sobre o ensino superior para o desenvolvimento sustentável, tratando do tema da sustentabilidade de maneira geral, sem focar os ODS, e realizando uma sistematização de 372 artigos. A pesquisa desenvolvida por Romero et al. (2020), por sua vez, realizou uma revisão sistemática da literatura sobre ODS e escolas de engenharia, buscando responder como as instituições de ensino superior de engenharia em todo o mundo estão implementando a Agenda 2030, a partir da leitura de 22 artigos. Trabalho mais recente desenvolvido por Murillo-Vargas, Gonzalez-Campo e Brath (2020), propôs uma análise bibliométrica de 871 artigos, questionando a integração dos ODS nas universidades. Apesar de ser um trabalho com similaridades ao que se propõe a presente pesquisa, destaca-se que os autores não apresentaram informações substanciais sobre como as universidades colaboram com a implementação dos ODS, trazendo apenas uma leitura quantitativa das publicações selecionadas.

Como documento fomentador desse processo, a Sustainable Development Solutions Network (SDSN) lançou em 2017 um guia internacional que reúne orientações para implementação dos ODS nas universidades e centros de educação superior. De acordo com esse documento:

As universidades, devido ao seu trabalho de geração, difusão do conhecimento e sua preeminente situação dentro da sociedade, estão sendo incentivadas a desempenhar um papel fundamental no alcance dos ODS. É provável que nenhum dos ODS possam ser cumpridos sem o envolvimento deste setor (SDSN, 2017, p. 3).

Nesse documento aborda-se que as universidades têm a possibilidade de participar ativamente da implementação dos ODS, tendo em vista que atuam, sobretudo, em quatro dimensões: i) ensino e formação; ii) investigação; iii) gestão institucional; e iv) impacto social. No ensino e formação, essas instituições proporcionam conhecimentos, assim como competências para que os alunos e professores compreendam a importância dos ODS e da sua aplicação no dia a dia, tanto no ambiente acadêmico, quanto fora dele. Na dimensão investigativa, o setor acadêmico atua no desenvolvimento de soluções e pesquisas que contribuem com o alcance dos ODS, podendo ser vistas como locais em que pesquisadores descobrem respostas para superar os desafios que também são tratados na Agenda 2030. Já na gestão institucional, é fundamental que as universidades incorporem os ODS em suas políticas internas, adotando práticas que estejam alinhadas com as diretrizes promovidas pela ONU e sejam vistas como atores modelo nesse aspecto. Por fim, relativo ao impacto social que possuem, essas instituições devem se articular com governos, empresas e sociedade em geral, estimulando o diálogo e atuando como uma disseminadora e promotora dos ODS.

Vistas como importantes atores na promoção e alcance dos ODS, várias pesquisas estão sendo produzidas ao redor do mundo, buscando enfatizar o papel desempenhado pelas instituições de ensino superior nesse processo. A International Association of Universities (IAU) vem mapeando uma série de ações sobre a relação das universidades com os ODS, tendo sido desenvolvido o portal global “The Higher Education and Research for Sustainable Development (HESD)”, no qual líderes de instituições de ensino superior, professores, estudantes e toda a comunidade acadêmica registram ações que colaboram para a

construção de um futuro mais sustentável. Com o objetivo de analisar as experiências dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas Instituições de Ensino Superior, o relatório da IAU produzido em 2019 observou as ações de integração na função docente, de uma forma global, a partir das informações e dos dados obtidos. A pesquisa global da IAU não procurou examinar detalhes sobre como as universidades em particular se comprometem com os ODS, mas sim que seus resultados fornecem uma visão geral valiosa do que está acontecendo no ensino superior e na pesquisa para o desenvolvimento sustentável em todo o mundo com ênfase nos ODS. Distribuída para mais de 7.894 instituições, a pesquisa recebeu 536 respostas válidas de 428 universidades em 101 países.

Em termos gerais, o relatório mostra um aumento no compromisso do ensino superior com os ODS e como as IES estão cada vez mais trabalhando para o desenvolvimento sustentável. O relatório mostra também que a área de ensino e aprendizagem evidencia um maior potencial de incorporação do desenvolvimento sustentável, embora isso não se traduza necessariamente na mudança necessária para o alcance dos Objetivos Globais (TORRES, 2021).

Outro estudo de destaque é a pesquisa desenvolvida por Gazzoni et al. (2018) que também refletiu sobre esse tema, sendo analisado que o papel das universidades precisa ser transformado, de modo que, para incorporar os ODS não basta seguir um roteiro, mas sim, mudar a maneira como o ensino é realizado, pensando também em como o conteúdo é aprendido. O estudo do autor evidencia que as universidades são pouco ambiciosas e precisam assumir um lugar central na promoção dos ODS, questionando se as universidades estão prontas para ter um real impacto na conquista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Estudos de Strüber (2018); Marchori (2018); Chofré e Paredes (2018) e Granda (2019) analisaram essa realidade considerando experiências das universidades espanholas na implementação da

Agenda 2030. De acordo com esses autores, a Espanha criou em 2017 o grupo de educação superior para Agenda 2030, com plano de ação elaborado em 2018, reunindo informações sobre como os ODS podem ser implementados. Desde então, conferências e relatórios vêm discutindo o progresso do tema nessas instituições, avaliando o desempenho no que se refere ao envolvimento dos ODS na formação, na pesquisa e na gestão dessas instituições.

A fim de participar ativamente da mudança para os ODS, as universidades farão bem em alinhar suas estruturas de governança e políticas operacionais com os ODS em identificar e resolver quaisquer lacunas fundamentais na resposta da universidade aos ODS (STRÜBER, 2018, p. 19).

Explorando um pouco mais esse tema, Marchori (2018) apresenta que as universidades têm se convertido num modelo de aprendizagem prática para o desenvolvimento sustentável, tendo obrigação moral para a colaboração e implementação dos ODS, considerando uma dupla perspectiva que envolve tanto o comportamento da própria entidade, quanto os impactos da sua atividade na sociedade. O autor é crítico em seu pensamento e considera que existe uma necessidade urgente de acelerar as ações no âmbito universitário.

Para impulsionar ainda mais essa transformação, as universidades da Espanha começaram uma jornada em 1994 com a fundação da Conferência de Reitores das universidades Espanholas (CRUE), sendo essa uma associação sem fins lucrativos formada pelos reitores de 76 universidades espanholas, 50 públicas e 26 particulares. A CRUE é o principal interlocutor das universidades espanholas com o governo central e desempenha um papel fundamental em todos os desenvolvimentos normativos que afetam o ensino superior na Espanha. Tal instituição, promove também iniciativas de diversos tipos com o objetivo de fomentar ações de desenvolvimento sustentável, considerando para tanto, um conjunto de contribuições advindas dessas universidades para a implementação da Agenda 2030, as quais estão sistematizadas no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1. Contribuições para a implementação dos ODS em universidades

1	A incorporação transversal dos princípios, valores e objetivos do desenvolvimento sustentável na missão, políticas e atividades das universidades espanholas.
2	Um compromisso determinado com a inclusão de habilidades relacionadas ao desenvolvimento sustentável e inclusivo, necessário para a construção de uma cidadania global, na formação de todo o aluno, corpo docente e de pesquisa e pessoal de administração e serviços.
3	A geração e transferência de conhecimento comprometidos com o desenvolvimento sustentável, inclusive aqui também o conhecimento necessário para articular e acompanhar a própria Agenda 2030.
4	A capitalização dos espaços únicos oferecidos pelas comunidades universitárias para a implementação de projetos inovadores para enfrentar os desafios da Agenda 2030 em escala controlada.
5	Fortalecendo o vínculo da universidade com outros atores da sociedade, desde administrações públicas até atores sociais a empresas e outros grupos, baseando-se em sua experiência na criação e consolidação de alianças em diversos níveis, desde redes internacionais de pesquisa e cooperação até a visão e inclusão de grupos minoritários.
6	A articulação de um debate público e aberto sobre o desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030 e sua própria governança no contexto nacional e internacional.
7	Compromisso por parte das universidades, de relatar relatórios sobre seus impactos em termos de ensino, pesquisa e transferência, alinhando-os a cada um dos ODS.

Fonte: Plano de Ação para a Implementação da Agenda 2030: rumo a uma Estratégia das Universidades Espanholas de Desenvolvimento Sustentável (CRUE, 2019).

Considerando esses e outros princípios norteadores, o movimento das universidades em prol dos ODS tem sido alavancado em diversos países, sendo produzidos vários estudos que se concentram em compreender como as instituições de ensino superior

colaboram com a Agenda 2030. Nesse contexto, essas pesquisas não têm só se interessado em analisar as experiências de sustentabilidade das instituições, mas, sobretudo, buscam verificar se as ações dessas universidades convergem e se alinham aos ODS, numa perspectiva de que elas saibam que estão tratando diretamente dessa agenda.

Acerca da implementação dessas iniciativas na Espanha, resultados apontados por Chofré e Paredes (2018) indicam que 67% das 76 universidades espanholas manifestaram ter adotado ou estar trabalhando em uma estratégia específica em relação à Agenda 2030. Já Granda (2019) destacou que essas instituições vêm promovendo os ODS em trabalhos de conclusão de cursos e em dissertações.

No âmbito dos estudos das universidades de Portugal, o trabalho de Aleixo, Azeiteiro e Leal (2018) também descreve um conjunto de experiências, tendo destacado uma análise de como os ODS têm sido integrados nas instituições de ensino superior públicas portuguesas. Segundo a pesquisa desses autores e considerando o alinhamento dos ODS aos cursos de licenciatura e mestrado, verificou-se que menos de 10% desses cursos abordam diretamente pelo menos um ODS, e que a maioria dos cursos que abordam o tema são das áreas das ciências sociais, das humanidades e das ciências naturais e do ambiente.

Numa visão mais ampla e considerando universidades de vários países, o relatório produzido em 2019 pela Global Alliance¹⁷ vem destacando o progresso em direção aos ODS nas universidades. Formada por 110 instituições distribuídas em 19 países, a pesquisa analisou 51 relatórios, trazendo importantes dados sobre o desempenho de instituições de ensino superior no que se refere à implementação da Agenda 2030. Segundo o estudo, 70% das instituições respondentes informaram que, em algum grau, mapearam as suas atividades em relação aos ODS e 71% das instituições afirmaram que os ODS são uma prioridade estratégica.

¹⁷Progress towards the Global Goals in the University and College sector. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/242552019_the_sdg_accord_un_high_political_forum_final_online_version_1.pdf

Acerca do alinhamento dos ODS com os projetos de pesquisa, apenas 33% das instituições informaram que há um processo que exige uma vinculação nessa atividade, de modo que no cadastro da pesquisa se descreva para qual ODS a pesquisa contribuirá. Refletindo sobre os desafios que ainda se apresentam, o relatório aponta algumas estratégias que devem ser adotadas pelas instituições signatárias para continuar com a implementação dos ODS, sendo destaque a necessidade de envolver os alunos por meio do ensino e aprendizagem, incorporar os ODS em nível estratégico e ampliar atividades para capacitação e conscientização dos ODS nas instituições.

Embora esse estudo seja uma fonte de consulta, é importante destacar que, ao adotar uma metodologia única de medição dos ODS para todos os países, especificidades locais deixam de ser percebidas, de modo que os parâmetros comparativos entre as universidades podem trazer distorções do que realmente vem sendo feito. Ainda, o estudo parte de uma adesão voluntária das universidades que desejam participar da pesquisa, denotando um interesse prévio da instituição em ver seus dados analisados.

ODS e Universidades no contexto brasileiro

No que se refere ao contexto brasileiro de implementação dos ODS, uma série de estratégias vêm sendo adotadas pelo Governo Federal e outras instituições, na tentativa de sensibilizar os governos em como incorporar os ODS em seu território. Como exemplo dessas iniciativas, pode-se citar a criação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) por meio do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, sendo essa instância responsável por promover a articulação com os órgãos e entidades públicas das Unidades da Federação, para disseminação e implementação dos ODS nos níveis estadual, distrital e municipal.

Apesar de atualmente extinta por meio do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, a comissão desenvolveu uma série de ações durante os anos de 2017 a 2019, sendo elaborado inclusive um Plano de Ação para internalizar e interiorizar a Agenda 2030 no país. Como eixos estratégicos deste plano destacam-se: i) Gestão e Governança da Comissão Nacional para os ODS; ii) Disseminação da Agenda 2030; iii) Internalização da Agenda 2030; iv) Territorialização da Agenda 2030; e v) Acompanhamento e Monitoramento. Para cada um desses eixos foi desenvolvido um conjunto de ações a serem disseminadas e realizadas junto aos atores públicos (estaduais e municipais), iniciativa privada e a sociedade em geral. As ações desenvolvidas buscaram, sobretudo, disseminar a necessidade de adesão das instituições brasileiras à Agenda 2030, tendo sido realizados mais de 60 eventos, envolvendo atores diversos, conforme consta no Relatório de atividades da CNODS (2018).

No âmbito universitário, é importante ressaltar que o Brasil também vem articulando um conjunto de iniciativas que buscam fortalecer esse tema nas universidades, nestes termos, inclusive, constituindo em 2017 a “Rede ODS Universidades” que objetivava promover a inserção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão das Instituições de Educação Superior brasileiras. Apesar desse avanço inicial, as informações apontam para a desarticulação dessa rede não sendo possível mensurar um impacto de sua atuação, tendo em vista que esse recurso está desativado e não vem cumprindo com os objetivos propostos.

Uma outra ação que pode ser destacada como importante na disseminação dos ODS nas universidades brasileiras consiste no Prêmio Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançado em 2018 pela Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV/PR) e que buscou reunir um conjunto de experiências relativas à implementação dos ODS no Brasil. Composto

por quatro categorias de premiação, esse prêmio destinou uma categoria para avaliar as práticas das instituições de ensino, pesquisa e extensão que colaboram para a implementação da Agenda 2030. Na primeira edição realizada em 2018, destaca-se que um total de 10 iniciativas foram consideradas finalistas, compreendendo que cinco delas foram submetidas por universidades federais.

Mais recentemente, outra iniciativa vem assumindo notoriedade, sendo lançada a proposta de construção do Selo ODS Universidades pela Universidade de Brasília (UnB) em parceria com o Instituto Açaí. O projeto foi submetido e aprovado no edital aberto pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 e se encontra em execução, tendo recebido um investimento de 6 mil euros para sua construção até o final do ano de 2021.

No contexto ora apresentado, considera-se que as iniciativas das universidades brasileiras em relação aos ODS possuem, então, um caráter isolado, estimulado por ações próprias das instituições que por si só adotam e implementam diretrizes da Agenda 2030. As experiências descritas no Brasil são apresentadas, assim, em forma de estudos de caso e, acerca desse referencial, foram consultados alguns trabalhos que se concentraram em apresentar experiências de algumas instituições de ensino brasileiras no que se refere ao diálogo com a Agenda 2030.

Nesse sentido, a pesquisa de Rezende et al. (2018) aborda esse processo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), identificando que essa instituição vem alinhando as suas práticas às diretrizes da Agenda 2030. Já o trabalho de Menezes e Minilo (2016) enfatiza a importância de as universidades aderirem aos ODS, abordando a experiência da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) num projeto de extensão que mediu a participação da sociedade civil nos ODS. Outro estudo de Alves (2019) apresentou iniciativas da mesma instituição, destacando como a UFPB tem dialogado com os ODS, a partir da análise de um conjunto de projetos de extensão que possuem vínculos entre estas atividades e as metas da Agenda 2030. O trabalho

de Santos (2019) desenvolveu um estudo de caso com a Universidade Federal do Ceará, objetivando analisar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, respondendo de que forma o planejamento estratégico pode contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O estudo de caráter exploratório descritivo, realizou a verificação dos componentes curriculares, projetos de pesquisa, ações de extensão e planejamento estratégico em busca de verificar o processo de alinhamento da IES aos ODS. Os resultados indicam que 690 componentes curriculares da UFC contêm em seu título ou ementa pelo menos um dos temas trabalhados pelos ODS; na pesquisa, 350 projetos possuem relação com o tema ODS, sendo que o tema da saúde é o mais abordado; a análise dos projetos de extensão indicou que a UFC possui 892 ações de extensão que foram classificadas em relação a dimensão da sustentabilidade; por fim, quanto ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFC para o ano de 2018-2022, a autora indicou que o documento da Agenda 2030 foi utilizado como base para a elaboração do referido PDI, analisando que a UFC faz menção aos ODS para a elaboração da sua estratégia.

Uma outra pesquisa que trata dos ODS nas instituições que foi identificada consiste no trabalho de Melo (2019). A autora desenvolveu uma pesquisa de doutorado que teve como objetivo geral compreender como a educação para a sustentabilidade está presente nos currículos de formação de professores das áreas de química, física e biologia, compreendendo um questionário respondido por 177 estudantes dos referidos cursos. Como resultados, a tese aponta a responsabilidade das universidades na formação de professores que apoiem a implementação dos ODS, enfatizando que “os ODS só se concretizarão se forem incorporados aos currículos das Universidades, bem como das escolas públicas, e se houver, evidentemente, o acompanhamento do trabalho” (MELO, 2019, p. 138).

A pesquisa de Schneider et al. (2020) desenvolveu um estudo com a Universidade de Caxias do Sul (UCS), avaliando a responsabilidade social universitária da instituição e refletindo que,

no que se refere a inclusão ODS nos projetos, currículos e na formação dos professores, ainda há muito o que se avançar. O trabalho Barbosa et al. (2019) discutiu os ODS no âmbito da Universidade Regional de Blumenau (FURB), destacando que essa instituição desenvolveu um curso de extensão em educação com foco nos ODS, alinhando a matriz curricular às diretrizes propostas pela ONU. Griebeler (2019) também estuda o tema, concentrando-se em estabelecer, por meio de um estudo comparativo, um conjunto de indicadores para avaliar os ODS em Instituições de Ensino Superior. A autora propôs um estudo que incluiu uma abordagem quali e quantitativa que é útil para as instituições implementarem os ODS nas dimensões do ensino, pesquisa, extensão, gestão e no próprio campus, elencando métricas que contribuem com cada um dos ODS. Apesar desse esforço, não foi objetivo do trabalho da autora realizar uma aplicação desses indicadores com algumas IES, de maneira que o trabalho desenvolve um método, mas não obteve resultados da sua aplicação.

Apesar do valor dessas iniciativas que descrevem experiências específicas de universidades na implementação dos ODS, o Brasil carece de estudos e pesquisas mais amplos que enfatizem a situação atual do cenário brasileiro, questionando se as universidades reconhecem o seu papel na implementação da Agenda 2030. Nesse contexto, é que se justifica o presente estudo que buscou investigar se as Universidades Federais brasileiras compreendem a existência da Agenda 2030 e se têm promovido o alinhamento de suas ações com os preceitos ora contidos nos ODS.

METODOLOGIA

No que se refere aos procedimentos metodológicos empregados para a realização da pesquisa, bem como relativo à sua categorização, destaca-se que o estudo se classifica quanto aos seus fins como descritivo, pois, conforme aponta Gil (2018), esse tipo de pesquisa

permite compreender características de determinados fenômenos, utilizando-se, para tanto, de técnicas padronizadas para coleta de dados. A partir dessa abordagem e considerando os apontamentos de Marconi e Lakatos (2010), foi possível estabelecer relações entre diversas variáveis pesquisadas, proporcionando novas visões sobre uma dada realidade.

Foi realizado levantamento bibliográfico do tema, sendo necessário consultar o que até então foi abordado sobre o assunto a fim de se obter familiarização com tudo o que foi escrito sobre o tema (MARCONI; LAKATOS, 2010). Combinado a isso, foi realizado um levantamento que permitiu a sistematização de várias situações, possibilitando que fosse explorado de forma detalhada um conjunto de objetos, ampliando o conhecimento sobre esse assunto (GIL, 2018). A partir desse delineamento, foi enviado um formulário para o universo das 69 Universidades Federais brasileiras, o qual buscou identificar como essas instituições têm se alinhado às diretrizes da Agenda 2030. Utilizou-se a plataforma da Lei de Acesso à Informação (LAI) para enviar o formulário para 63 instituições e outras 6 instituições, por não terem cadastro na LAI, tiveram os questionamentos enviados via e-mail. A partir dos casos analisados em cada instituição respondente, foram sistematizados quadros que estimulam a compreensão de uma dada realidade vivenciada por essas instituições de ensino, utilizando, portanto, a abordagem quanti e qualitativa para medir relações entre variáveis e diagnosticar aspectos quanto a incorporação dos ODS.

É importante destacar que a construção do questionário teve como base o trabalho de Smaniotto et al. (2020, p. 18) que propôs avaliar a consciência, conhecimento e as atitudes em relação aos ODS e à sustentabilidade entre alunos de nove universidades italianas. Os autores destacam que “a Agenda 2030 e os ODS representam um programa de desenvolvimento compartilhado globalmente, envolvendo toda a população em uma única missão comum”. Tal processo de aplicação de formulários e questionários possibilitam a identificação de conhecimentos, conceitos, indicadores, documentos,

bem como modelos relativos ao desenvolvimento sustentável e a implementação dos ODS.

Considerando que o instrumento adotado para a solicitação das informações foi um canal institucional, não houve preocupação em delimitar o tipo do sujeito respondente ou a sua competência no assunto, uma vez que com esse canal, presume-se que a resposta fornecida seja em nome da instituição.

Ainda sobre os questionamentos realizados a essas instituições, ressalta-se que se tratou de um formulário composto por cinco perguntas que versavam sobre o conhecimento e alinhamento de ações das universidades a Agenda 2030, em que foi considerado o período de 08 de maio de 2020 a 27 de julho de 2020 para as respostas. Na data de fechamento e consolidação dos dados, um número de 53 universidades havia fornecido respostas, o que corresponde a 77% de todo o universo pesquisado, conferindo confiabilidade aos resultados. O Quadro 2 apresenta as questões que foram abordadas.

Quadro 2. Questionamentos enviados às Universidades Federais brasileiras

1.	Essa instituição incorporou a Agenda 2030 e os ODS em algum documento institucional (PDI, Plano de Gestão, etc.)? Em caso afirmativo, em quais documentos esse tema foi abordado.
2.	Essa instituição participou ou promoveu algum evento que tratou da temática dos ODS? Descreva.
3.	Os projetos de pesquisa e extensão dessa instituição possuem alinhamento direto com os ODS (para cada projeto cadastrado, sabe-se o ODS vinculado)? Descreva.
4.	Existe alguma iniciativa dessa instituição voltada para divulgação dos ODS para a comunidade acadêmica (servidores, professores e alunos)? Descreva.
5.	A instituição já teve algum projeto vinculado ao ODS que foi premiado? Descreva.

Fonte: elaboração própria, 2021.

Importa destacar, no entanto, que das cinco questões formuladas, a questão 4 não foi considerada nas análises, pois verificou-se que diversas instituições haviam repetido a resposta já dada na questão 2, de modo que não se conseguiu extrair diferenças que justificassem manter as duas análises. Embora se entenda que as questões têm propósitos distintos, a análise apontou que as universidades ainda não possuem clareza no tema, e consideram que qualquer ação em prol dos ODS pode ser classificada como um evento, quando, na verdade, a questão 4 buscava saber da existência de ações internas para a comunidade acadêmica na disseminação dos ODS. Ademais, é importante ressaltar que nem todas as questões foram adequadamente respondidas pelas instituições, de modo que em algumas análises foi criada a categoria “sem informação” para se referir a instituição que não respondeu ou que não foi possível analisar a resposta da questão. A seção a seguir aborda os resultados dessa pesquisa, analisando as respostas das universidades para cada questão acima apresentada, e produzindo, assim, um diagnóstico que discorre sobre a incorporação da Agenda 2030 nas Universidades Federais brasileiras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando o universo de 53 instituições que forneceram informações sobre a situação de incorporação dos ODS, passa-se, a seguir, a examinar em detalhe o que tem sido feito nas Universidades Federais brasileiras para a incorporação e implementação dos ODS, à luz dos seguintes aspectos:

1. Incorporação da Agenda 2030 e dos ODS em documentos institucionais;
2. Participação e promoção de eventos relacionados à Agenda 2030 e aos ODS;

3. Alinhamento dos projetos de pesquisa e extensão aos ODS;
4. Existência de projeto vinculado aos ODS com recebimento de premiação.

Conforme já abordado, essas dimensões consistem num primeiro diálogo com o tema nas universidades, podendo fornecer subsídios para pesquisas mais aprofundadas sobre o tema e que considerem esse nível inicial como ponto de partida.

Incorporação da Agenda 2030 e dos ODS em documentos institucionais

Documentos institucionais são registros que reúnem as diretrizes de atuação da universidade, se configurando em importantes instrumentos que descrevem a missão, visão e direcionamento estratégico da instituição. Podendo ser elaborado tanto na dimensão estratégica, quanto tática e operacional, a universidade tem a responsabilidade de elaborar tais documentos de gestão, comunicando suas ações para a comunidade acadêmica e sociedade civil.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um desses documentos, expressando em nível estratégico a identidade e filosofia de trabalho da universidade, sua estrutura organizacional e principais eixos de atuação. Esse documento reúne objetivos, metas e ações prioritárias para o desenvolvimento da universidade, podendo ser visto como um documento de planejamento para 5 anos que tem obrigatoriedade de elaboração pelas instituições brasileiras, conforme Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 do Ministério da Educação (MEC).

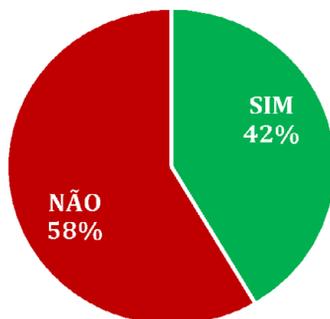
Outro importante documento elaborado pelas universidades é o Plano de Gestão, consistindo num planejamento de nível tático que, à luz do PDI, reúne programas e linhas prioritárias, operacionalizando

compromissos assumidos pela atual administração da universidade. Esses documentos se correlacionam com outros normativos, tais como planos e políticas que podem tratar de temáticas específicas sobre o funcionamento da própria instituição, a saber: plano de acessibilidade, plano de gestão de resíduos sólidos, política ambiental, política de comunicação etc.

Considerando que esses instrumentos traduzem o direcionamento estratégico da instituição e que orientam a execução de suas atividades, considera-se indispensável que estes estejam alinhados aos parâmetros estabelecidos na Agenda 2030. Isto é, para que uma universidade seja considerada disseminadora dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ela deve aproveitar essa oportunidade para vincular suas ações à Agenda 2030 e se basear nessas atividades para estruturar uma gestão alinhada ao desenvolvimento sustentável (SDSN, 2017). Assim, é considerado como pilar importante que a Agenda 2030 seja a base da missão, políticas e atividades das universidades, devendo existir uma vinculação desses instrumentos aos ODS. Para Berchin (2017, p. 44), “a adoção de princípios da sustentabilidade na missão, valores e planejamento das IES é essencial para gerar um ensino superior sustentável, demonstrando o comprometimento da instituição com o desenvolvimento sustentável”.

Partindo dessa premissa foi enviado o seguinte questionamento para as universidades que são objetos dessa pesquisa: “Essa instituição incorporou a Agenda 2030 e os ODS em algum documento institucional (PDI, Plano de Gestão, etc.)? Em caso afirmativo, explique em quais documentos esse tema foi abordado”. As respostas para tal questionamento foram sintetizadas no Gráfico 1, considerando as 53 instituições respondentes.

Gráfico 01. Situação das Universidades quanto à existência de documentos vinculados aos ODS



Fonte: elaboração própria, 2021.

Considerando as respostas fornecidas pelas universidades, verifica-se que um total de 22 universidades (42%) informaram terem inserido a Agenda 2030 e os ODS em algum de seus documentos institucionais, seja ele o próprio PDI, Plano de Gestão, Plano de Logística Sustentável ou outros normativos, como comitês e comissões que divulgam o tema. No entanto, também se observa um expressivo número de 31 universidades (58%) que ainda não dispõem de documentos institucionais com vinculação direta aos ODS.

Nesse contexto, embora seja possível identificar experiências positivas em algumas instituições que vêm alinhando o seu planejamento e suas atividades aos princípios disseminados na Agenda 2030, considera-se que o tema ainda precisa avançar. O Quadro 3 apresenta, portanto, três principais agrupamentos que foram elaborados a partir das respostas fornecidas pelas instituições, a saber: i) universidades que possuem documentos institucionais alinhados à Agenda 2030; ii) universidades em que a Agenda 2030 é tratada de maneira transversal em seus documentos institucionais, mas não apresentam vinculação direta; e iii) universidades que, até momento, não possuem vinculação de suas ações à Agenda 2030.

Quadro 3. Situação das Universidades Federais brasileiras frente à incorporação da Agenda 2030 em seus documentos institucionais

Situação	UFs	Descrição
Universidades que possuem documentos institucionais alinhados à Agenda 2030	UNB; UFGD; UFMT; UFMS; UFR; UFPB; UFCG; UFC; UFRN; FRPE; UFT; UNIFAL-MG; UFV; UFES; UFTM; UTFPR; UFCSPA; UFSC; UFSM; UNIPAMPA; e FURG.	Essa categoria agrupou 22 universidades que demonstraram experiências positivas de vinculação da Agenda 2030 e dos ODS em documentos institucionais. Cabe destacar, nesse sentido, que universidades já possuem o PDI, Plano de Gestão e outros documentos que citam os ODS como pilar importante (UFMT, UFMS, UFR, UFPB, UFCG, UFC, UFRN, UFRPE, UNIFAL-MG, UFV, UFTM, UTFPR, UFCSPA, UFSC, UNIPAMPA e FURG). Além disso, algumas instituições também têm criado grupos de trabalho que vêm atuando na internalização da Agenda 2030 nas universidades (UNB, UFT e UFSM) e na elaboração de programas estratégicos, como por exemplo o programa UNB2030, o Prática Extensionista na (UFGD). Experiências de universidades que têm produzido relatórios sobre o desempenho dos ODS (UFES).
Universidades em que a Agenda 2030 é tratada de maneira transversal em seus documentos institucionais, mas não apresentam vinculação direta	UFG; UFBA; UFCA; UFOB; UNIVASF; UFERSA; UNIR; UFAC; UFAM; UFOPA; UFOP; UFSCar; UNIFESP; UFABC; UFVJM; UFF; UFRRJ; UFFS; e UFRGS.	Essa categoria agrupou 19 universidades que tratam de forma indireta da Agenda 2030 em seus documentos institucionais. Considera-se as UFs que responderam diretamente que não possuem documentos que tratam dos ODS, mas que congregam os seus princípios em diversas ações. As universidades que responderam que possuem documentos relacionados à Agenda 2030, porém que na análise ficou evidenciado que não há um tratamento direto dos ODS nesses documentos, mas sim uma diluição dos mesmos nas ações da universidade. Existiram situações, em que a universidade informou ter tratado da Agenda 2030 em documentos que foram criados com data anterior ao próprio ano de lançamento, sendo improvável que esses documentos tenham considerado a Agenda 2030 como princípio norteador. O que ocorreu nesses casos, é que a própria universidade já vinha avançando no tema da sustentabilidade, mas ainda não houve a compatibilização desse tema com os ODS.

<p>Universidades que, até momento, não possuem vinculação de suas ações à Agenda 2030</p>	<p>UFRB; UNILAB; UFMA; UFRR; UNIFAP; UNIFESSPA; UFLA; UFMG; FUNRei; UNIRIO; UNILA; UFPR.</p>	<p>Essa categoria agrupou 12 universidades que informaram que ainda não tratam da Agenda 2030 em seus documentos institucionais. Como exemplo disso, pode-se observar as seguintes respostas: “Não temos nenhuma ação referente a temática abordada”; “(...) não possui informações sobre o tema, tão pouco promove eventos, projetos de pesquisa, extensão ou realiza divulgação desta questão”; “não temos ações formalizadas sobre a incorporação dos Objetivos de ODS na Universidade”; “Devemos responder não para os 5 questionamentos (...)”; “Até o momento dessa consulta, não há documentos institucionais que incorporem a Agenda 2030 ou os ODS”.</p>
--	--	---

Fonte: elaboração própria, 2021.

O quadro apresentado reforça a situação das Universidades Federais brasileiras, demonstrando que enquanto algumas instituições se destacam com experiências exitosas de vinculação dos seus documentos à Agenda 2030, outras ainda não têm estabelecido claramente a relação entre as suas diretrizes e os ODS, de modo que apresentam um tratamento transversal do tema, se confundindo muitas vezes com a sustentabilidade no geral. Há também expressivo número de instituições que não deram o primeiro passo no sentido de concretização e alinhamento dos ODS em seus documentos norteadores, sendo esse um grande desafio a ser superado.

Participação e promoção de eventos relacionados à Agenda 2030 e aos ODS

Considera-se que as universidades também devem atuar de forma intensa na promoção e participação de eventos que discutam o tema da Agenda 2030. Acredita-se que por meio dessas iniciativas seja possível sensibilizar um maior número de atores para implementação

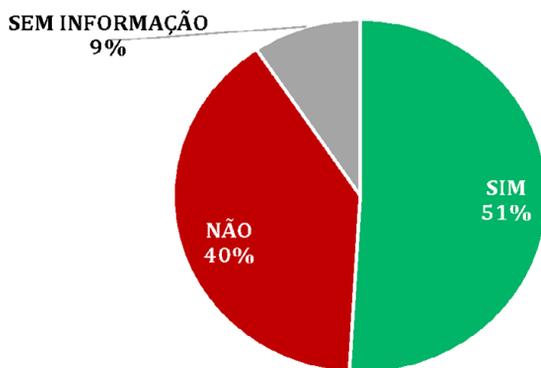
dos ODS, além de ser possível compartilhar resultados de pesquisas que abordam o tema.

Nesse sentido, quando uma universidade realiza um evento com o tema específico da Agenda 2030, evidencia-se o compromisso da instituição em disseminar conhecimentos relativos ao contexto universitário e aos ODS. Esses eventos e capacitações estimulam o fortalecimento desses conceitos no âmbito acadêmico, analisando se tratar de um canal importante para sensibilização de atores.

Há que se ressaltar, no entanto, que as universidades são grandes realizadoras de eventos e, que de forma geral, a maioria delas tratam de algum tema que é transversal aos ODS. Apesar disso, ser válido, reforça-se aqui que as instituições devem atuar na promoção de eventos que discutam diretamente os ODS, isto é, faça a vinculação da iniciativa com a temática da Agenda 2030. Somente a partir desses eventos é que se fortalece o conhecimento sobre a Agenda 2030.

Considerando essa perspectiva e buscando saber quais Universidades Federais brasileiras têm participado e promovido eventos ligados diretamente ao tema da Agenda 2030 foi formulado o seguinte questionamento às instituições: **“Essa instituição participou ou promoveu algum evento que tratou da temática dos ODS?”**. A partir das respostas fornecidas pelas 53 universidades que participaram da pesquisa foi elaborado o Gráfico 2 que agrupa as respostas.

Gráfico 2. Situação das universidades quanto à promoção ou participação de eventos que tratam diretamente da Agenda 2030



Fonte: elaboração própria, 2021.

Inicialmente, pode-se observar que um número de 27 universidades (51%), informaram que têm realizado eventos que tratam diretamente da Agenda 2030 ou dos ODS. Por outro lado, também se observa que 21 universidades (40%) ainda não realizaram eventos para discussão direta do tema. É importante destacar que nesse agrupamento também foram incluídas 11 universidades que, apesar de informarem que realizaram eventos sobre os ODS, na prática, não houve nenhuma vinculação direta com o tema, sendo um evento generalista e que não abordou de forma específica a Agenda 2030 ou algum dos ODS. Entende-se que esses eventos embora discutam algum aspecto dos ODS, não podem ser entendidos como eventos de disseminação da Agenda 2030, pois sequer citaram as diretrizes propostas pela ONU. O gráfico 2 apresenta, por fim, 5 universidades (9%) que não forneceram informações específicas para essa questão.

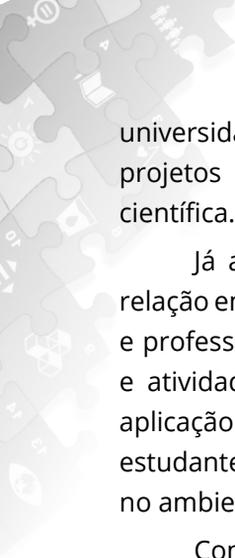
Relativo a experiências positivas que podem ser compartilhadas, verificam-se que diversas universidades vêm participando e

promovendo eventos que são realizados desde o nível de gestão da universidade, passando por eventos realizados na comunidade acadêmica, até aqueles que dialogam sobre ODS com representantes do governo, setor privado e sociedade em geral. Como exemplos de eventos que podem ser citados, destaca-se a participação de universidades nos eventos da 1ª edição do Prêmio ODS Brasil, além de feiras de conhecimento e gincanas sobre os ODS e participação em eventos realizados em parcerias com outras instituições, que visam a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Destaca-se ainda universidades que informaram ter realizado capacitação de suas equipes para alinhamento da Agenda 2030, assim como suas políticas ambientais e de sustentabilidade, além de eventos promovidos por projetos de extensão que discorrem sobre o assunto. Outra iniciativa, consiste na participação de instituições em eventos internacionais que abordam o tema, tal como o IX Encuentro de Redes de Educación Superior y Consejos de Rectores de América Latina y el Caribe, promovido pelo Instituto Nacional da Unesco e o New Flow realizado na cidade de Niterói em 2019 e que teve como objetivo divulgar os 17 ODS e promover apresentações, workshops, exposições, arrecadação de doações e consumo de produtos sustentáveis. Outro destaque são instituições que participam de rankings que avaliam a implementação dos ODS.

Alinhamento dos projetos de pesquisa e extensão aos ODS

As universidades são agentes que além de atuarem no ensino, promovem atividades de pesquisa e extensão, sendo essas ações importantes para o desenvolvimento da comunidade acadêmica e para o compartilhamento de resultados de trabalhos.

A pesquisa consiste assim, numa ação que se concentra no desenvolvimento de estudos e investigações, refletindo sobre uma atividade regular orientada para o conhecimento. Geralmente, as



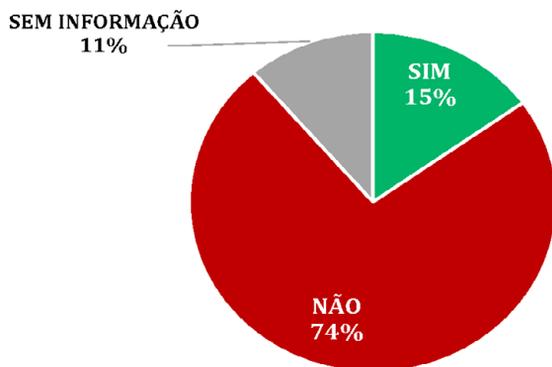
universidades possuem financiamento para a execução de seus projetos de pesquisa que ocorrem na modalidade de iniciação científica.

Já a extensão é uma outra modalidade que estabelece uma relação entre a universidade e a sociedade, permitindo que estudantes e professores intervenham na realidade com a execução de eventos e atividades que dialoguem com a comunidade. É uma forma de aplicação de conhecimentos teóricos e que também permitem aos estudantes terem uma vivência prática de alguma dimensão estudada no ambiente universitário.

Considerando o exposto e a transversalidade dos ODS, verifica-se que muitos dos projetos de pesquisa e extensão permitem que sejam tratados temas da Agenda 2030, existindo uma relação indireta entre esses projetos e as diretrizes do desenvolvimento sustentável proposta pela ONU. No entanto, é importante ressaltar a necessidade de que as universidades reconheçam a importância de vincularem os seus projetos de pesquisa e extensão de forma direta aos ODS, pois a partir dessa iniciativa será possível mensurar quantitativamente os impactos desses projetos no alcance de cada ODS. Menezes e Minillo (2016) trataram desse assunto e ressaltaram a importância do mapeamento das atividades de pesquisa científica e tecnológica e de extensão realizadas nas universidades que contribuam com a implementação dos ODS local ou nacionalmente.

Posta essa necessidade, foi questionado às Universidades Federais brasileiras quais delas realizam a vinculação direta dos seus projetos de pesquisa e extensão aos ODS, sendo sistematizadas as respostas das 53 instituições respondentes do Gráfico 3.

Gráfico 3. Situação das universidades quanto à vinculação direta dos projetos de pesquisa ou extensão aos ODS



Fonte: elaboração própria, 2021.

A partir da análise dos dados, verifica-se que um número muito baixo de universidades possui uma vinculação de seus projetos aos ODS de forma direta. Apenas 8 instituições (15%) informaram que é possível analisar como os seus projetos de pesquisa e extensão se vinculam aos ODS, pois, no momento de cadastramento da ação, houve uma obrigatoriedade de informar como o projeto se relaciona com a Agenda 2030.

Numa outra perspectiva, 39 universidades (74%) informaram que ainda não existe uma vinculação direta dos projetos com os ODS, de modo que muitos deles podem até se alinhar e contribuir com algum objetivo, mas não há menção explícita dessa convergência no cadastramento do projeto. Neste agrupamento, é importante ressaltar que um número de 12 universidades (23%) informou que já enxergam a necessidade de que o sistema de cadastramento de projetos de pesquisa e extensão contemple um campo específico para fazer a vinculação do projeto aos ODS, sendo que essa funcionalidade já está sendo desenvolvido em diversas instituições.

Ademais, não foi possível analisar informações sobre a questão em 6 universidades (11%) que não forneceram informações sobre a situação de alinhamento entre os seus projetos e os ODS. O Quadro 4 apresenta as universidades e a sua respectiva situação.

Quadro 4. Situação das Universidades Federais brasileiras frente à vinculação dos projetos de pesquisa e extensão aos ODS

Situação	Número de Universidades	Percentual	Universidades
Universidades que possuem vinculação dos projetos de pesquisa e extensão aos ODS	8	15%	UFGD; UFMS; UFPB; UFRN; UFABC; UFTM; UTFPR; e UFSM.
Universidades que estão desenvolvendo a funcionalidade de vinculação dos projetos de pesquisa e extensão aos ODS	12	23%	UNB; UFMT; UFCG; UFOB; UFOPA; UFT; UFJF; UFV; UFRRJ; UFCSPA; UFSC; e FURG.
Universidades que não possuem vinculação dos projetos de pesquisa e extensão aos ODS	27	51%	UFG; UFBA; UFRB; UNILAB; UFCA; UFC; UFMA; UNIVASF; UFRPE; UNIR; UFRR; UFAC; UNIFESSPA; UNIFAL-MG; UFLA; UFOP; UFSCar; FUNRei; UNIFESP; UFES; UNIRIO; UFVJM; UFF; UNILA; UNIPAMPA; UFPR; e UFRGS.
Universidades que não forneceram informações sobre o tema	6	11%	UFR; UFERSA; UNIFAP; UFAM; UFMG; e UFFS
TOTAL	53	100%	-

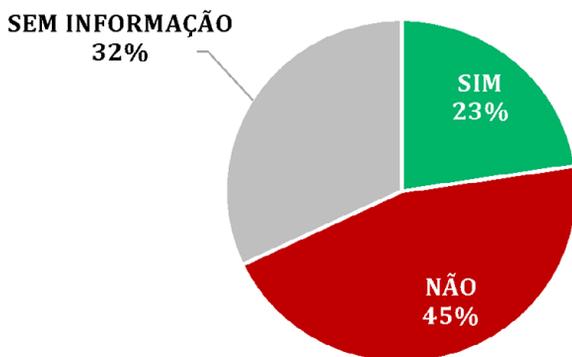
Fonte: elaboração própria, 2021.

A partir do quadro é notório que algumas Universidades Federais brasileiras já reconheceram a importância de que seus projetos de pesquisa e extensão não só dialoguem com os ODS, mas também apresentem uma relação direta de vinculação, permitindo avaliar como a instituição tem colaborado com o avanço do tema. Contudo, outro significativo número de instituições ainda não despertou para relacionar seus projetos aos ODS.

Existência de projeto vinculado aos ODS com recebimento de premiação

Na última questão proposta, buscou-se avaliar quais Universidades Federais brasileiras que já haviam recebido premiações de projetos vinculados à Agenda 2030 e aos ODS. Verificou-se que, por meio desse questionamento, seria possível apresentar experiências das instituições já reconhecidas como importantes para o alcance dos ODS. No entanto, a análise das respostas demonstrou que muitas universidades ainda carecem de mecanismos para avaliar o recebimento desses prêmios que, muitas vezes, ocorrem diretamente ao pesquisador, sem que a instituição tenha uma formalização desses destaques. Embora tenha ocorrido diversos casos como esses, foi possível sistematizar o Gráfico 4 que agrupa as universidades quanto à sua situação.

Gráfico 4. Situação das universidades quanto à existência de projetos premiados vinculados aos ODS



Fonte: elaboração própria, 2021.

Os dados demonstram que das 53 instituições que participaram da pesquisa, 36 (68%) forneceram informações sobre a existência ou não de projetos premiados. Desse quantitativo, 12 universidades (23%) informaram que algum projeto de sua instituição que tem vinculação a Agenda 2030 recebeu algum prêmio. Um número de 24 universidades (45%) declarou que não tiveram projetos premiados. Já 17 instituições (32%) não conseguiram fornecer informações precisas sobre a questão, justificando que a universidade não dispunha de mecanismos para fornecer tal resposta. O Quadro 5 destaca as universidades que possuem projetos que se relacionam aos ODS e que foram premiados.

Quadro 5. Universidades Federais brasileiras com projetos vinculados aos ODS premiados

Universidade		Premiação
1	UFG	O Programa UFG Sustentável recebeu em 05 de junho de 2019 a Comenda do Mérito Ambiental Leolídio Di Ramos Caiado, oferecida pela Câmara Municipal de Goiânia.
2	UFMT	O programa Meninas Sustentáveis levou o prêmio da categoria Academia do 6º Prêmio Fecomércio de Sustentabilidade. Como uma proposta de educação científica transformadora, cerca de 40 alunas de graduação e do ensino médio são desafiadas a interagir com importantes questões ligadas diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
3	UFMG	O Projeto de redução do consumo de água foi considerado uma das 20 melhores práticas de sustentabilidade pelo Ministério do Meio Ambiente e pela ONU, sendo premiada na Chamada Pública “Boas Práticas A3P”.
4	UFRN	Duas práticas da UFRN foram finalistas na 1ª edição do Prêmio ODS Brasil na categoria Ensino, Pesquisa e Extensão, com os projetos “Horta Comunitária Nutrir” e “Gestão Ambiental Integrada na UFRN: efluentes e resíduos”.
5	UNIVASF	O Programa Escola Verde recebeu em 19 de janeiro de 2016 o Prêmio de Referência para Inovação e Criatividade na Educação Básica do Brasil, do Ministério da Educação (MEC).
6	UFERSA	A Universidade Federal Rural do SemiÁrido foi uma das vencedoras da 1ª Edição do Prêmio ODS Brasil, entregue em 13 de dezembro de 2018 com o projeto de pesquisa “Tecnologia da dessalinização de água salobra”, tendo conquistado o primeiro lugar na categoria Ensino, Pesquisa e Extensão.
7	UFJF	O Laboratório de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagem (DOMVS), coordenado pelo professor Fernando Lima, recebeu em 2018 menção honrosa no Prêmio Capes por elaborar um sistema de algoritmos que ajuda a avaliar e otimizar o desempenho de configurações de espaços urbanos, que tem compromisso com o ODS 11.

8	UTFPR	Desde 2018, pelo menos 7 dos campus da UTFPR receberam o Selo ODS (anos 2018 e 2019) com os seus projetos de extensão e em 2019 o campus UTFPR Santa Helena ganhou o prêmio menção honrosa ODS SESI para o ensino Superior.
9	UFSC	O Projeto de Recuperação e Educação ambiental do bosque do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (CFH/UFSC) recebeu, no dia 23 de agosto de 2018, o prêmio de sustentabilidade Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). O projeto ficou na terceira colocação da categoria “Uso/Manejo Sustentável dos Recursos Naturais”. Projeto de extensão do CCA também ganhou prêmio do Ministério do Meio Ambiente, tendo sido reconhecido pelo seu trabalho no combate à perda e ao desperdício de alimentos, a partir do edital Boas Práticas no Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos 2018.
10	UFSM	Em 2019 o Observatório de Direitos Humanos (ODH) vinculado a Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Cidadania (CODERC) da Pró-Reitora de Extensão (PRE/UFSM) recebeu a Comenda da Câmara de Vereadores da cidade de Santa Maria - RS.
11	FURG	O projeto “Inovação, docência, experimentação, inclusão e aprendizagem ativa como ferramentas para a qualificação do letramento científico da educação básica” foi premiado pelo MEC.
12	UFRGS	Quatro propostas de startups foram premiadas na Maratona de Empreendedorismo da UFRGS de 2018, que tinha como slogan “Impacte o seu mundo” e que considerou no edital o atendimento aos ODS.

Fonte: elaboração própria, 2021.

As iniciativas listadas são diversas e têm colaboração para ODS específicos, demonstrando que o pesquisador está atento ao tema da Agenda 2030 e tem produzido conhecimento que se relaciona com tal diretriz do desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como as Universidades Federais brasileiras vêm dialogando com a Agenda 2030. Orientada pelos trabalhos recentes desenvolvidos no tema e pelo documento elaborado pela SDSN que aborda procedimentos para implementação da Agenda 2030 nas universidades, essa pesquisa reuniu informações de 53 universidades participantes do estudo.

Buscando diagnosticar o cenário brasileiro, verifica-se que embora tais universidades já dialoguem sobre desenvolvimento sustentável, a premissa aqui defendida é que as ações das universidades estejam alinhadas a Agenda 2030, pois só assim será possível mensurar o desempenho das instituições no que se refere aos ODS. Nesse sentido, reitera-se a necessidade de desenvolver estratégias mais articuladas e coordenadas e que estimulem o protagonismo das instituições de ensino no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.

Esse contexto aponta para a importância de fornecer orientações para incorporação dos ODS nas universidades, as quais são chamadas de protagonistas devido ao seu trabalho de geração e difusão do conhecimento e de sua preeminente situação dentro da sociedade. Nesses espaços se fomenta o pensamento crítico, se formam cidadãos e se desenvolvem soluções inovadoras que permitem o alcance dos ODS.

Levando em consideração essa realidade, a primeira estratégia consiste em fazer com que as universidades conheçam a Agenda 2030 e incorporem as diretrizes em seu planejamento estratégico, reafirmando compromissos em documentos institucionais. Sobre esse assunto, os dados das Universidades Federais brasileiras indicam que algumas universidades, embora possam tratar de temas correlatos aos ODS, não fazem menção à Agenda 2030 ou aos ODS em seus

documentos estratégicos. Essa realidade precisa ser transformada, pois as diretrizes propostas pela ONU devem fazer parte do cotidiano das instituições de ensino, estimulando a criação de uma cultura institucional que contemple educar para construir uma sociedade mais justa, economicamente viável e ambientalmente sustentável.

Relativo à participação e promoção de eventos sobre a Agenda 2030, verificou-se que as universidades vêm realizando seminários e encontros para discutir o tema. Embora, num caráter geral, possa se dizer que a maioria dos eventos promovidos por essas instituições tratam de maneira transversal dos ODS, reitera-se a importância da vinculação direta entre essas ações e o ODS, reafirmando o compromisso da universidade em disseminar as metas e potencializar discussões que contribuam com a sua execução.

Numa outra vertente e tratando dos projetos de pesquisa e extensão, foi questionado se existia a vinculação direta de cada iniciativa com os ODS que ela se relaciona. A intenção disso é fazer com que os projetos que as universidades implementam dialoguem diretamente com os ODS, sendo possível agrupar as iniciativas e avaliar os seus efeitos. Apesar dessa vantagem, a realidade aponta para um número baixo de universidades que possuem essa sistemática, existindo a grande maioria das instituições que desconhecem como os seus projetos contribuem com os ODS. Esse dado se traduz num enorme desafio, pois o fortalecimento da Agenda 2030 perpassa pela necessidade da comunidade acadêmica contribuir com iniciativas que permitam alcançar as metas dos ODS. Enquanto as ações estiverem sendo realizadas sem articulação, perde-se em esforço e em potencial de alcance de resultados.

Por fim e tratando das práticas das Universidades Federais brasileiras que estão alinhadas aos ODS e que receberam premiações, destaca-se o desafio das instituições em mapearem esses prêmios, reforçando que ainda precisa ser fortalecida a sistemática de apoio e reconhecimento dos projetos que tratam dos ODS nas universidades.

Apesar disso, constatou-se que um número de 12 universidades possui projetos alinhados às diretrizes da Agenda 2030 que foram premiados.

Todos esses dados indicam que ainda há uma trajetória a ser traçada, sobretudo em virtude das Universidades Federais brasileiras agirem por si só, sem uma coordenação efetiva de ações. Algumas instituições não conseguiram compatibilizar as suas ações com a Agenda 2030, contribuindo para o número de pessoas que não conhecem e não implementam os ODS.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Ana Marta; AZEITEIRO, Ulisses; e LEAL, Susana. The implementation of sustainability practices in Portuguese higher education institutions. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, 19, n. 1, p. 146-178, 2018. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJSHE-02-2017-0016/full/html>. Acesso em: 04 Jun. 2021.

ALVES, Jeyce. Scott. Lima. **O papel da universidade na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas**: uma análise dos projetos de extensão da Universidade Federal da Paraíba. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Internacionais) – Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16826/1/JSLA17022020.pdf>. Acesso em: 04 Jun. 2021.

BARBIERI, Jose; e CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: da teoria à prática. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. ISBN 8547208305.

BARBOSA, Valeska Cristina et al. A universidade e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): contribuições do programa

de educação superior para o desenvolvimento regional (proesde/furb). In: IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IX, 2019, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 2019. p. 1-22. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/19177>. Acesso em: 04 Jun. 2021.

BERCHIN, Issa Ibrahim. **Instituições de Educação Superior como Agentes de Inovação para o Desenvolvimento Sustentável**: Estudo em uma Universidade Comunitária De Santa Catarina. Dissertação (Administração) – Pós-Graduação em Administração, Universidade do Sul de Santa Catarina. Florianópolis. 2017. Disponível em: <https://riuni.unisul.br/handle/12345/3019?show=full>. Acesso em: 04 Jun. 2021.

BLASCO, Natividad; BRUSCA, Isabel; e LABRADOR, Margarita. Drivers for Universities' Contribution to the Sustainable Development Goals: An Analysis of Spanish Public Universities. **Sustainability** 2021, 13, 89. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su13010089>. Acesso em: 04 Jun. 2021

BRASIL. Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016. Cria a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8892.htm. Acesso em: 04 Jun. 2021.

BRASIL. Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 05 Jun. 2021

BRASIL. **Relatório da 1ª Edição do Prêmio ODS Brasil, 2018.** Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/menu-de-relevancia/premio-ods-brasil-1/relacao-das-praticas-validadas/view>. Acesso em: 04 Jun. 2021.

CHALETA, Elisa et al. Higher Education and Sustainable Development Goals (SDG) - Potential Contribution of the Undergraduate Courses of the School of Social Sciences of the University of Évora. **Sustainability** 2021, 13, 1828. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su13041828>. Acesso em: 04 Jun. 2021.

CHASEK, Pamela et al. Getting to 2030: Negotiating the post-2015 sustainable development agenda. **Review of European Comparative & International Environmental Law**, 25, n. 1, p. 5-14, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/reel.12149>. Acesso em: 04 Jun. 2021.

CHOFRE, Lúcia Aparicio; e PAREDES, Carla. Las Universidades Valencianas y los Objetivos de Desarrollo Sostenible. *In: II CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE DERECHOS HUMANOS*, II, 2018, Valencia. **Anais...** Fundación Mainel y la Fundación Promoción Social, Valencia, Espanha, 2018. p. 34-54. Disponível em: <https://congresoddhh.mainel.org/wp-content/uploads/2018/12/Actas-II-Congreso-DDHH-y-ODS.pdf>. Acesso em: 04 Jun. 2021.

DE LA POZA, Elena et al. Universities' Reporting on SDGs: Using THE Impact Rankings to Model and Measure Their Contribution to Sustainability. **Sustainability**. 2021, 13, 2038. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su13042038>. Acesso em: 04 Jun. 2021.

DE LA ROSA RUIZ, Daniel; GIMÉNEZ ARMENTIA, Pilar; e DE LA CALLE MALDONADO, Carmen. Educación para el desarrollo sostenible: el papel de la universidad en la Agenda 2030. **Revista Prisma Social**, [S. l.], n. 25, p. 179–202, 2019. Disponível em: <https://revistaprismasocial.es/article/view/2709>. Acesso em: 04 Jun. 2021.

FRANCO, Luciane Silva; DOLIVEIRA, Sergio Luis Dias; e FRANCO, Antonio Carlos. Desenvolvimento sustentável e o transporte urbano em países da América do Sul: uma revisão sistemática. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade** (ISSN 2318-3233), v. 10, n. 3, p. 159-181, 2020.

GARCÍA-FEIJOO, María; EIZAGUIRRE, Almudena; e RICA-ASPIUNZA, Alvaro. 2020. Systematic review of sustainable-development-goal deployment in business schools. **Sustainability** 12 (1), 440. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12010440>. Acesso em: 04 Jun. 2021.

GAZZONI, Fernando et al. O Papel das IES no Desenvolvimento Sustentável: Estudo de Caso da Universidade Federal de Santa Maria. **Gual**, 11, n. 1, p. 48-70, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2018v11n1p48>. Acesso em: 04 Jun. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018. ISBN 8597012617.

GLOBAL ALLIANCE. **Annual SDG Accord Report 2019 Progress towards the Global Goals in the University and College sector**. The United Nations High-level Political Forum. New York, 2019.

GRANDA, Santiago. **Universities as actors in the UN SDG Agenda**. Crue Universidades Españolas. Oviedo, Espanha, 2019, 25p. Disponível em: http://www.faubai.org.br/conf/presentation2019/2019.04.16%20Presentation%20FAUBAI_CRUE.pdf. Acesso em: 04 Jun. 2021.

GRIEBELER, Juliane Sapper. **Indicadores para avaliação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) em instituições de ensino superior (IES)**. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2019. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/1804>. Acesso em: 04 Jun. 2021.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF UNIVERSITIES (IAU). **Higher Education and the 2030 Agenda: Moving into the 'Decade of Action and Delivery for the SDGs'**. Paris: International Universities

Bureau, 2019. Disponível em: https://www.iau-hesd.net/sites/default/files/documents/iau_hesd_survey_report_final_jan2020.pdf. Acesso em: 04 Jun. 2021.

JORGENSEN, Thomas. Universities move to achieve the SDGs – and approach the next hurdle. **European Universities Association**. 2019. Disponível em: <https://eua.eu/resources/expert-voices/110:universities-move-to-achieve-the-sdgs-%E2%80%93-and-approach-the-next-hurdle.html>. Acesso em: 04 Jun. 2021.

LARA, Pedro Túlio de Resende. Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior. **Revista Monografias Ambientas**, 7, n. 7, p. 1646-1656, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/5341/3308>. Acesso em: 05 fev 2021.

MACHADO, Raquel Engelman et al. Práticas de Gestão Ambiental em Universidades Brasileira. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, 7, n. 3, p. 37-51, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v7i3.740>. Acesso em: 05 fev 2021.

MARCHORI, Lupe Bohorques. La Responsabilidad Social Universitaria en los Objetivos del Desarrollo Sostenible. *In: II CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE DERECHOS HUMANOS*, II, 2018, Valencia. **Anais...** Fundación Mainel y la Fundación Promoción Social, Valencia, Espanha, 2018. p. 165-179. Disponível em: <https://congresoddhh.mainel.org/wp-content/uploads/2018/12/Actas-II-Congreso-DDHH-y-ODS.pdf>. Acesso em: 05 Jun. 2021.

MARCONI, Maria de Andrade.; e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, Andrea Varela de. **Educação para a sustentabilidade em licenciaturas da área das ciências da natureza na universidade federal do rio grande do norte: abordagem curricular e ideias e atitudes de estudante**. 31/05/2019 153 f. Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática Instituição De Ensino: Universidade Federal

do Rio Grande do Norte, Natal Biblioteca Depositária. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/>. Acesso em: 05. Jun 2021.

MENEZES, Henrique; e MINILLO, Xaman. O papel da Universidade na Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *In*: 3º SEMINÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, 3, 2016, Florianópolis. **Anais...** Seminário de Relações Internacionais, Florianópolis, 2016. p. 1-18. Disponível em: <http://www.seminario2016.abri.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=27#M>. Acesso em: 05 Jun. 2021.

MOVIMENTO NACIONAL ODS SANTA CATARINA. **Selo Social e UnB aprovam projeto para fomentar ODS nas universidades brasileiras.** Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://sc.movimentoods.org.br/2020/12/01/selo-social-e-unb-aprovam-projeto-para-fomentar-ods-nas-universidades-brasileiras/>. Acesso em: 05 fev. 2021.

MURILLO-VARGAS, Guillermo; GONZALEZ-CAMPO, Carlos Hernan; BRATH, Diony Ico. Mapeando a integração dos objetivos de desenvolvimento sustentável nas universidades: um campo de estudo ?. **Journal of Teacher Education for Sustainability**, v. 22, n. 2, pág. 7-25, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.2478/jtes-2020-0013>. Acesso em: 05 Jun. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 04 de jun 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future.** Nações Unidas. 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 05 Jun. 2021.

REZENDE, Júlio Francisco Dantas et al. SDG in universities: the study of UFRN in Brazil. In: VI INTERNATIONAL CONFERENCE ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT VI, 2018, New York. **Anais...** Columbia University, New York. 2018. p. 89. Disponível em: https://ic-sd.org/wp-content/uploads/2018/09/180917-Abstract-Book_WEB.pdf. Acesso em: 05 Jun. 2021.

ROMERO, Susana et al. 2020. Systematic Review of How Engineering Schools around the World Are Deploying the 2030 Agenda. **Sustainability** 12 (1), 440. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12125035>. Acesso em: 04 Jun. 2021.

SACHS, Jeffrey. From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals. **The Lancet**. Nova Iorque, p. 2206-2211. jun. 2012.

SCHNEIDER, Vania et al. Responsabilidade Social Universitária: Estudo de Caso da Universidade de Caxias do Sul, RS. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, [S.l.], v. 9, p. 816-829, fev. 2020. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/8733. Acesso em: 05 Jun. 2021.

SDSN AUSTRÁLIA / PACÍFICO. **Introdução aos ODS em universidades: um guia para universidades, instituições de ensino superior e o setor acadêmico**; Austrália, Nova Zelândia e Edição do Pacífico; Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável - Austrália / Pacífico: Melbourne, Austrália, 2017. Disponível em: http://ap-unsdsn.org/wp-content/uploads/Como-comecar-com-os-ODS-nas-Universidades_18-11-18.pdf. Acesso em: 05 Jun. 2021.

SMANIOTTO, Cecilia et al. Sustainable Development Goals and 2030 Agenda: Awareness, Knowledge and Attitudes in Nine Italian Universities, 2019. **International journal of environmental research and public health**, v. 17, n. 23, p. 8968, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/17/23/8968>. Acesso em: 05 Jun. 2021.

STRÜBER, Dorothea. **La Declaración Universal de los Derechos Humanos y los ODS.** In: II Congreso Internacional sobre Derechos Humanos, II, 2018, Valencia. *Anais...* Fundación Mainel y la Fundación Promoción Social, Valencia, Espanha, 2018. p. 12-20. Disponível em: < <https://congresoddh.mainel.org/wp-content/uploads/2018/12/Actas-II-Congreso-DDHH-y-ODS.pdf>>. Acesso em: 05 Jun. 2021.

TORRES, Ramos. Contribution of Higher Education to the Sustainable Development Goals from Teaching. **Revista Espanola De Educación Comparada**, no. 37, 2021, pp. 89-110. Disponível em: <http://revistas.uned.es/index.php/REEC/article/view/27763/22578>. Acesso em: 05 Jun. 2021.

WU, Yenchun Jim; SHEN, Ju-Peng. Higher education for sustainable development: a systematic review. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, Vol. 17 No. 5, pp. 633-651, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-01-2015-0004>. Acesso em: 05 Jun. 2021.

A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO À AGENDA 2030

Luciana de Figueirêdo Lopes Lucena¹⁸

INTRODUÇÃO

A transição do século XX para o século XXI trouxe consigo a emergência das discussões a respeito das questões ambientais que desencadearam uma crise sem precedentes na história da humanidade. Apenas no final da década de 1960 viemos observar o impacto que nossas atividades cotidianas e produtivas causam ao ambiente, notadamente a partir da 1ª Revolução Industrial.

Os indícios já se faziam notar desde a década de 1950 com fenômenos como o *smog* na Inglaterra e os impactos do pesticida DDT (dicloro difenil tricloetano) sobre o meio ambiente. A efervescência dessas questões deu origem ao Clube de Roma em 1968, um grupo formado por pesquisadores, empresários, diplomatas, economistas e funcionários governamentais com o objetivo de discutir e analisar o uso indiscriminado dos recursos naturais. Desses estudos, resultou a publicação “The Limits of Growth” em 1972, que foi um marco na história ambiental mundial e o pontapé inicial para as tomadas de decisão e discussões ambientais em nível mundial que hoje experimentamos.

A publicação foi a base de discussão que permeou a Primeira Conferência sobre o Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo)

¹⁸Doutora em Economia (UFPE) - <http://lattes.cnpq.br/5893551656862490> - <https://orcid.org/0000-0003-1258-9345> - llucena@yahoo.com.br

em 1972, impulsionando um movimento global pela sustentabilidade. Temos aí uma ruptura com a forma de tratamento das questões ambientais (passando de uma perspectiva local, para uma global) e os modos de produção vigentes. A Conferência de Estocolmo inseriu a dimensão ambiental na seara internacional, a qual passou a nortear acordos, convenções e tratados internacionais.

O século XXI trouxe um mundo complexo e multifacetado em que coexistem o desenvolvimento tecnológico, inovação, progresso e também aumento populacional, desigualdades sociais, pobreza e ameaças ambientais globais (AGBEDAHIN, 2019). Dentro dessa perspectiva, em 2000 foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que vigoraram até 2015, quando substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados em 2015 pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) na forma da Agenda 2030: “um plano de ação para o planeta, os indivíduos e a prosperidade (PIMENTEL, 2019, p. 2)”.

Permeando todas as discussões e planos de ação até a Agenda 2030 está o reconhecimento da necessidade da educação como ferramenta para se atingir a sustentabilidade. A Agenda 2030 alçou a educação a um papel central.

Pretende-se aqui, analisar a evolução do reconhecimento da educação em todos os níveis, como indutor do desenvolvimento focado na sustentabilidade e, em particular, como a educação vem inserida e recepcionada no contexto da evolução dos ODM para os ODS.

A educação no contexto dos acordos internacionais: da conferência de estocolmo aos ODS

As décadas 1960-1970 representaram uma verdadeira ruptura no pensamento desenvolvimentista capitalista vigente até então, que

ignorava os custos sociais dos seus processos produtivos associados à utilização intensiva dos recursos naturais como se ilimitados fossem, além da poluição dos corpos hídricos, degradação do solo, destruição de florestas, entre outros. A discussão emergia em um contexto pós Segunda Guerra Mundial, em que o mundo experimentava uma série de acontecimentos derivados de/ou que acarretavam desequilíbrios ambientais.

A Conferência de Estocolmo (1972) foi realizada em um momento propício, caracterizado pelo aumento das cooperações científicas em torno do tema, a publicidade dos problemas ambientais em contraponto a um crescimento econômico acelerado (LE PRESTE, 2005). Apesar da Conferência não ter resultado em um acordo internacional, teve um grande mérito de se chegar a um consenso da necessidade de considerar os problemas ambientais e, principalmente, de se definirem ações, com a aprovação da “Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente”. Lima (2009) destaca que no cerne dos questionamentos sobre como enfrentar a crise ambiental, sempre esteve a educação como instrumento indutor do estabelecimento de mecanismos de preservação do meio ambiente.

São estabelecidas então as bases para a implementação da Educação Ambiental (EA) em uma escala global que teve como marco a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilise em 1977. Os resultados da Conferência foram reportados no documento “A Educação Ambiental: as Grandes Orientações da Conferência de Tbilisi” que, assim como a Declaração de Estocolmo, tornou-se referência mundial para a implementação da Educação Ambiental em todos os níveis com a determinação de finalidades, princípios orientadores e estratégias. Dentro destes termos, a educação ambiental foi sendo consolidada em diversos eventos

No bojo dessas Conferências, ainda na década de 1970, firma-se a ideia de uma proposta de modelo de desenvolvimento, o Ecodesenvolvimento, baseado na relação harmoniosa entre a

economia, o bem-estar da sociedade e o uso dos recursos naturais. Os princípios do ecodesenvolvimento ecoaram na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983 para propor meios de se atingir essa coexistência equilibrada. Em 1987, a Comissão lança o Relatório Brundtland “Nosso Futuro Comum” que vem a difundir o termo Desenvolvimento Sustentável em substituição ao ecodesenvolvimento e propõe uma agenda conciliatória entre a economia e o meio ambiente. Segundo Jacobi (2005, p. 238), “num sentido abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável remete à necessária redefinição das relações entre sociedade humana e natureza, e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório”.

A *Declaração Mundial Jomtien sobre a Educação para Todos (EPT)* foi publicada em 1990, como resultado da Conferência Mundial “Educação para Todos”. Nela, é caracterizado o papel da educação para assegurar um mundo ambientalmente saudável, “contribuindo simultaneamente para o progresso social, econômico e cultural” (WCEFA, 1990, p. 2). A EPT traz como principal meta a universalização do ensino primário, assim como a erradicação do analfabetismo até 2015 e foi ratificada em Conferência realizada no ano 2000.

Nessas bases, foi realizada em 1992, marcando o 20º aniversário da Conferência de Estocolmo, a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, a Rio-92. Os termos Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade deram a tônica do debate. A Rio-92 vem validar, ressignificar e ampliar o conceito de Educação Ambiental definido no âmbito da Conferência de Tbilisi.

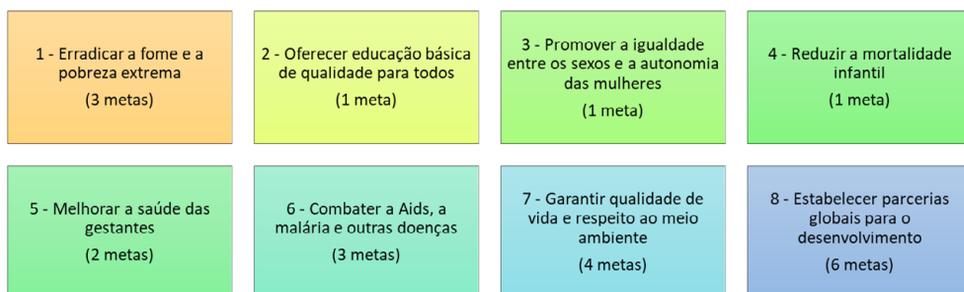
A Agenda 21, um dos produtos da Rio-92 tem o seu Capítulo 36 – Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento, fundamentado nas Recomendações de Tbilisi, ressaltando a reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável, nascendo, assim, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). O Capítulo 36 ainda traz a recomendação para que as nações

e as organizações estabeleçam suas próprias prioridades e prazos de implantação. O Capítulo 36 da Agenda 21 enfatiza o ensino básico, mas políticas nacionais vêm considerando a implementação da educação ambiental em todos os níveis de ensino, a exemplo da Política Nacional de Educação Ambiental do Brasil, instituída pela lei nº9795/99 (BRASIL, 1999).

A educação entrou definitivamente na pauta das Conferências Internacionais, com destaque, além da Rio-92, para a Conferência Internacional sobre o Ambiente e Sociedade (Tessalônica - Grécia, 1996) organizada pela UNESCO, com o objetivo de discutir o papel da educação e da conscientização popular para o alcance do desenvolvimento sustentável.

No ano 2000, mesmo ano da ratificação da EPT, buscando refletir as ideias surgidas ao longo das Conferências Internacionais, as Nações Unidas lançaram e adotaram a Declaração do Milênio, fundamentada em valores como igualdade, respeito à natureza, solidariedade, responsabilidade compartilhada, entre outros (NANDA, 2016). Para auxiliar o cumprimento da Declaração, foi definido um “pacote” composto de oito objetivos a serem alcançados até o ano de 2015. São os Objetivos do Milênio (ODM).

Figura 1. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Fonte: Adaptado de ODM. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/>

Para o cumprimento dos ODM, propôs-se um esforço conjunto de governo, sociedade civil e parceiros, no sentido de combater a fome, a pobreza, a desigualdade de gênero e a falta de escolaridade (SACHS, 2012). Com os ODM, as nações reconheceram a necessidade de atuar em diversas frentes para garantir o desenvolvimento, considerando-os em seus processos de decisão e definição de políticas públicas. Para monitorar o nível de atendimento dos ODM foram definidas 21 metas e 60 indicadores. Os ODM refletiram as principais preocupações e problemas da época de sua instituição.

Ao longo do tempo, obviamente, outros problemas vão aparecendo e falhas nos ODM que passam a não responder às aspirações almejadas no ano 2000 são percebidas, requerendo um processo de revisões e reajustes. A necessidade de revisão dos ODM ensejou a realização de uma Cúpula dos ODM em 2010 de onde se saiu com a concordância de construção de um plano de ação global para o alcance das metas até 2015. Na Rio+20 realizada em 2012, recomendou-se a adoção um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os quais viriam justamente a serem adotados no período pós-2015, prazo estipulado para os ODM e construídos coletivamente com base nos erros e acertos dos ODM. A esse respeito, os resultados das análises foram publicados no “ODM Report 2015”.

A Educação foi contemplada nos ODM em seu objetivo 2 (Atingir a Educação Primária Universal) para o qual foi definida uma meta e três indicadores e ainda no ODM3 que tinha como meta a eliminação da desigualdade de gênero na educação. No processo de revisão, constatou-se que, considerando as questões de gênero, havia maiores danos associados à retenção no ensino médio do que no ensino fundamental e os impactos se faziam perceber tanto no aspecto socioeconômico quanto àqueles relacionados aos direitos humanos das mulheres em diferentes faixas etárias. Tais distorções poderiam vir a ter correções de rumo com a implantação dos ODS.

Não obstante a Rio+20 tenha sido frustrante no sentido de celebração de acordos internacionais, o documento resultante da Conferência “O Futuro que Queremos” renovou o compromisso de buscar um desenvolvimento sustentável alicerçado nas bases social, econômica e ambientalmente sustentável, reconhecendo a população como o centro desse desenvolvimento. Estabeleceu-se um processo intergovernamental com representantes de 70 países para analisar e estabelecer os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” de forma integrada com a agenda de desenvolvimento pós-2015. O objetivo era construir um pacote integrado de ODS, caracterizadas pela interdependência entre eles, de modo que o sucesso de um objetivo dependesse do outro.

O resultado foi apresentado e adotado em uma Cúpula Especial das Nações Unidas, em setembro de 2015, na forma de um plano de ação intitulado “Transformando o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. A Agenda 2030 é composta por 17 objetivos, 169 metas e 232 indicadores (Figura 2). Comparando aos ODM que possuíam 08 objetivos, 21 metas e 60 indicadores percebe-se que os ODS são mais amplos e detalhados.

Figura 2. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Adaptado de ODS (s/d). Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>

No mesmo ano, foi realizado o Fórum Mundial de Educação – FME com a participação de mais de 1.600 representantes de 160 países quando foi assinada a Declaração de Incheon, adotando a Educação 2030 – E2030, uma agenda para a Educação contemplando um horizonte de 15 anos (2015-2030). A Declaração foi elaborada considerando o movimento EPT, os tratados de direitos humanos, e o Acordo de Mascate, aprovado na Reunião Mundial sobre Educação para Todos (EPT) em 2014. Com base na Cúpula das Nações Unidas que definiu a Agenda 2030, foi adotado o Marco de Ação da Educação 2030 para implementação do ODS-4 adotado por 184 Estados-membros, em 2015, em Paris. Segundo Pimentel (2020, p.637), “o Marco de Ação aponta como traduzir na prática e nos âmbitos nacional, regional e global o compromisso firmado em Incheon”, incluindo mecanismos de implementação regionais e globais, formas de governança, coordenação, monitoramento, acompanhamento, avaliação e revisão (UNESCO, 2016).

A educação passa a ser entendida no âmbito das Agenda 2030 e Educação 2030 como a ferramenta que promoverá o alcance de todos os ODS, espalhando-se por toda a Agenda 2030. O ODS 4 (Educação de Qualidade) é uma versão ampliada e revista dos ODM, considerando ainda as questões não trabalhadas e/ou pendentes da EPT. O ODS 4 é desmembrado em 10 metas (divididas em 07 estratégias para 2030 e 03 meios de implementação) e indicadores (Quadro 1).

Em comparação ao ODM 2, que focava no acesso e conclusão do ensino primário, tendo como meta a conclusão universal e monitorado por 03 indicadores, o ODS 4 agrega o ODM 2 ao ODM 3, em que expande as metas, ao incluir todos os níveis de ensino e igualdade de acesso entre homens e mulheres. Também insere a EDS no contexto do ODS 4, especificamente na meta 4.7 (que busca garantir a disseminação dos conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, com base na EDS, direitos humanos, igualdade de gênero, cidadania global e valorização

da diversidade cultural, entre outros). Trata ainda de questões estruturais do ensino como infraestrutura e qualificação docente. A UNESCO (2017) faz uma análise comparativa entre as agendas do ODM 2, ODS 4 e EPT (Figura 3). Percebe-se que a Agenda 2030 traz uma visão mais abrangente ao incluir diferentes públicos e níveis de ensino e ainda assegura igualdade de acesso a todos eles, com um destaque para a aprendizagem voltada para uma cidadania global e interconectada.

Figura 3. Comparação entre as Agendas Globais Educacionais

ODM2	EFA	ODS4
<ul style="list-style-type: none"> • Escopo <ul style="list-style-type: none"> • Ed. Primária (Crianças) • Cobertura <ul style="list-style-type: none"> • Países de baixa renda e áreas de conflito • Foco <ul style="list-style-type: none"> • Acesso e conclusão do ensino primário 	<ul style="list-style-type: none"> • Escopo <ul style="list-style-type: none"> • Ed. Básica (Crianças, jovens e adultos) • Cobertura <ul style="list-style-type: none"> • Países de baixa renda, embora se refira ao universo • Foco <ul style="list-style-type: none"> • Acesso à educação básica de qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Escopo <ul style="list-style-type: none"> • Ed. Básica, Técnica, Profissional e Superior • Cobertura <ul style="list-style-type: none"> • Universal • Foco <ul style="list-style-type: none"> • Acesso à educação básica de qualidade • Acesso igualitário ao Ensino Técnico, Profissionalizante e Superior • Ênfase em uma aprendizagem para a cidadania global

Fonte: Adaptado de UNESCO (2017).

Apesar do tema Educação estar relacionado a todos os ODS, como bem enfatizado na Agenda 2030, a UNESCO (2017) destaca 05 ODS que possuem metas que explicitam e relacionam aspectos educacionais em suas metas e indicadores (Quadro 2). Agbedahin (2019) ao comentar estas relações aponta que, mesmo fazendo parte direta ou indiretamente de alguns ODS, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável é o meio mais eficiente de atingir todos os ODS, suplementando ainda o Programa de Ação Global sobre EDS, produzido em Nagoya (UNESCO, 2014) com o objetivo de expandir a EDS a todas as áreas e níveis de ensino. Segundo a autora, a Educação

2030 e o Programa de Ação Global se suportam mutuamente, à medida que este último pode contribuir nas ações de capacitação, mobilização e transformação do ambiente de aprendizagem, auxiliando na adoção de medidas sustentáveis em nível local, ações essenciais na Educação 2030.

Quadro 1. Relação ODS x Educação

ODS	META/INDICADOR
ODS3 - SAÚDE E BEM-ESTAR	3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais
ODS5 - IGUALDADE DE GÊNERO	IND. 5.6.2 - Número de países com legislação e regulamentação que garantam o acesso pleno e igualitário de mulheres e homens, com 15 anos ou mais de idade, aos cuidados, informação e educação em saúde sexual e reprodutiva
ODS8 - TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.
ODS12 - CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	IND12.8.1 - Grau com que a (i) educação para a cidadania global e a (ii) educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a igualdade de gênero e os direitos humanos, são disseminados a todos os níveis em: (a) políticas educativas nacionais, (b) programas educativos, (c) formação de professores e (d) avaliação de estudantes.
ODS13 - MITIGAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.

Fonte: ONU, 2015.

A UNESCO (2017) destacou que, para alcançar o êxito almejado, deveriam ser trabalhados os aspectos cognitivo, socioambiental e comportamental para cada ODS, encorajando-se o uso de instrumentos teóricos, práticos e reflexivos. A publicação “Educação para os ODS: Objetivos de Aprendizagem” traz, ainda, recomendações de abordagens que podem ser empregadas para cada ODS.

A participação das Instituições de Ensino Superior (IES) na promoção do desenvolvimento sustentável não é recente e remonta à Declaração de Talloires em 1990. É após a Rio+20 e com a Declaração de Nagoya sobre a Educação Superior para o Desenvolvimento Sustentável, que esta cooperação mais efetiva entre a ciência e a política é enfatizada (MADER E RAMMEL, 2015). Considerando a Agenda 2030 e a Educação 2030, a participação das IES se torna

crucial. A forma adequada de implantação da EDS nas IES prevê uma abordagem de modo holístico e integrado. Em uma situação ideal, toda a comunidade universitária deve ser impactada pelo processo de educação, seja ele curricular ou extra curricular. Além dos ODS serem abordados em disciplinas que estão fortemente relacionadas a ele, ou não, também devem ser contextualizados de forma mais generalizada (LEAL FILHO et al., 2019).

No Brasil os principais instrumentos para a efetivação do papel da educação no cumprimento dos ODS são as leis relativas à Educação Ambiental, o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no âmbito da educação básica, contemplando o ensino fundamental e médio. A introdução da Educação Ambiental no ensino superior é prevista na Constituição Federal de 1988 e na Política Nacional de Meio Ambiente de 1981 e, em 1999, com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A PNEA prevê a inclusão da EA nos currículos do ensino superior, independente da área de conhecimento. Com a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), estabelecidas pela Resolução nº 02 do CNE/CP02/2012, vêm-se determinar a necessidade de trabalhar as questões ambientais de forma inter e transdisciplinar. De acordo com a resolução, a educação deve ocorrer de acordo com as DCNEA, em seu artigo 16, de forma transversal com temas relativos ao meio ambiente e sustentabilidade socioambiental, nos conteúdos curriculares ou de forma híbrida.

Anterior às recomendações trazidas pela Agenda 2030 e Educação 2030, as DCNEA, entretanto, cumprem o seu papel de indutor da promoção dos ODS à medida em que vai além do conteúdo e recomenda a transversalidade de abordagem, a observância das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, entre outros aspectos que podem ser diretas ou indiretamente relacionados aos ODS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cumprimento dos ODS pelas nações requer uma participação efetiva das instituições educacionais, hoje percebidas como essenciais para o alcance do desenvolvimento sustentável. Para tanto, é necessário repensar a educação no sentido de trabalhar a EDS de uma forma transdisciplinar considerando o tripé ensino-pesquisa-extensão, considerando toda a comunidade da instituição como agentes de transformação, de forma que as abordagens adotadas venham a refletir as competências e necessidades do coletivo.

REFERÊNCIAS

AGBEDAHIN, A. V. Sustainable development, Education for Sustainable Development, and the 2030 Agenda for Sustainable Development: Emergence, efficacy, eminence, and future. *Sustainable Development*, v. 27, n. 4, p. 669-680, 2019.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, p. 1-4, abr. 1999. JACOBI, PEDRO A. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. In: *Educação e Pesquisa*, vol.31/2. FEUSP, São Paulo. pp. 233- 250, maio/agosto 2005.

LEAL FILHO, Walter et al. Sustainable development goals and sustainability teaching at universities: falling behind or getting ahead of the pack?. *Journal of Cleaner Production*, v. 232, p. 285-294, 2019.

LePRESTRE, Philippe. *Ecopolitica Internacional*. Tradução do francês de Jacob Gorender, 2 ed. São Paulo: Senac, 2005.

MADER, Clemens; RAMMEL, Christian. Brief for GSDR 2015 transforming higher education for sustainable development. *UN Sustainable Development Knowledge Platform*, v. 22, n. 01, 2015.

NANDA, V. P. The Journey from the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals, 44 Denv. J. Int'l L. & Pol'y 389. 2016.

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo. O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na Agenda 2030 da ONU. Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, v. 1, n. 3, p. 22-33, 2019.

SACHS, Jeffrey D. From millennium development goals to sustainable development goals. The lancet, v. 379, n. 9832, p. 2206-2211, 2012.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. UNESCO Roadmap for implementing the Global Action Programme on Education for Sustainable Development. Paris. 2014.

_____. Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4. 2016. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656_por. Acesso em: 22/08/2021

_____. Education for Sustainable Development Goals: Learning objectives. Paris. 2017.

WCEFA - World Conference on Education for All. Meeting basic learning needs: A vision for the 1990s. New York: The Inter-Agency Commission—(UNDO, UNESCO, UNICEF, World Bank) for WCEFA. 1990.

INTEGRANDO OS OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL À UNIVERSIDADE: UMA EXPERIÊNCIA NA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO/BRASIL

Luciana Londero Brandli¹⁹

Janaína Mazutti²⁰

INTRODUÇÃO

Desde o lançamento da Agenda 2030 em 2015 (UN, 2015), existe um grande interesse e resposta aos ODS por parte de governos, empresas e organizações na maioria dos países. Os ODS também têm grande relevância para as universidades e os setores terciário e acadêmico de forma mais ampla.

A Agenda 2030 do desenvolvimento sustentável é fundamentada no alcance dos 17 ODS, com desafios pautados em questões sociais, econômicas e ambientais e baseados em conceitos fundamentais de inclusão, resiliência, proteção, equilíbrio, justiça social e cooperação.

As universidades têm um papel fundamental frente à Agenda 2030, pois a educação, expressa no ODS 4, estimula o protagonismo de todos os outros ODS. McCowan (2019), em seu livro *Higher Education for and beyond the Sustainable Development Goals*, afirma que o ensino superior é fundamental para a capacitação dos estudantes nas mais variadas áreas do saber, fornecendo conhecimentos, habilidades

¹⁹Doutora em Engenharia de Produção – <http://lattes.cnpq.br/4109261310326480> – <https://orcid.org/0000-0002-0763-7149> – brandli@upf.br

²⁰Doutoranda em Engenharia Civil e Ambiental – <http://lattes.cnpq.br/7713234871345670> – <https://orcid.org/0000-0002-1929-4155> – janainamazutti@gmail.com

e atitudes para conduzir um desenvolvimento inclusivo, bem como promover o crescimento econômico e tecnológico.

Além disto, as universidades estão em uma posição única para avançar em soluções para o desenvolvimento sustentável, por meio de currículos que são socialmente relevantes e responsivos, potencializando espaços para a colaboração, inovação e aplicação de um pensamento empreendedor às áreas de desenvolvimento sustentável. O ambiente universitário pode apoiar a criatividade de seus estudantes simplesmente dando-lhes espaço, recursos e oportunidades para promover suas ideias que mudam o mundo (International Alliance of Research Universities, 2018).

A *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN, 2017) publicou um guia para universidades, instituições de ensino superior e setor acadêmico com orientações para potencializar a sua contribuição para a Agenda 2030. As ações são baseadas nas principais atividades de uma instituição de ensino: currículo, pesquisa, extensão e operações do campus/governança.

Segundo o SDSN (2017), não existe uma forma “correta ou ideal” para uma universidade engajar os ODS no seu core. Isto dependerá das suas características, como o seu tamanho, contexto, áreas de pesquisa ou potencialidades acadêmicas, disponibilidade de financiamento, valores, prioridades e necessidades das comunidades a que servem.

No entanto, conhecer como as universidades estão contribuindo para a Agenda 2030, assim como as dificuldades encontradas, pode ajudar a acelerar o avanço em prol dos ODS. É importante aprender a partir de experiências. Por este motivo, este capítulo propõe-se a apresentar as ações da Universidade de Passo Fundo (UPF), relacionando-as ao seu potencial de contribuição para os ODS.

DESENVOLVIMENTO

A Universidade de Passo Fundo é uma instituição comunitária localizada na cidade de Passo Fundo, região norte do Rio Grande do Sul. Possui uma estrutura multi campi, com 11.927 alunos matriculados entre cursos de graduação e pós-graduação, 716 professores e 879 funcionários (UPF, 2020a). O campus I, apresentado na Figura 1, é o principal campus da instituição, é nele que se concentra o maior número de atividades e de pessoas circulando diariamente.

Figura 1. Campus I da UPF



Fonte: UPF (2021).

A seguir são apresentados vários exemplos de ações, estruturadas de acordo com as principais funções de uma universidade: pesquisa, ensino, extensão e vida universitária e relacionados a cada um dos 17 ODS. Os resultados sintetizam várias pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado realizadas com o foco na UPF e sua sustentabilidade.

ODS no Ensino

A inserção dos ODS no ENSINO é sugerida a partir dos seguintes pontos (SNSD, 2017): Fornecer aos alunos conhecimento, habilidades e motivações para entender e enfrentar os desafios dos ODS; Capacitar e mobilizar jovens; Fornecer treinamento acadêmico ou profissional aprofundado para implementar soluções para os ODS; Aumentar as oportunidades de capacitação de estudantes e profissionais de países em desenvolvimento para enfrentar os desafios relacionados aos ODS.

A UPF realizou uma reforma curricular de todos os seus cursos durante o ano de 2020, e a partir do documento “Diretrizes Institucionais para Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação” (UPF, 2020b), reforçou a necessidade de formação para o compromisso com a comunidade:

A inserção na comunidade regional e o compromisso com o seu desenvolvimento é uma das mais importantes características da UPF. Isso implica a formação de profissionais que, cientes das mediações entre o global e o local, responsabilizem-se pela transformação dos territórios em que atuam. Demanda, então, uma compreensão ampliada de desenvolvimento sustentável, que contemple os aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais; capacidade de inovar e de criar soluções para os problemas que se apresentam, antevendo novos cenários; espírito empreendedor, liderança, empatia e resiliência (UPF, 2020a, p4).

De forma geral, as tentativas de inserção dos ODS no ensino permanecem como casos isolados. Mesmo que muitos estudantes e professores ainda não estejam cientes dos ODS, observa-se um movimento gradativo de melhora neste cenário. Existem cursos que abordam os ODS em suas ementas, especialmente na pós-graduação

e muitos eventos como seminários, palestras e workshops vêm abordando a temática de maneira ampla ou específica para algum dos ODS.

Além disso, a abordagem dos ODS na dimensão do ensino pode se beneficiar de iniciativas em que o ambiente do campus promove oportunidades de aprendizado ao dar espaço à comunicação sobre os ODS, como será apresentado na primeira ação.

Ação 1. Comunicação sobre os ODS

A divulgação dos ODS para conscientização na comunidade acadêmica pode ser bem-sucedida quando se utilizam materiais interativos e visuais. A exemplo, são destacadas a exposição itinerante dos cubos sobre os ODS, apresentando informações sobre o objetivo, as metas e os indicadores relacionados a cada ODS. Ainda, a comunicação foi expandida para os ambientes externos do campus com a colocação de placas sobre os ODS em todo o canteiro central da principal via de entrada ao campus. Na Figura 2 são apresentadas as duas iniciativas.

Figura 2. Divulgação dos ODS no Campus I



Exposição itinerante no Centro de Convivência



Colocação de placas na avenida principal

Fonte: acervo pessoal.

ODS na Pesquisa e Extensão

A inserção dos ODS na PESQUISA e EXTENSÃO é sugerida a partir dos seguintes pontos (SDSN, 2017): Incentivar e promover os ODS como um tópico de pesquisa e extensão; Apoiar todo o espectro de tópicos necessários para abordar os ODS, inclusive interdisciplinares e transdisciplinares; Suporte à inovação para soluções para os ODS; Defender o apoio à implementação nacional e local dos ODS; Apoiar a capacitação dos países em desenvolvimento para realizar e usar pesquisas sobre os ODS.

Com relação à pesquisa na UPF, muitos temas são desenvolvidos nas mais variadas áreas de conhecimento e contribuem de forma direta ou indireta aos ODS. Um levantamento das pesquisas apresentadas na Semana do Conhecimento, evento acadêmico de divulgação dos trabalhos de graduação e pós-graduação contemplando ensino, pesquisa e extensão, mostrou que grande parte das pesquisas se relacionam com os ODS, mesmo que de forma inconsciente, quando os ODS não são enfatizados pelos pesquisadores.

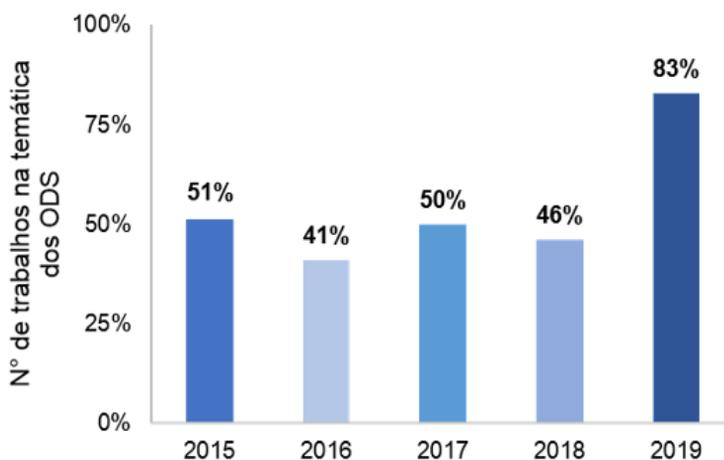
Neste sentido, a inclusão da temática da Agenda 2030 em eventos acadêmicos pode impulsionar ainda mais o que já é feito em pesquisas nas universidades.

Ação 2. Inclusão dos ODS como tema em eventos na universidade

No ano de 2018, o tema da Semana do Conhecimento da UPF foi o ODS 10, Redução das desigualdades. Neste ano, os trabalhos com temáticas contempladas pelos ODS representaram 46% do total das publicações, no entanto, no ano seguinte, esse percentual cresceu para 83% dos trabalhos (VARGAS et al., 2021). Ao fomentar as discussões sobre um ODS, a universidade conseguiu alavancar o

interesse acadêmico por todos os outros e o reflexo desta ação se estendeu para o evento seguinte. A Figura 3 apresenta esta evolução.

Figura 3. Evolução da abordagem dos ODS nos trabalhos da Semana do Conhecimento



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Vargas et al. (2021).

Ação 3. Integração entre universidade e escolas para a promoção da Ação Climática

Como resultado do projeto de pesquisa *Mudanças climáticas nas cidades do Rio Grande do Sul: uma resposta a partir do planejamento urbano e da educação para o desenvolvimento sustentável*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), foi promovida a Ação Climática (ODS 13) em uma escola da região. As atividades foram pautadas pela Educação em Mudanças Climáticas e neste contexto, foi trabalhada a construção de capacidades para os professores e atividades educativas para os alunos, reportado por Rocha et al. (2020).

Figura 4. Ações práticas do projeto, atividades educativas e a construção de uma horta escolar



Atividade sobre bacias hidrográficas



Horta escolar

Fonte: UPF (2020c).

Nas atividades de extensão podem-se citar várias iniciativas, a exemplo:

Ação 4. Promoção de eventos com a temática da sustentabilidade

No Dia Mundial Sem Carro (22 de setembro), vem sendo realizado um evento que visa promover a reflexão sobre o uso excessivo de veículos particulares. A primeira edição foi realizada no campus I da UPF em 2018 e a segunda edição, em 2019, teve apoio da prefeitura municipal de Passo Fundo e foi além dos limites da universidade, promovida no parque da Gare, no centro de Passo Fundo. O evento contou com diversas atividades, como trilhas de bicicleta, atividades educacionais, divulgação de trabalhos sobre mobilidade sustentável e divulgação dos ODS.

Figura 5. Evento Dia Mundial sem Carro



Dia Mundial sem Carro na universidade



Dia Mundial sem Carro na cidade

Fonte: UPF (2018;2019a).

Ação 5. Promoção da Educação para o Desenvolvimento Sustentável na comunidade local

Se tratando da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), a atuação da universidade pode e deve ir além de seus muros. Como exemplo, destacam-se as ações com a promoção de jogos de tabuleiro (seguindo o modelo disponível em <https://go-goals.org/pt-pt/>) e também de uma roleta dos ODS. Ambos os jogos aplicam perguntas sobre os ODS e de forma criativa educam sobre os temas da Agenda 2030. Os jogos foram promovidos em atividades em uma ONG local e também no Dia Mundial sem Carro.

Figura 6. Uso de jogos interativos para promoção da EDS



Jogo de tabuleiro em escala gigante



Roleta dos ODS

Fonte: acervo pessoal.

ODS nas Operações do Campus/governança

No que tange às operações do campus, o SDSN (2017) aponta a necessidade em alinhar a governança universitária e políticas operacionais com os objetivos dos ODS, assim como a incorporação dos ODS nos relatórios da universidade.

Ação 6. Potencializar o uso das áreas verdes no campus

No campus I da UPF o uso sustentável das áreas verdes é promovido com atividades como feiras ecológicas, ensino ao ar livre, trilhas interpretativas pelo campus, torneios ciclísticos, finais de semana no campus, entre outros. Ao explorar estes espaços com atividades educativas, a universidade contribui para a promoção dos ODS 4, Educação de qualidade e ODS 15, Vida na Terra (BRANDLI et al., 2020).

Figura 7. Atividades realizadas nas áreas verdes do campus I



Fonte: UPF (2018b).

Ação 7. Promoção de feiras ecológicas

Desde 2014, a universidade promove as feiras ecológicas com o objetivo de apoiar a agroindústria familiar (BRANDLI, et al., 2019). A Feira Ecológica da UPF é reconhecida regionalmente por contribuir com os produtores locais, incentivar a produção orgânica e a economia circular. Ao promover feiras ecológicas no campus, a UPF contribui diretamente para os ODS 2, Fome zero e agricultura sustentável e ODS 12, Consumo e produção responsáveis.

Figura 8. Feiras ecológicas na UPF



Fonte: UPF (2019b).

Ação 8. Eficiência energética e Energias renováveis

Desde 2018, a universidade trabalha visando a eficiência energética e o uso de energias renováveis. A universidade providenciou a substituição de lâmpadas convencionais por lâmpadas LED em toda a avenida central do campus I, assim como na biblioteca central da universidade. Além disso, inaugurou um parque de Geração Solar Fotovoltaica, que fornece energia para 0,43% do total consumido pela universidade em um ano e o restante da energia provém do Mercado Livre de Energia com fontes certificadas 100% renováveis (REBELATTO et al., 2019). Todas estas ações contribuem diretamente para o ODS 7, Energia limpa e acessível.

Figura 9. Iniciativas em energia no campus I



Lâmpadas LED na avenida central



Parque de Geração Solar Fotovoltaica

Fonte: UPF (2021).

Ação 9. Monitoramento de aspectos ambientais do campus e divulgação para a comunidade acadêmica

No campus I da UPF, foi implantada uma rede inteligente para o monitoramento da qualidade do ar, em que, além de coletar informações sobre a qualidade ambiental do espaço, promovia a EDS (MAZUTTI et al., 2020). O projeto *Smart e Learning campus* tinha

o objetivo de compartilhar informações sobre o Índice de Qualidade do Ar em pontos no campus e conscientizar a comunidade acadêmica sobre a poluição atmosférica e o impacto de escolhas individuais neste cenário.

Ação 10. Coleta de água da chuva em edifícios no campus

Alguns edifícios no campus I possuem sistema de coleta de água da chuva onde a água é reciclada para uso em descargas de vasos sanitários.

Ação 11. Reciclagem de resíduos

A universidade promove e incentiva iniciativas de reciclagem de resíduos. As principais formas da universidade promover programas de reciclagem são por meio de campanhas de conscientização, com a separação de resíduos inorgânicos (plástico, papel, vidro, alumínio), identificação em lixeiras e recipientes para facilitar a reciclagem de resíduos. Desta forma, as ações contribuem para o ODS 12, consumo e produção responsáveis.

Ação 12. Transporte interno no campus

No campus I da universidade, dois ônibus internos estão disponíveis para fornecer serviços de transporte para a comunidade dentro do campus. Com a redução do uso de veículos individuais ocorre redução das emissões de carbono dentro do campus e também, a redução da pegada ecológica da instituição, contribuindo para o ODS 13, Ação contra a mudança global do clima.

Ação 13. Participação em Rankings de universidades sustentáveis

Ao integrar o Ranking internacional UI Green Metric (<https://greenmetric.ui.ac.id/>) a Universidade de Passo Fundo reforçou seu compromisso com os ODS, visto que o tema do evento no ano de 2020 foi a responsabilidade das universidades frente aos ODS. Os setores institucionais estão cientes do trabalho com a Agenda 2030 e a gestão passou a ser pautada por estes objetivos.

Ação 14. Implantação de um centro acadêmico de sustentabilidade

A mais recente ação da universidade foi a implantação de um Centro Acadêmico de Sustentabilidade seguindo o modelo internacional do *Green Office Movement*. Este modelo de escritório acadêmico foi desenvolvido em 2010 pelo grupo *rootAbility* e pela *Leuphana University* e seu diferencial é a liderança de alunos em projetos e iniciativas de sustentabilidade (GREEN OFFICE MOVEMENT, 2021).

A Figura 10 apresenta uma síntese das ações apresentadas e seu impacto nos ODS.

Figura 10. Sumário das ações e relação com os ODS

ODS no Ensino	
Ação 1. Comunicação sobre os ODS	
ODS na Pesquisa e Extensão	
Ação 2. Inclusão dos ODS como tema em eventos na universidade	
Ação 3. Integração entre universidade e escolas para a promoção da Ação Climática	
Ação 4. Promoção de eventos com a temática da sustentabilidade	
Ação 5. Promoção da Educação para o Desenvolvimento Sustentável na comunidade local	
ODS nas Operações do Campus/governança	
Ação 6. Potencializar o uso das áreas verdes no campus	
Ação 7. Promoção de feiras ecológicas	
Ação 8. Eficiência Energética e Energias Renováveis	
Ação 9. Monitoramento de aspectos ambientais do campus e divulgação para a comunidade acadêmica	
Ação 10. Coleta de água da chuva em edifícios no campus	
Ação 11. Reciclagem de resíduos	
Ação 12. Transporte interno no campus	
Ação 13. Participação em Rankings de universidades sustentáveis	
Ação 14. Implantação de um centro acadêmico de sustentabilidade	

Fonte: elaborada pelas autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As universidades podem apoiar a implementação de cada ODS e o engajamento com os ODS podem também beneficiar as universidades. Existe uma relação de ganho recíproco, que deve ser conhecida e potencializada.

Mesmo que sem uma política institucional voltada aos ODS, as universidades podem contribuir para a promoção dos aspectos aqui listados na pesquisa a partir de atividades simples do seu cotidiano. Os ODS estão intimamente correlacionados e, ao promover um, certamente outros também poderão ser aprimorados.

REFERÊNCIAS

BRANDLI, L. L., SALVIA, A. L., DAL MORO, L. ROCHA, V. T., MAZUTTI, J., REGINATTO, G. How can ecological fairs increase sustainability in a university campus?. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, 2019. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-02-2019-0055>

BRANDLI L.L., SALVIA A.L., DA ROCHA V.T., MAZUTTI J., REGINATTO G. The role of green areas in university campuses: contribution to SDG 4 and SDG 15. In: **Universities as Living Labs for Sustainable Development**. Springer, Cham, 2020. p. 47-68. https://doi.org/10.1007/978-3-030-15604-6_4

GREEN OFFICE MOVEMENT. **About the Green Office Movement**. 2021. Disponível em: <https://www.greenofficemovement.org/about/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

INTERNATIONAL ALLIANCE OF RESEARCH UNIVERSITIES (IARU). **Global Priorities, Educated Solutions**: The Role of Academia in Advancing the Sustainable Development Goals Report, 2018. Disponível em: <https://www.aashe.org/global-priorities-educated-solutions/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

MAZUTTI, J. BRANDLI, L. L., SALVIA, A. L., GOMES, B. M. F., DAMKE, L. I., ROCHA, V. T. e RABELLO, R. S. Smart and learning campus as living lab to foster education for sustainable development: an experience with air quality monitoring. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, 2020. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-01-2020-0016>

McCOWAN, T. **Higher education for and beyond the sustainable development goals**. Springer Nature, 2019.

REBELATTO, B. G., SÁLVIA, A. L., REGINATTO, G., DANIELI, R. C. e BRANDLI, L. L. Energy efficiency actions at a Brazilian university and their contribution to sustainable development Goal 7. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, 2019.

ROCHA, V. T., BRANDLI, L. L., MAZUTTI, J., DAL MORO, L., DALLA GASPERINA, L. e KALIL, R. M. L. Teacher's Approach on Climate Change Education a Case Study. In: **Universities and Sustainable Communities: Meeting the Goals of the Agenda 2030**. Springer, Cham, 2020. p. 617-642. https://doi.org/10.1007/978-3-030-30306-8_37

SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK (SDSN) Austrália/Pacífico. **Getting started with the SDGs in universities: A guide for universities, higher education institutions, and the academic sector**. Edição Austrália, Nova Zelândia e Pacífico. Sustainable Development Solutions Network – Australia/Pacific, Melbourne, 2017. Disponível em: https://ap-unsdsn.org/wp-content/uploads/University-SDG-Guide_web.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF). **Trilhas de bike marcam Dia Mundial Sem Carro em Passo Fundo**. 2018a. Disponível em: <https://www.upf.br/noticia/trilhas-de-bike-marcam-dia-mundial-sem-carro-em-passo-fundo>. Acesso em: 26 ago. 2021.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF). **Trilha interpretativa é realizada no Campus I**. 2018b. Disponível em: <https://www.upf.br/>

noticia/trilha-interpretativa-e-realizada-no-campus-i. Acesso em: 26 ago. 2021.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF). **Dia Mundial Sem Carro é marcado por diversas atividades em Passo Fundo.** 2019a. Disponível em: <https://www.upf.br/fear/noticia/dia-mundial-sem-carro-e-marcado-por-diversas-atividades-em-passo-fundo>. Acesso em: 26 ago. 2021.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF). **A Feira Ecológica da UPF e sua carroça.** 2019b. Disponível em: <https://www.upf.br/noticia/a-feira-ecologica-da-upf-e-sua-carroca>. Acesso em: 26 ago. 2021.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF). **UPF em números 2020/2.** 2020a. Disponível em: <https://www.upf.br/estude-na-upf/apresentacao/upf-em-numeros>. Acesso em: 24 ago. 2021.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF). **Diretrizes Institucionais para Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação.** (UPF, 2020b)

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF). **Conscientização que vem por meio da educação.** 2020c. Disponível em: <https://www.upf.br/noticia/conscientizacao-que-vem-por-meio-da-educacao>. Acesso em: 24 ago. 2021.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF). **Apresentação.** 2021. Disponível em: <https://www.upf.br/a-universidade/a-universidade>. Acesso em: 25 ago. 2021.

UNITED NATIONS. **Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015: Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development (A/Res/70/1).** 2015.

ANÁLISE RETROSPECTIVA DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Elaine Cristina Gomes da Silva²¹

Thiago Araújo Dantas²²

Lucas José Teodoro Lobato²³

Fernando Dangremon Viana²⁴

INTRODUÇÃO

Com o agravamento dos principais problemas do Século XXI, em setembro de 2015 na 70ª Assembleia da ONU foi lançada a Agenda 2030, que é um plano de ação global constituído por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas interligadas e indivisíveis, que substituiu os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), renovando e ampliando suas propostas para o ano de 2030, com diferentes temáticas divididas entre pessoas, planeta, paz, prosperidade e parceria.

²¹Graduada em Administração, Mestre e Doutora em Ciências Florestais. Docente na Universidade Federal do Espírito Santo - Lattes.cnpq.br/1675286065721578 - Orcid.org/0000-0003-4214-2042 - elaine.g.silva@ufes.br

²²Graduando em Física na Universidade Federal do Espírito Santo - Lattes.cnpq.br/0945036520825087 - Orcid. 0000-0003-2613-6427 - thiagoaraujodantas13@hotmail.com

²³Graduado em Engenharia Florestal, Mestrando em Ciência Florestal na Universidade Federal do Espírito Santo - Lattes.cnpq.br/3913238304233510 - Orcid. 0000-0002-6781-053X - lucaslobato17@hotmail.com

²⁴Graduando em Geologia na Universidade Federal do Espírito Santo. Lattes.cnpq.br/6028609061123642 - Orcid. 0000-0001-7741-9326 - fernandodangremon@gmail.com

A Agenda 2030 é um plano para governos, sociedade, empresas, academia e para todas as pessoas e, no Brasil, ela se alinha com alguns princípios da Constituição Federal de 1988 (GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 - GTA 2030, 2020). Contudo, mesmo diante desse reconhecimento, as políticas públicas que cerceiam a Agenda 2030, não possuem poder coercitivo (DENNY; PAULO; CASTRO, 2017) e, embora seja muito ampla e tenha metas ambiciosas para curto prazo, desempenha importante função ao servir-se de instrumento norteador para o desenvolvimento sustentável em todo o mundo.

Para Sanches-Carrilho, Cadarso e Tobarra (2021) a sustentabilidade ganhou relevância ao longo dos anos, especialmente desde o lançamento dos ODS, mas o progresso em direção à sustentabilidade ainda é lento e os problemas só aumentam. Todavia, a adoção de práticas sustentáveis ainda é limitada em razão do pouco conhecimento sobre o tema e visões políticas. Isso reflete o reconhecimento de que todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, têm desafios a superar quando o assunto é promoção do desenvolvimento sustentável, que se tornou uma parte substancial das políticas educacionais nos últimos anos (CATARCI, 2021).

Nesse cenário, destaca-se o papel das universidades, importantes influenciadores no comportamento individual e coletivo da sociedade. Mesmo considerando que a educação sozinha não resolve os problemas ambientais, sociais e econômicos, ela é, em médio prazo, a estratégia principal – mas não única – na construção e implementação dos princípios da sustentabilidade democrática, bem como na direção da construção das sociedades sustentáveis (TOMMASIELLO e GUIMARÃES, 2013).

De acordo com Pupo et al. (2018) as universidades são chamadas a contribuir de forma ativa para o cumprimento dos objetivos e metas da Agenda 2030, pois possuem o papel implícito de criadora

de conhecimento para o desenvolvimento de recursos humanos com habilidades e atitudes que contribuam para a realização das metas estabelecidas. Assim, as universidades reforçam seu papel social ao reunir pesquisa e ensino de maneira sistematizada, de modo a devolvê-los na forma de benefícios para a sociedade (ZOTTIS et al., 2005). Nesse contexto, Delgado et al. (2020, p. 338) destacam que:

A universidade, como principal agente de transformação, é chamada a incorporar estes objetivos de forma transversal e integrada, através dos diferentes processos que a caracterizam: treinamento, pesquisa, extensão e gestão institucional, a fim de cumprir a tarefa de formar profissionais competentes e comprometidos com sua tarefa social na solução dos problemas que afetam a sociedade contemporânea.

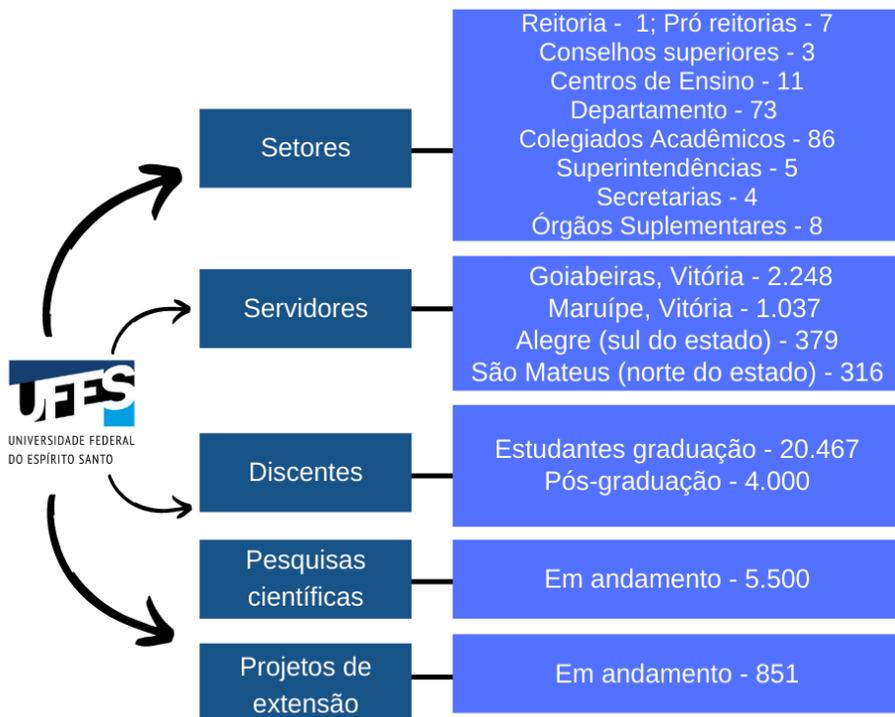
Para Sustainable Development Solutions Network Australia/Pacific integrar conhecimentos e práticas relacionadas à sustentabilidade e aos ODS no trabalho das universidades é fundamental para desenvolver pessoas e moldar líderes intelectuais com consciência social e visão global (SDSN, 2020). Além disso, os ODS podem ser um compromisso institucional refletido na administração das universidades, proporcionando maior visibilidade dos esforços institucionais e na atração de recursos (BAUTISTA-PUIG; SANZ-CASADO, 2021 e LEAL FILHO et. al., 2021).

Destarte, a premissa deste estudo de caso foi realizar uma investigação retrospectiva sobre as atividades realizadas na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) após a criação da Agenda 2030, que estejam relacionadas com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Para suplantar este estudo, analisou-se as ações de gestão, projetos de pesquisa e de extensão, por meio de análise documental, referentes aos anos de 2016 a 2020.

A Universidade Federal do Espírito Santo

A UFES é uma instituição autárquica vinculada ao Ministério da Educação (MEC), fundada em 1954, que atua com base no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com vocação para atuar em todas as áreas do saber. A Figura 1 apresenta a estrutura da UFES em números.

Figura 1. Estrutura da UFES em números

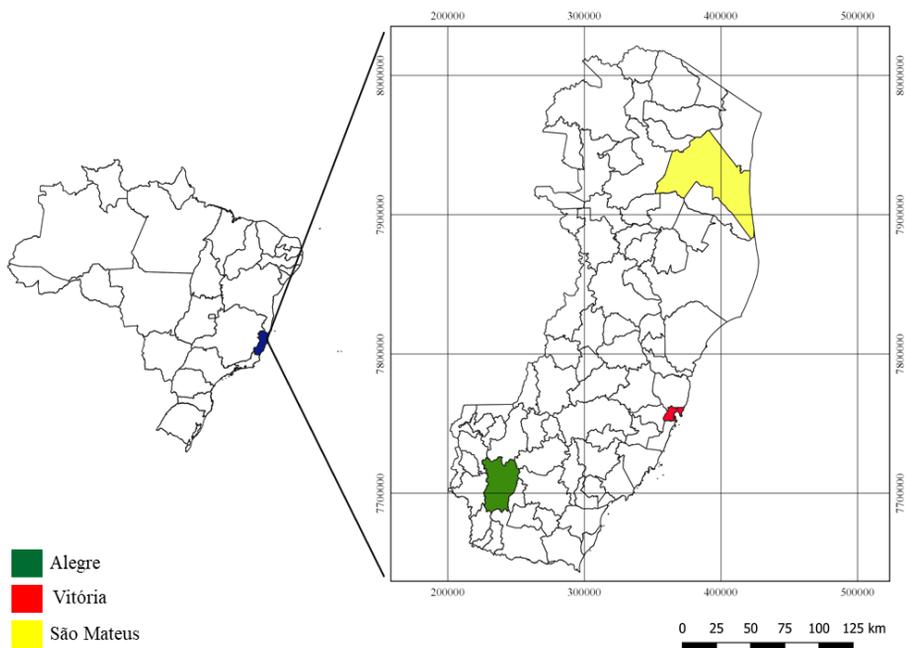


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de UFES (2021a).

Oferece nos quatro campi universitários – em Goiabeiras e Maruípe, Vitória; e nos Municípios de Alegre, no sul do Estado; e

São Mateus, no norte capixaba, 103 cursos de graduação presencial, 62 cursos de mestrado e 32 de doutorado. A Figura 2 apresenta a localização geográfica dos Campi da UFES.

Figura 2. Municípios onde estão localizados os Campi da Ufes



Fonte: elaborada pelos autores.

Em 2019, a UFES foi reconhecida pela United Nations Academic Impact (UNAI) como instituição de impacto acadêmico por suas ações, consideradas relevantes para as comunidades interna e externa (UFES, 2019). No ano 2020 a UFES constituiu a Comissão Agenda 2030, objetivando conhecer e identificar o que já está sendo feito na universidade; avaliar as possibilidades de integração, implantação e incorporação dos ODS nas estratégias, políticas e planos da

universidade; monitorar, avaliar e comunicar suas ações com respeito aos ODS. Em 2021, foi considerada a segunda melhor universidade do Brasil e está entre as 200 melhores do mundo no ranking internacional THE *Impact 2021 (Times Higher Education)* (UFES, 2021b). Também foi aceita como membro da Sustainable Development Solutions Network (UFES, 2021c).

Ações de Gestão

Neste estudo foram consideradas como ações de gestão aquelas sugeridas por (SDSN, 2017), que são ações gerenciadas, em sua maioria, através de estruturas administrativas e de políticas de decisões de gestão, as relacionadas com o emprego, as finanças, os serviços do campus, os serviços de apoio, às instalações, as aquisições, os recursos humanos e a administração dos estudantes. Assim, levantou-se as informações por Campus, através dos websites, Jornal Informa e Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) da UFES, não sendo consideradas as mesmas ações realizadas em diferentes *campi*.

As ações foram analisadas individualmente, por ano, selecionando previamente aquelas que apresentaram alguma relação com os ODS e, por conseguinte, empregou-se os métodos de análise comparativa e de conteúdo conforme proposto por Santos (2012). Na sequência, realizou-se a classificação das ações selecionadas conforme seu enquadramento nas metas propostas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2018). As ações que não se enquadram em nenhuma meta foram eliminadas.

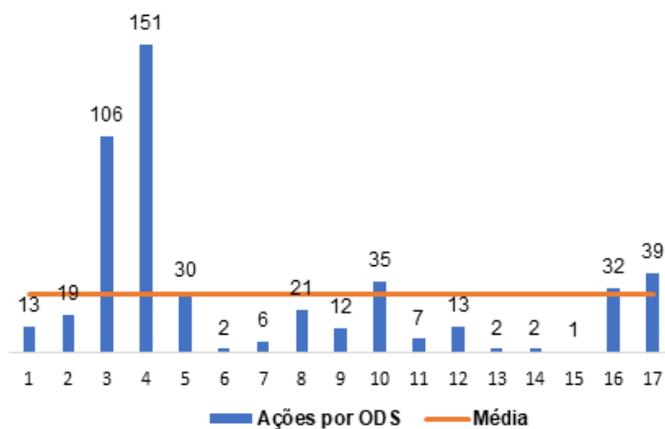
Como resultado, foram identificadas 424 diferentes ações de gestão realizadas na UFES, nos quatro Campi, relacionadas com os 17 ODS (Tabela 1). Desse total, verificou-se que 51 ações se classificavam em mais de um tipo de ODS e, portanto, em mais de uma meta. Assim, obteve-se uma média de 29 projetos por ODS, conforme Figura 3.

Tabela 1. Classificação das ações de gestão conforme ODS

ODS																		
Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	Total
2016	2	3	17	22	4	1	1	4	1	5	2	2	-	-	-	10	2	76
2017	4	4	19	19	2	1	1	6	-	3	2	4	1	-	-	7	14	87
2018	1	4	15	29	7	-	-	4	-	6	-	4	1	-	-	2	6	79
2019	2	2	18	23	7	-	2	5	1	4	-	1	-	2	-	4	3	74
2020	4	6	37	58	10	-	2	2	10	17	3	2	-	-	1	9	14	175

Fonte: elaborada pelos autores.

Figura 3. Total de ações de gestão conforme ODS



Fonte: elaborada pelos autores.

Os ODS que tiveram maior representatividade nas ações de gestão foram o ODS 4 (educação de qualidade e inclusiva), ODS 3 (saúde e bem-estar) e o ODS 10 (redução das desigualdades), respectivamente. Entre esses ODS pode-se citar algumas ações realizadas na UFES, tais como: aquisição de equipamentos que facilitam a comunicação com surdos; vacinação de 4.397 pessoas contra a febre amarela; e convênio para ações do Programa Cidadania nos Presídios. Com base nos resultados da Tabela 1, as ações foram analisadas individualmente, realizando suas classificações conforme as metas dos ODS (Tabela 2).

Tabela 2. Metas dos ODS que tiveram maior representatividade nas ações de gestão

Metas	2016	2017	2018	2019	2020
1.4	2	4	1	2	4
2.4	2	3	3	1	-
3.4	4	6	5	7	17
4.3	16	11	17	12	48
5.C	3	1	4	5	5
6.1	1	-	-	-	-
6.3	-	1	-	-	-
7.2	-	-	-	2	1
8.2	4	5	3	2	1
8.3	-	-	1	3	-
9.2	-	-	-	-	4
10.2	5	3	6	4	15
11.2	-	-	-	-	3
12.5	-	3	-	-	1
13.3	-	-	1	-	-
13.B	-	1	-	-	-

14.C	-	-	-	2	-
15.A	-	-	-	-	1
16.7	5	4	-	2	4
17.17	-	8	4	-	10

Fonte: elaborada pelos autores.

Como as 424 ações realizadas se enquadravam em mais de uma meta, obteve-se uma representatividade de 491 metas contempladas e, cerca de 21% dessas, referiam-se à meta nacional 4.3, que propõe assegurar a equidade de acesso e permanência na educação. Dentre as 175 metas brasileiras definidas pelo Ipea (2018), identificou-se que as ações de gestão representaram 71 metas diferentes.

De acordo com o Ipea (2018), 99 das 175 metas nacionais, são classificadas como finalísticas, ou seja, “são aquelas cujo objeto relaciona-se diretamente para o alcance do ODS específico”, e 76 metas são categorizadas como de implementação que “referem-se a recursos humanos, financeiros, tecnológicos e de governança (arranjo institucional e ferramentas: legislação, planos, políticas públicas, programas, etc.) necessários ao alcance dos ODS”. Assim, constatou-se que 72% das metas contempladas pelas ações na UFES também se classificavam como metas finalísticas e as demais, metas de implementação.

Como exemplo de algumas dessas ações realizadas, cite-se: adesão à campanha do Setembro amarelo (3.4); comissão de Acessibilidade realiza plano para contemplar pessoas com deficiência (4.3); realização de campanha para a conscientização do uso racional dos recursos naturais e bens públicos (12.5); revisão do Plano de desenvolvimento institucional da UFES com participação aberta à sociedade (16.7).

Destarte, é importante que as universidades avaliem suas ações de gestão já realizadas, identificando, também, os setores

administrativos que realizaram tais ações e compartilhando posteriormente esses resultados, visando o autoconhecimento e o desenvolvimento de novas visões que corroborem com os propósitos da Agenda 2030. A esse respeito, Rangel et al. (2020, p. 162) afirmam “as universidades devem assegurar que suas práticas sejam sustentáveis tanto em sua gestão acadêmica como administrativa, com o desafio de avaliar permanentemente como estão respondendo a esta integração”.

Projetos de Pesquisa e Extensão

Os projetos de pesquisa e extensão foram classificados somente quanto aos 17 ODS, em razão do volume de informações necessárias de cada projeto para classificá-los quanto às metas.

As informações foram obtidas por meio de relatórios emitidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) e Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Para classificação dos projetos realizou-se uma seleção prévia daqueles que pudessem apresentar alguma relação com os ODS. Em seguida, procedeu-se à análise individual de cada projeto, aplicando os métodos de análise de conteúdo e análise comparativa, relacionando cada projeto aos propósitos dos ODS, conforme realidade brasileira estabelecida por Ipea (2018). Os projetos também foram identificados conforme as cinco áreas temáticas que envolvem os ODS (pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria). Sublinha-se que todas as atividades investigadas neste estudo passaram por análise individual.

Projetos de pesquisa

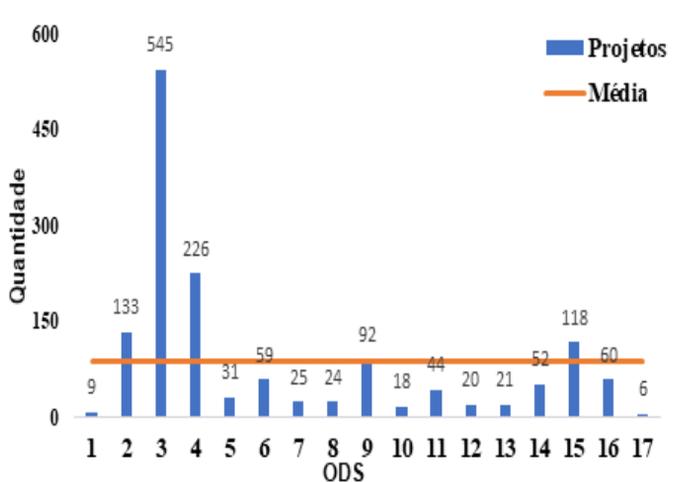
Foram analisados 2.017 projetos de pesquisa, sendo que 73% foram classificados em algum dos 17 ODS, conforme Tabela 3. Dos 1.483 projetos classificados, obteve-se uma média de 87 projetos por ODS para o período analisado (Figura 4).

Tabela 3. Projetos de pesquisa classificados de acordo com os ODS

ODS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Quantidade de projetos	9	133	545	226	31	59	25	24	92	18	44	20	21	52	118	60	6

Fonte: elaborada pelos autores.

Figura 4. Média dos projetos de pesquisa por ODS



Fonte: elaborada pelos autores.

Os ODS que tiveram maior representatividade nos projetos de pesquisa foram o ODS 3 (saúde e bem-estar) com 37%, o ODS 4 (educação de qualidade) com 15%, e o ODS 2 (acabar com a fome e agricultura sustentável) com 9% dos projetos em que, juntos, perfizeram um total de 61%. O restante dos projetos, totalizaram 39% de representatividade nos catorze ODS.

Quanto à divisão dos projetos no que tange às áreas temáticas, cerca de 63% dos projetos de pesquisa estavam relacionados às pessoas, 18% ao planeta e 13% à prosperidade. Os outros 6% abordavam a paz e a prosperidade.

Dentre os projetos classificados, cita-se no ODS 3: “investigação de possíveis alterações comportamentais relacionadas à ansiedade, à depressão e agressividade induzidas pelo pesticida organofosforado triazofos”; no ODS 4: “políticas Públicas e Educação de Surdos: a tradução e interpretação de Libras e seus atravessamentos e problematizando o ensino e a aprendizagem da educação básica ao ensino superior” e ODS 2: “pobreza multidimensional rural: avaliação de indicadores sociais da agricultura familiar e das estratégias de produção agroecológica no norte do Espírito Santo e sul da Bahia”. Destaca-se que no ano 2020 foram identificados 37 projetos de pesquisa relacionados à pandemia do Covid-19, destacando: “lidando com a COVID-19: estressores, coping e indicadores de resiliência” e “telessaúde e a Fisioterapia no Espírito Santo na Pandemia do Covid-19”.

Nesse contexto, SDSN (2017) destaca que muitas metas dos ODS se referem diretamente à necessidade de atividades relacionadas à pesquisa e que, para atingir tais metas será necessário que as universidades superem muitas dificuldades. Suas amplas competências e atividades de pesquisa, têm um papel importante para consolidar e respaldar essa tarefa, proporcionando o conhecimento, a base empírica, as soluções e as inovações necessárias. Assim, para estimular o desenvolvimento de pesquisas com foco nos ODS, o mesmo autor sugere às universidades:

- Fomentar e promover os ODS como um tema de pesquisa dentro da universidade;
- Identificar, através de um mapeamento, as pesquisas relacionadas com os ODS e divulgar os resultados regularmente;
- Desenvolver critérios de promoção acadêmica que valorizem as pesquisas que contribuem com os ODS;
- Proporcionar fundos iniciais e bolsas para o trabalho interdisciplinar e transdisciplinar sobre os ODS;
- Formar alianças e programas de intercâmbio com universidades de outros países que trabalham com aspectos relevantes para os ODS;

Projetos de extensão

Considera-se como atividade de extensão a ação da Universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição (UFES, 2021d). Neste estudo, observou-se que as atividades de extensão se diversificaram em: cursos, minicursos, oficinas, eventos, workshops, jornadas acadêmicas, simpósios, seminários, fóruns, exposições, mostras, projetos, grupos de estudos, ligas acadêmicas, empresas juniores, atividades de atendimentos específicos à comunidade externa, cuja grande maioria foi registrada como projeto ou programa de extensão.

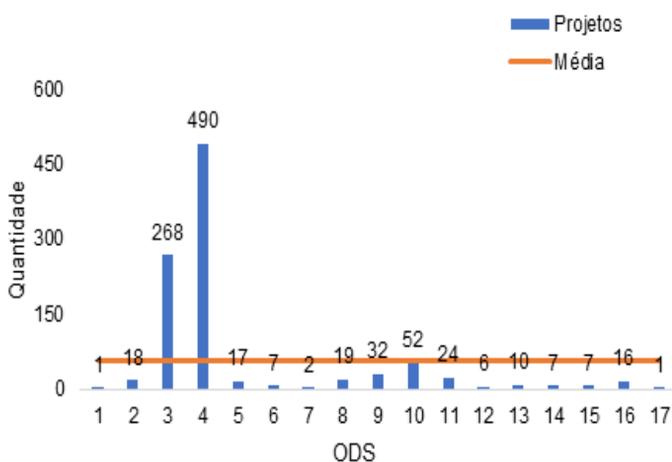
Foram analisados 1.000 projetos de extensão, dos quais 977 projetos foram classificados entre os 17 ODS (Tabela 4) e obteve-se uma média de 57,4 projetos em cinco anos (Figura 5).

Tabela 4. Projetos de extensão conforme ODS

ODS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Quantidade de projetos	1	18	268	490	17	7	2	19	32	52	24	6	10	7	7	16	1

Fonte: elaborada pelos autores.

Figura 5. Média dos projetos de extensão conforme ODS



Fonte: elaborada pelos autores.

Cerca de 50% dos projetos analisados tinham relação com o ODS 4 (educação de qualidade), seguido do ODS 3 (saúde e bem-estar), que representou 27% dos projetos. Quase 80% dos projetos de extensão estavam relacionados à temática de pessoas e 13% à prosperidade. As demais temáticas (planeta, paz e parceria) obtiveram juntas 7% dos projetos. Entre os projetos classificados nesses ODS, destacam-se: no ODS 4 “laboratório de gestão da educação básica do Espírito Santo” e no ODS 3: “atenção à saúde mental de crianças e adolescentes”. Cerca de 23% dos projetos foram classificados entre os quinze ODS restantes. A respeito da diversidade de áreas dos projetos, a Agenda 2030 permite que projetos sejam pensados transversalmente, aproveitando-se as sinergias entre os ODS e consolidando uma rede de extensão universitária (CABRAL; GEHRE, 2020).

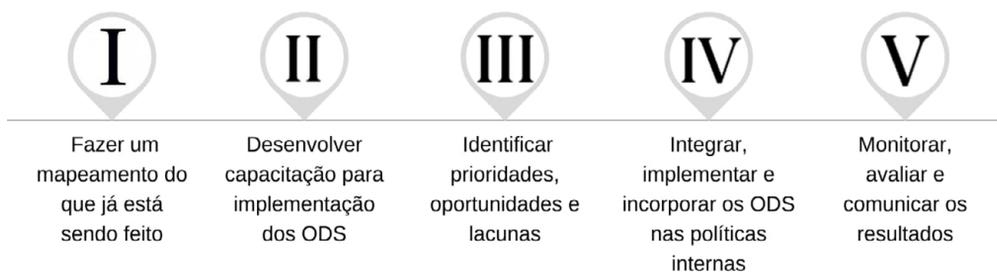
Destaca-se que, no ano de 2020 observou-se 69 projetos relacionados à pandemia do Covid-19, direcionados à distribuição de máscara e álcool gel; compartilhamento de informações e esclarecimentos sobre o contágio do Coronavírus; e projetos de apoio

psicológico e social. Frente a essa realidade, Belluzzo (2018), afirma que a educação requer uma pedagogia transformadora orientada para a ação, participação e a colaboração na solução de problemas da sociedade.

As atividades de extensão universitárias desempenham importante função sobretudo quando se conectam com a sociedade, pois compartilham diferentes saberes e práticas essenciais à construção de uma sociedade participativa no processo de desenvolvimento sustentável. De acordo com De Deus (2018, p. 628), “a transformação está na gênese das atividades universitárias, especialmente da extensão, que carrega uma visão de mundo construída no contexto acadêmico que transforma e, se transforma, reforma e se reforma constantemente”.

Por fim, é importante que todas as universidades comecem o processo de implementação dos ODS independentemente da existência de políticas públicas brasileiras que norteiam as propostas da Agenda 2030, pois tal questão caminha a passos lentos no Brasil. Dessa forma, sugere-se por meio da Figura 6, algumas ações que orientem as universidades a iniciarem esse processo de implementação dos ODS.

Figura 6. Processo sugestivo de implementação dos ODS nas universidades.



Fonte: elaborada pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após 5 anos da criação da Agenda 2030, a Universidade Federal do Espírito Santo realizou ações de gestão, projetos de pesquisa e extensão que possuíam alguma relação com os propósitos dos ODS. Tais atividades não foram desenvolvidas visando o alcance específico de algum ODS, mas contribuíram direta e indiretamente para tal. Foram cerca de 85 ações de gestão realizadas por ano, das quais proporcionaram em cinco anos, uma relação com 491 metas brasileiras diferentes, cuja grande maioria eram metas finalísticas.

No que tange aos projetos de pesquisa e extensão, a grande maioria estava voltada para as temáticas de pessoas, prosperidade e planeta. Constatou-se 1.483 projetos de pesquisa relacionados, em sua grande maioria, aos ODS 3 e ODS 4, respectivamente, perfazendo juntos quase 52% do total de projetos de pesquisa. Quanto aos projetos de extensão, foram classificados 977 projetos, dos quais a maioria também se classificou nos ODS 4 e ODS 3, respectivamente, totalizando juntos quase 78% dos projetos de extensão.

Especialmente no ano de 2020, constatou-se empenho da universidade com iniciativas próprias ou em parcerias com outras instituições públicas e privadas, para a execução de ações e projetos que colaboraram com esclarecimentos de informações, controle e prevenção do Covid-19.

A implementação dos ODS nas universidades exige a participação de toda a comunidade acadêmica, num trabalho amplo com desafios sociais, ambientais e econômicos, sendo fundamental pensar holisticamente, transcendendo essa complexidade através do conhecimento, diálogo e da comunicação, que permitirão reflexões acerca das ações que apoiam ou não o cumprimento dos ODS.

AGRADECIMENTOS

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC) da Ufes.

REFERÊNCIAS

BAUTISTA-PUIG, N.; SANZ-CASADO, E. Sustainability practices in Spanish higher education institutions: Na overview of status and implementation. **Journal of Cleaner Production**, n. 295, Elsevier, 2021.

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação (Colnfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea. **Biblioteconomia e Ciência da Informação**. v.4, n. 1, p. 15-24, jan./jun, 2018.

CABRAL, R.; GEHRE, T. **Agenda 2030: Integrando ODS, Educação e Sociedade**. 1 ed. São Paulo, 2020.

CATARCI, M. Intercultural Education and Sustainable Development. A Crucial Nexus for Contribution to the 2030 Agenda for Sustainable Development. **Social Sciences**. Suíça, n.10, v. 24, 2021.

DE DEUS, S. F. B.; A extensão universitária e o futuro da universidade. **Espaço pedagógico**. Passo Fundo, v. 25, n. 3, set./dez, 2018.

DELGADO, D. L.; GERRA, E. M. L.; ACOSTA, R. H.; DELGADO, L. H. M. Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a partir de um Centro de Estudos Universitários. **Mendive**, Pinar del Río, v. 18, n. 2, jun, 2020.

DENNY, D. M. T.; PAULO, F. R.; CASTRO, D. Blockchain e Agenda 2030. **Revista brasileira de políticas públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, 2017.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 (GTSC A2030). **IV Relatório luz da sociedade civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil**, 2020. Disponível em:<<https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2020/>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipea. ODS – **Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2018.

LEAL FILHO, W.; FRANKENBERGER, F.; SALVIA, A. L.; AZEITEIRO, U.; ALVES, F.; CASTRO, P.; WILL, M.; PLATJE, J.; LOVREN, V. O.; BRANDLI, L. PRICE, E.; DONI, F.; MIFSUD, M.; ÁVILA, L. V. A framework for the implementation of the Sustainable Development Goals in university programmes. **Journal of Cleaner Production**, n. 299, Elsevier, 2021.

RANGEL, A. M. P.; AGUIRRE, M. T. H.; ZAPATA, O. S.; PENAGOS, W. M. M.; RESTREPO, M. M. C. Compromiso de las universidades colombianas con la sustentabilidad. **Educación y Educadores**, v. 23, n. 2, ago, 2020.

PUPO, N. I. L.; DOMINGUEZ, M. I. C.; SOSA, D. C.; PALMA, M. I. R. Investigación en la Universidad de Holguín: compromiso con la Agenda 2030 para el desarrollo sostenible. **Actualidades Investigativas en Educación**, v. 19, n. 1, abril, 2018.

SANCHES-CARRILLO, J. C.; CADARSO, M. A.; TOBARRA, M. A. Embracing higher education leadership in sustainability: A systematic review. **Journal of Cleaner Production** n. 298, Elsevier, 2021.

SANTOS, F. M. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 1, maio, 2012.

Sustainable Development Solutions Network Australia/Pacific (SDSN). **Getting started with the SDGs in universities: A guide for universities, higher education institutions, and the academic sector.** Australia, New Zealand and Pacific Edition. Sustainable Development Solutions Network – Australia/Pacific, Melbourne, 2017.

_____. **Accelerating Education for the SDGs in Universities: A guide for universities, colleges, and tertiary and higher education institutions.** New York, 2020.

TOMMASIELLO, M. G. C.; GUIMARÃES, S. S. M. Sustentabilidade e o papel da universidade: desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade democrática? **Revista de Educação do Cogeime**, ano 22, n. 43, julho/dezembro, 2013.

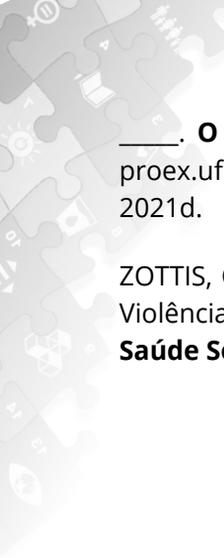
UFES – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Institucional UFES 2021 - 2030.** Disponível em: <https://pdi.ufes.br/sites/pdi.ufes.br/files/field/anexo/minuta_pdi_2021-2030.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

_____. **Relatório de Sustentabilidade UFES 2019.** Disponível em: <<https://internacional.ufes.br/pt-br/sustentabilidade>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

_____. **Instituição.** Disponível em: <<https://www.ufes.br/institui%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 09 jul. 2021a.

_____. **Objetivos de desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <<https://ods.ufes.br/pt-br/conteudo/ufes-e-segunda-melhor-universidade-do-brasil-em-relacao-aos-ods>>. Acesso em: 19 jul. 2021b.

_____. **Objetivos de desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <<https://ods.ufes.br/pt-br/conteudo/ufes-passa-integrar-rede-de-solucoes-para-o-desenvolvimento-sustentavel-sdsn>>. Acesso em: jul. 2021c.



____. **O que é a extensão universitária.** Disponível em: <<https://proex.ufes.br/o-que-e-extensao-universitaria>>. Acesso em 12 ago. 2021d.

ZOTTIS, G. A. H.; CUNHA, L. L.; KREBS, L. F.; ALGERI, S.; FLORES, R. Z. Violência e Desenvolvimento sustentável: o papel da universidade. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 33-41, dez, 2005.

A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Leticia de Barros Solano²⁵

Leonardo Chaves de Carvalho²⁶

INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento sustentável, proposto em 1987 no Relatório Brundtland, intitulado *Our Common Future*, é definido como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (WCDE, 1987, p. 41). Dentre as propostas de conceitos complementares para a sustentabilidade, ressalta-se aquele criado por Elkington (2001, p. 1), o *triple bottom line*, conhecido por três pilares da sustentabilidade, que sugere o princípio da sustentabilidade pensada “com enfoque na prosperidade econômica, na qualidade ambiental e na justiça social”.

A sustentabilidade ganhou importância na agenda de líderes governamentais e de gerentes de negócios, por perceberem que políticas sustentáveis representam excelentes oportunidades para o planeta e para as próprias instituições (WANKE et al., 2015). O Estado, por exemplo, atua ora como agente regulador, ora como destinatário dessa regulação (BESSA, 2011). Ademais, precisa dar o exemplo das

²⁵Servidora da Diretoria de Desenvolvimento Sustentável da UFMS. Mestranda no Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Eficiência Energética e Sustentabilidade. Graduada em Engenharia Ambiental pela UFMS - <http://lattes.cnpq.br/2747331250749592> - <https://orcid.org/0000-0001-8184-6398> - lesolano@gmail.com.

²⁶Diretor de Desenvolvimento Sustentável da UFMS. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da UFMS - <http://lattes.cnpq.br/8961177388986184> - <https://orcid.org/0000-0003-3808-9912> - leonardo.chaves@ufms.br.

boas práticas que lhe cabem como cumpridor das políticas públicas voltadas para a sustentabilidade (BRASIL, 2009). Diante disso, é interessante saber como as instituições de ensino, consideradas locais de transição de valor, revelam-se frente aos desafios de implementar a sustentabilidade (SONETTI; BROWN; NABONI, 2019), servindo de exemplo tanto dentro quanto fora das instituições (GAZZONI et al., 2018).

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) foi instituída em 1979 (BRASIL, 1979), com sede em Campo Grande/MS, onde se localiza a Administração Central, e conta, ainda, com nove campus nos municípios de Aquidauana, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas. A sustentabilidade constitui um dos oito valores previstos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 (UFMS, 2020a, 2020b) e em maio de 2021, foi inserida no Estatuto da Universidade; além disso, o “crescimento sustentável do país” consta em sua missão (UFMS, 2021b).

Na estrutura administrativa da UFMS, desde janeiro de 2021, a Diretoria de Desenvolvimento Sustentável (Dides), ligada à Reitoria, foi concebida como a unidade responsável pela coordenação e articulação das ações de sustentabilidade desenvolvidas na UFMS (UFMS, 2021a), e também pela consolidação da Política de Sustentabilidade Institucional atualmente vigente (UFMS, 2019). A criação desse setor demonstra o compromisso da gestão da universidade com o desenvolvimento sustentável, corroborando com o alinhamento das suas ações à missão e aos valores.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) lançados pela Organização das Nações Unidas (ONU) fazem parte da gestão universitária da UFMS, alinhando-se com o compromisso da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás” (ONU, 2016). As atividades cadastradas e promovidas pela universidade por meio de projetos, sejam de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo ou inovação, devem, obrigatoriamente, estar vinculadas a pelo menos um dos 17

ODS da ONU. Os programas e ações relacionados à sustentabilidade – a serem apresentados no próximo tópico – que a UFMS institui ou faz parte, além de buscarem atender aos ODS, também permeiam temas como: material de consumo, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no trabalho, compras e contratações sustentáveis, deslocamento de pessoal e educação ambiental.

De acordo com os estudos de caso de Leal Filho et al. (2018), muitas universidades, públicas ou privadas, desejam implantar o desenvolvimento sustentável, contudo seus esforços são dificultados pela falta de planejamento, de apoio financeiro e de integração dos componentes econômico, social e ambiental de forma holística e abrangente. Possivelmente, as dificuldades na implantação efetiva do desenvolvimento sustentável devem-se ao baixo entendimento dos atores envolvidos a respeito das ferramentas aplicáveis (PEIXOTO et al., 2019). Portanto, o presente capítulo contribui com as instituições de ensino interessadas em implementar ações alinhadas aos ODS por meio da descrição das práticas adotadas na UFMS.

A pesquisa descreve o fenômeno (GIL, 2008), neste caso a sustentabilidade na UFMS, e apresenta abordagem qualitativa, pois considera interações e a divergência de práticas no campo (FLICK, 2009). Foram adotadas a pesquisa bibliográfica, em livros e artigos científicos, e a documental, tendo como fonte legislações, planos e relatórios (GIL, 2008; SEVERINO, 2007). Além do mais, a Dides efetuou o levantamento de dados coletados em campo por meio da compilação das ações realizadas pelos setores da UFMS.

DESENVOLVIMENTO

Atualmente, existem estímulos legais e voluntários para a inserção da sustentabilidade no âmbito da Administração Pública brasileira (RIBEIRO et al., 2018). Em 2009, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) criou a Agenda Ambiental na Administração Pública

(A3P), com o objetivo de sensibilizar os gestores públicos quanto à importância das questões ambientais, de modo a estimular a incorporação voluntária de princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades (BRASIL, 2009).

O Decreto nº 7.746/2012 tornou obrigatórias a elaboração e a implementação do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) para a Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como para as empresas estatais dependentes (BRASIL, 2012a). A Instrução Normativa nº 10/2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), traz as regras para elaboração do PLS (BRASIL, 2012b).

Internacionalmente, existe o Pacto Global, lançado em 2000 pelas Nações Unidas, considerado um chamado para o alinhamento de estratégias e operações nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção e aderido por mais de 16 mil membros, entre empresas e organizações, distribuídos em 160 países (PACTO GLOBAL, 2021).

Também se destaca o *UI GreenMetric World University Rankings*, uma iniciativa da *Universitas Indonesia* com a proposta de um sistema uniforme, baseado em uma pontuação numérica, a fim de permitir comparações rápidas entre as universidades e refletir a situação das políticas relacionadas à sustentabilidade. A ferramenta de avaliação de desempenho atual apresenta 39 indicadores e 6 critérios, a saber: Infraestrutura e meio ambiente, Energia e mudanças climáticas, Resíduos, Água, Transporte e Educação e pesquisa (UI GREENMETRIC, 2021).

Pode-se citar, ainda, o *Times Higher Education Impact Rankings*, que permite a mensuração do desempenho global das universidades em relação aos ODS, por meio de indicadores calibrados para fornecer uma comparação abrangente e equilibrada em quatro grandes áreas: Pesquisa, Administração, Extensão e Ensino (THE, 2021).

É relevante salientar que as ações supracitadas convergem para os objetivos da Agenda 2030, composta por 169 metas, distribuídas em 17 objetivos, que tem como ambição estimular áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta nos próximos 15 anos (ONU, 2016).

Ainda que, em alguns casos, compromissos e acordos não sejam atendidos em sua plenitude (LEAL FILHO et al., 2018; TAUCHEN; BRANDLI, 2006), destaca-se que é necessário o conhecimento dos benefícios dessas ações e o desenvolvimento de uma percepção institucional sobre a sustentabilidade como práticas essenciais para a efetiva implementação do desenvolvimento sustentável nas universidades (BRANDLI et al., 2015).

Para tanto, a UFMS tem instituído mecanismos a fim de disseminar as práticas sustentáveis realizadas e, principalmente, consolidar uma mentalidade socioambiental na comunidade universitária por meio de ações inseridas no PLS, na A3P, no Pacto Global e com a participação em *rankings* internacionais, como o *GreenMetric* e o *THE Impact*.

Plano de Logística Sustentável

O Plano de Logística Sustentável da UFMS (PLS 2019-2021) atende ao disposto no Decreto nº 7.746/2012 e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10/2012, e foi dividido em oito temas, sendo eles: Material de consumo; Energia elétrica; Água e esgoto; Coleta seletiva; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Compras e contratações sustentáveis; Deslocamento de pessoal e Educação ambiental. Em cada um desses temas, são previstos objetivos, ações, metas, cronograma, recursos necessários e as unidades responsáveis por realizá-los. Adiante, são destacadas as principais ações dentro de cada tema do PLS 2019-2021.

Material de consumo

A fim de eliminar o uso de copos descartáveis, por meio da ação institucional “Adote uma Caneca ou uma Garrafa”, foram entregues cerca de 10.000 canecas entre 2019 e 2020 aos servidores e aos estudantes. Ressalta-se, também, a diminuição de documentos impressos pela ação “UFMS Sem papel”, com a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/UFMS), em que os processos passaram a ser todos digitais desde 2017, e com a implantação de PIN vinculado ao passaporte do servidor para autorização de impressões, promovendo a redução de 65% das impressões de 2019 a 2020.

Energia elétrica

A meta mais robusta proposta neste tema é o investimento maciço na utilização de energia fotovoltaica, por meio da ação “Energia Limpa UFMS”. Até o momento, foram instaladas cerca de 1.150 placas solares, e estão em andamento cinco contratos que, somados, acarretam um investimento de mais de R\$ 8 milhões e uma potência de geração solar prevista de 2,2 MWp. A UFMS tem buscado parcerias, como o convênio firmado com as Companhias Energéticas Candeias, Manauara e Potiguar, que objetiva a execução do “Projeto e Desenvolvimento de tecnologia para identificação de sujidade e limpeza automática em sistemas fotovoltaicos”. Já a ação “Ilumina UFMS”, visa ao aumento na eficiência da iluminação com a troca de lâmpadas comuns por lâmpadas de LED e conta com mais de 400 lâmpadas substituídas.

Água e esgoto

As práticas de sustentabilidade e de uso racional para consumo de água e geração de esgoto consistem, dentre outras, na redução do consumo e desperdício de água pela ação “Também é da Sua Conta”. Para tanto, foi disponibilizado um link na página da UFMS para informe de vazamentos. A Auditoria Interna da UFMS também

elaborou Relatórios de Avaliação da Gestão dos Recursos Hídricos da Universidade, nos quais é possível visualizar o cenário relacionado à água e ao esgoto, possibilitando o planejamento e a gestão desses recursos.

Coleta seletiva

A ação “UFMS Limpa e Seletiva” contou com a distribuição e instalação de mais de 1.000 lixeiras seletivas em toda a UFMS – Cidade Universitária e nove Câmpus. E, por meio da ação “UFMS Protegida”, foram construídos quatro abrigos de resíduos com recipientes necessários para a segregação dos dejetos, possibilitando o correto armazenamento dos resíduos e evitando o risco de danos ambientais.

Qualidade de vida no trabalho

Existem as ações “UFMS Saúde”, que promovem a realização anual de exames periódicos para os servidores, e “UFMS Saudável”, que incentiva um ambiente estimulante com a instalação de placas nos corredores, assim como adesivos nos banheiros com poesias e frases motivacionais, bem como de bancos e pergolados, a fim de proporcionar locais para o estreitamento de laços dos membros da comunidade interna e externa. Além disso, a UFMS oferece, de forma gratuita, a testagem e o diagnóstico molecular de Sars-Cov-2 aos membros sintomáticos da comunidade acadêmica.

Compras e contratações sustentáveis

Dentre as práticas de sustentabilidade que visam a manter o inventário dos bens móveis atualizado, destaca-se a ação “Patrimônio legal”, que disponibiliza para outras unidades bens destinados à baixa e que podem ser reutilizados, gerando economicidade à instituição. Ademais, por meio da ação “UFMS Resíduo Zero”, é inserida cláusula nos editais e contratos que determina o descarte adequado dos

resíduos gerados na construção civil, de forma que ao final da prestação de serviços, reformas e obras não haja resíduos.

Deslocamento de pessoal

No uso eficiente da frota de veículos, foram adotadas práticas que, por exemplo, incentivam o uso de transporte coletivo, como a ação “Capi Shuttle”, que disponibiliza micro-ônibus para o transporte dentro da Cidade Universitária. A “Carona amiga UFMS” estimula a prática pela instalação de pontos de carona em diversos locais da universidade, e a ação “Vai de bike UFMS” incentiva o uso de transporte não poluente com a instalação de bicicletários, que já somam mais de 40 unidades. Na “Frota Eficiente”, as viagens e rotinas de entrega de materiais e documentos são agendadas pelo Sistema de Gestão de Transportes – Sigetran/UFMS, que, além de possibilitar o uso eficiente da frota, permite controles periódicos da utilização dos veículos, planejamento e emissão de relatórios, facilitando o alcance da meta de redução do consumo de combustíveis e do desgaste dos veículos, bem como da emissão de gases de efeito estufa. Salienta-se o projeto cooperativo com as Companhias Energéticas para o “Desenvolvimento de sistema nacional de recarga rápida de bicicletas e veículos elétricos para aplicações V2G (*Vehicle to Grid*)”, por meio do qual foi fornecido um carro elétrico para a universidade e será construído um eletroposto na Cidade Universitária.

Educação ambiental

Pode-se destacar o “Desafio UFMS Sustentável”, que consiste na publicação de edital para financiamento de projetos inovadores de proteção, conservação, recuperação e cuidado com o uso racional dos recursos naturais selecionados para melhoria da gestão sustentável da UFMS, apresentados por Empresas Juniores do programa “UFMS Júnior”. No âmbito da comunidade externa, existem

a feira agroecológica, ação inserida na Campanha “Eu Respeito – Meio Ambiente”, que busca fortalecer a comercialização e aumentar a visibilidade dos produtos da agricultura familiar; e a Semana Lixo Zero, atividade que promove uma série de ações e, principalmente, a coleta de resíduos recicláveis.

GreenMetric Rankings

Desde 2010, é realizado o *UI GreenMetric World University Rankings*, bem como a certificação das universidades participantes (UI GREENMETRIC, 2021). A UFMS começou a participar do ranqueamento em 2019, obtendo uma melhora relativa no ano de 2020. As áreas avaliadas são: Ambiente e Infraestrutura (SI), Energia e Mudanças Climáticas (EC), Resíduos (WS), Água (WR), Transporte (TR) e Educação (ED).

Em 2020, de 912 universidades participantes em todo o mundo, a UFMS alcançou a 242ª posição e a 10ª posição entre as 38 universidades brasileiras participantes. Além disso, destacou-se na área de Água e de Resíduos, no âmbito internacional, e na área de Resíduos e de Educação comparada às universidades nacionais, conforme Figuras 1 e 2.

Figura 1. Posição geral e por áreas da UFMS dentre todas as universidades participantes

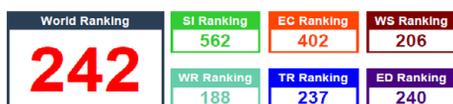
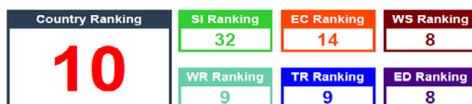


Figura 2. Posição geral e por áreas da UFMS dentre as universidades brasileiras participantes



Fonte: Elaboradas pelos autores (2021) adaptadas de UI GreenMetric (2020).

Times Higher Education Impact Rankings

O *Impact Rankings*, promovido desde 2019, contou com a participação da UFMS nos anos de 2020 e 2021, a qual se estabeleceu na faixa das 401-600 melhores universidades entre as 1.117 instituições de ensino analisadas no último ano, e conquistou 61.8 pontos na avaliação geral, que vai de 0 a 100 (THE, 2021).

De 38 instituições brasileiras que integraram o *Impact Rankings* 2021, a UFMS, única representante da região Centro-Oeste, alcançou a 18ª posição (THE, 2021). Além disso, cumpriu todos os dezessete ODS e obteve destaque em quatro deles: ODS 4: Educação de Qualidade; ODS 5: Igualdade de Gênero; ODS 8: Emprego Decente e Crescimento Econômico; e ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis (Figura 3).

Figura 3. Posição e pontuação geral e por ODS da UFMS



Fonte: Elaborada pelos autores (2021) adaptada de THE (2021).

A3P e Pacto Global

Após a formalização do pedido de adesão à A3P por meio de ofício e Plano de Trabalho, a UFMS aguarda a assinatura do Termo de Adesão pelo MMA para efetivamente iniciar as ações previstas no plano.

O Pacto Global encontra-se na mesma situação. Foi submetida uma Carta Compromisso para análise pela Secretaria Geral das Nações Unidas e, tão logo seja confirmada a inscrição da UFMS ao pacto, dar-se-á início à divulgação e ao incentivo de ações relacionadas aos princípios do Pacto Global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste capítulo foi descrever as práticas sustentáveis desenvolvidas pela UFMS para contribuir com as instituições de ensino interessadas em implementar essas ações, principalmente vinculando-as à Agenda 2030. Nesse sentido, ao longo do texto, apresentaram-se as principais iniciativas da UFMS, como o Plano de Logística Sustentável e a Agenda Ambiental na Administração Pública, no âmbito nacional, e o Pacto Global, o *GreenMetric Rankings* e o *Times Higher Education Impact Rankings*, no âmbito internacional.

O desenvolvimento sustentável e a incorporação da importância da sustentabilidade nos membros da comunidade universitária são objetivos contínuos da UFMS. Além disso, a observância aos objetivos da Agenda 2030 abarcam, pelo menos, os ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável, ODS 3 – Saúde e bem-estar, ODS 4 – Educação de qualidade, ODS 7 – Energia limpa e acessível, ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, ODS 12 – Consumo e produção responsáveis, ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima, ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes, e ODS 17 – Parcerias e meios de implementação (ONU, 2016). A Diretoria de Desenvolvimento Sustentável da UFMS disponibiliza o *site* – www.dides.ufms.br – como canal oficial para compilação e divulgação dos dados referentes a esses objetivos.

Os resultados sustentáveis obtidos até o momento são importantes, mas não suficientes, já que existem muitos desafios e oportunidades de ações, programas e ferramentas para alcançar

níveis de sustentabilidade cada vez melhores. Desta maneira, e visando a uma melhoria contínua, as ações são acompanhadas, as metas revisadas e novas orientações e diretrizes são colocadas em prática. A UFMS tem se empenhado neste processo de implementar uma agenda sustentável, envolvendo a comunidade acadêmica, servindo como exemplo e, ao mesmo tempo, aprendendo com outras instituições, e dando um retorno para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BESSA, F. L. B. N. Gestão pública orientada ao desenvolvimento sustentável e indicadores de desempenho socioambiental. *In*: BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. **Cadernos de Finanças Públicas**, Brasília, n. 11, p. 159-185, dez, 2011.

BRANDLI, L. L.; LEAL FILHO, W.; FRANDOLOSO, M. A. L.; KORF, E. P.; DARIS, D. The environmental sustainability of Brazilian universities: barriers and pre-conditions. *In*: LEAL FILHO, Walter et al. (eds.). **Integrating sustainability thinking in science and engineering curricula: innovative approaches, methods and tools**. [S. l.]: springer, sep. 2015. p. 63-75.

BRASIL. Lei nº 6.674, de 5 de julho de 1979. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em obediência ao disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 117, n. 127, p. 4-5, 5 jul. 1979.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**. 5. ed. rev. atual. Brasília, DF: 2009. 100 p. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios

e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 109, p. 9, 6 jun. 2012a.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 220, p. 113-114, 14 nov. 2012b.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

FLICK, U. Pesquisa qualitativa: por que e como fazê-la. *In*: **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 20-38.

GAZZONI, F.; SCHERER, F. L.; HAHN, I. S.; CARPES, A. M.; DOS SANTOS, M. B. O papel das IES no desenvolvimento sustentável: estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Gestão Universitária na América Latina (GUAL)**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 48-70, jan. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

LEAL FILHO, W.; PALLANT, E.; ENETE, A.; RICHTER, B.; BRANDLI, L. L. Planning and implementing sustainability in higher education institutions: an overview of the difficulties and potentials. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 25, n. 8, p. 713-721, apr. 2018.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo:** a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, 2016.

PACTO GLOBAL. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>. Acesso em: 12 ago. 2021.

PEIXOTO, C. S. B. S.; MORAES FILHO, R. A.; MORAES, I. C.; VIEIRA, L. G. H. S.; SOUZA, M. E. J. Práticas sustentáveis: estudo de caso em uma instituição de ensino superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina (GUAL)**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 230-252, mai./ago. 2019.

RIBEIRO, M. M. C.; MOURA-LEITE, R.; FRANCO, S. C.; MAX, C. Z. Práticas de divulgação, conscientização e capacitação para a sustentabilidade: uma proposta para as universidades federais brasileiras. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 146-168, jan./jun. 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. 5. impr. São Paulo: Cortez, 2007.

SONETTI, G.; BROWN, M.; NABONI, E. About the triggering of UN sustainable development goals and regenerative sustainability in higher education. **Sustainability**, v. 11, n. 1, p. 1-17, jan. 2019.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão e Produção**, v. 13, n. 3, p. 503-515, set./dez. 2006.

THE – TIMES HIGHER EDUCATION. Londres, 2021. Disponível em: https://www.timeshighereducation.com/rankings/impact/2021/overall#!/page/0/length/25/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/undefined. Acesso em: 10 ago. 2021.

UFMS. Conselho Universitário. Resolução nº 214, de 7 de outubro de 2019. Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade da Fundação

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Boletim de Serviço:** Campo Grande, MS, ano XXXI, n. 7143, p. 1-3, 9 out. 2019.

UFMS. Conselho Universitário. Resolução nº 17, de 13 de março de 2020. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMS. **Boletim de Serviço:** Campo Grande, MS, ano XXXII, n. 7552, p. 15, 18 mar. 2020a.

UFMS. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Campo Grande, 2020b. Disponível em: <https://pdi.ufms.br/planos-publicados/pdi-2020-2024/pdi-2020-2024-publicado>. Acesso em: 24 jul. 2021.

UFMS. Conselho Universitário. Resolução nº 116, de 28 de janeiro de 2021. Fixa as competências das Unidades da Administração Central e Suplementares da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Boletim de Serviço:** Campo Grande, MS, ano XXXIII, n. 7469, p. 19-188, 29 jan. 2021a.

UFMS. Conselho Universitário. Resolução nº 93, de 28 de maio de 2021. Aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Boletim de Serviço:** Campo Grande, MS, ano XXXIII, n. 7559, p. 47-65, 9 jun. 2021b.

UI GREENMETRIC. Universitas Indonesia. **[Correio eletrônico].** Destinatário: Leticia de Barros Solano. Campo Grande, 2020.

UI GREENMETRIC. Indonésia, 2021. Disponível em: <https://greenmetric.ui.ac.id/about/welcome>. Acesso em: 9 ago. 2021.

WANKE, P.; CORREA, H.; JACOB, J.; SANTOS, T. Including carbon emissions in the planning of logistic networks: a Brazilian case. **International Journal Shipping and Transport Logistics**, v. 7, n. 6, p. 655-675, 2015.

WCED – WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Report of the World Commission on Environment and Development:** Our Common Future. Oslo, 1987.

DESAFIOS DE INTEGRAR OS ODS E AS PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NOS GRUPOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Maria Beatriz de Mendonça Gois²⁷

Marina Moura Lima²⁸

Matheus Henrique Silva Santos²⁹

Pedro Paulo Pinheiro Moura³⁰

Ammary Virgínia da Silva Moura³¹

Ângela Tavares de Oliveira³²

Antônio Matheus Lima Bezerra³³

Davi Finamori Lopes Feitosa³⁴

²⁷Autor (a) - Estudante de Graduação - <http://lattes.cnpq.br/8976022643500464> - 0000-0002-1353-500X - mariabeatrizm29@gmail.com

²⁸Autor (a) - Estudante de Graduação - <http://lattes.cnpq.br/2841407567951760> - 0000-0001-7367-4901 - mmoura583@gmail.com

²⁹Autor (a) - Estudante de Graduação - <http://lattes.cnpq.br/2347270909679030> - 0000-0003-0283-4116 - matheus.santos.702@ufrn.edu.br

³⁰Autor (a) - Estudante de Graduação - <http://lattes.cnpq.br/4423370911425762> - 0000-0001-5832-0726 - pedro.moura.117@ufrn.edu.br

³¹Coautor(a) - Estudante de Graduação - <http://lattes.cnpq.br/8155223144429932> - 0000-0003-4387-1562 - ammary.moura.700@ufrn.edu.br

³²Coautor(a) - Estudante de Graduação - <http://lattes.cnpq.br/8736638494206444> - 0000-0002-3672-2633 - angelatavares1998@gmail.com

³³Coautor(a) - Estudante de Graduação - <http://lattes.cnpq.br/7275069798669203> - 0000-0001-6789-9696 - antoniomatheus120@gmail.com

³⁴Coautor(a) - Estudante de Graduação - <http://lattes.cnpq.br/3659293969355767> - 0000-0003-0126-1029 - davifinamorifeitosa@gmail.com

Douglas Fernandes e Silva Ferreira³⁵

Gabriel Oliveira Costa³⁶

João Victor de Souza Torres³⁷

Maria Luiza Pedrosa Lima Oliveira³⁸

Matheus Diogenes Brito de Lima³⁹

Nathália Adelayde Loureiro⁴⁰

Vitória Katherine do Nascimento⁴¹

Andréa Oliveira Nunes⁴²

INTRODUÇÃO

A Extensão Universitária pode ser compreendida como “o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (FADEL et al., 2013, p. 1 *apud* Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2002). Por isso, extensão universitária é a responsável por exercer uma função social dentro da universidade, mediando a formação acadêmica com sua aplicação na sociedade.

³⁵ Coautor(a) - Estudante de Graduação - <http://lattes.cnpq.br/4223664058034294> - 0000-0001-8120-8820 - douglasfsf2@gmail.com

³⁶ Coautor(a) - Estudante de Graduação - <http://lattes.cnpq.br/8451989620561671> - 0000-0002-2857-7069 - gabrielcefs@gmail.com

³⁷ Coautor(a) - Estudante de Graduação - 0000-0003-3621-2358 - joaosouzatorres@gmail.com

³⁸ Coautor(a) - Estudante de Graduação - <http://lattes.cnpq.br/9255209709760579> - 0000-0002-7212-2221 - marialuizapedrosa9@gmail.com

³⁹ Coautor(a) - Estudante de Graduação - <http://lattes.cnpq.br/1708601218389882> - 0000-0001-8743-161X - matheus.brito.702@ufrn.edu.br

⁴⁰ Coautor(a) - Estudante de Graduação - <http://lattes.cnpq.br/1080264083293466> - 0000-0003-2522-0379 - adelaydenathalia@gmail.com

⁴¹ Coautor(a) - Estudante de Graduação - 0000-0002-5129-7858 - vitorianascimentoobas@gmail.com

⁴² Orientadora - Doutora - <http://lattes.cnpq.br/7620659413250570> - 0000-0003-0021-6621 - andrea.nunes@ufrn.br

Como exposto por Rodrigues (2013, p. 146), “no momento em que a extensão universitária acontece, os acadêmicos saem da sua rotina em sala de aula passando a praticar o que foi proposto nesta e se aproximando das pessoas [...]”. Desta forma, a relação estabelecida entre a universidade e a sociedade é uma via de “mão dupla”, em que é estabelecido uma conexão de saberes entre os conhecimentos acadêmicos e populares, favorecendo a democratização do acesso ao conhecimento acadêmico, tecnológico e científico (GADOTTI, 2017, p. 2).

Em relação a tríade pesquisa, ensino e extensão, o Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras explica que:

Ensino com extensão aponta para a formação contextualizada às agudas questões da sociedade contemporânea. Ensino com pesquisa aponta para o verdadeiro domínio dos instrumentos nos quais cada profissão se expressa, em seu próprio processo evolutivo. (Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras, 2002, p. 10).

Por esse motivo, é trabalhado dentro da universidade a indissociabilidade da tríade para práticas de extensão mais assertivas, tendo em vista a necessidade da apropriação dos conhecimentos técnicos, científicos e tecnológicos aplicados nessas atividades para a construção de uma conexão de saberes entre a academia e a comunidade. Além disso:

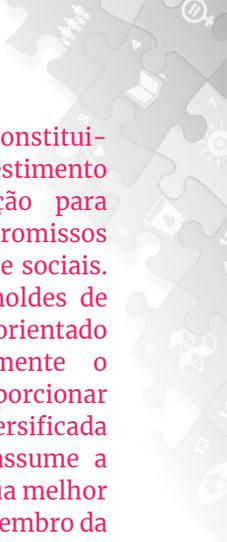
[...] A extensão universitária é o que permanente e sistematicamente convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social, que aproxima a produção a transmissão de conhecimentos de seus efetivos destinatários, cuidando de corrigir, nesse processo, as interdições e bloqueios, que fazem com que seja assimétrica e desigual a apropriação social do

conhecimento das ciências e das tecnologias (DE PAULA, 2015, p. 6).

Tendo em vista esse caráter transformador da extensão universitária, é imprescindível a sua associação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. De acordo com Morton, Pencheon e Squires (2017, p. 82), é importante destacar que os ODS estão intimamente interligados. Dessa forma, os esforços devem caminhar juntos em uma busca por benefícios mútuos. Para isso, a visão da indissociabilidade deve ser mantida para evitar avanços não alinhados, ou até ineficazes.

Nesse contexto, sob o nome de “Programa Especial de Treinamento”, o PET surgiu em 1979, sendo acompanhado e avaliado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nesse período, o objetivo do programa era ser a porta de entrada dos alunos universitários para os programas de pós-graduação. A partir do processo de redemocratização do Brasil, em que foi pautada uma educação universitária que obedeça ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988, Art. 207), o programa teve suas diretrizes e concepção filosófica repensadas. Assim, em 1999, ele foi transferido para a Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC) e, em 2004, passou a ser conhecido como Programa de Educação Tutorial (Minuta do Manual de Orientações Básicas do Programa de Educação Tutorial - PET, p. 1).

Através da realização de atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência sob a orientação de um professor tutor, o PET tem como objetivo a formação ampla dos discentes envolvidos direta ou indiretamente com o programa. A partir de um ambiente participativo, colaborativo e horizontal, essa formação busca a construção ética, política e social de seus integrantes (Minuta do Manual de Orientações Básicas do Programa de Educação Tutorial - PET, p. 2-4).



O Programa de Educação Tutorial constitui-se em uma modalidade de investimento acadêmico em cursos de graduação para o desenvolvimento de compromissos epistemológicos, pedagógicos, éticos e sociais. Com uma concepção baseada nos moldes de grupos tutoriais de aprendizagem, e orientado pelo objetivo de formar globalmente o estudante, o PET não visa apenas proporcionar ao discente uma gama nova e diversificada de conhecimento acadêmico, mas assume a responsabilidade de contribuir para sua melhor qualificação como indivíduo e como membro da sociedade. (Minuta do Manual de Orientações Básicas do Programa de Educação Tutorial - PET, p. 2).

Considerando as atividades desenvolvidas pelos grupos PET da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no que tange a relação do PET com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Gois et al. (2020) apontam que quinze dos dezessete objetivos foram contemplados pelas atividades de extensão desses grupos nos últimos 3 anos, com destaque para a ODS 4 (educação de qualidade). Com cerca de 88% das ações estando voltadas para esse objetivo, comprovar-se o papel do programa como instrumento de promoção de uma educação de excelência.

A partir da análise realizada por Gois et al. (2020), relacionando as práticas de extensão dos grupos PET com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o presente capítulo tem como objetivo discorrer sobre os principais desafios da extensão universitária e o cumprimento dos 17 ODS nessas ações, tendo como base para análise, a experiência e atuação do PET de Engenharia Química da Federal do Rio Grande do Norte.

DESENVOLVIMENTO

O PET tem por objetivo desenvolver atividades que integrem pesquisa, ensino e extensão, causando grandes impactos na formação universitária. Tendo em vista que tais impactos são gerados no processo de promoção da transferência horizontal de conhecimentos entre discentes, docentes e sociedade, às ações do programa tendem a potencializar a implementação dos ODS, pois suas atividades baseadas na indissociabilidade da tríade permitem “mesmo de forma inconsciente [...] contemplar temas urgentes do cenário atual, como: direitos humanos, formação profissional, saúde, tecnologias, conscientização ambiental e educação” (GOIS et al., 2020, p. 173).

Diante disso, Gois et al. (2020) buscaram fazer o levantamento da correlação entre as atividades de extensão desenvolvidas pelos grupos PETs da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e os ODS. A partir do exposto, nota-se que a maior parte das atividades de extensão realizadas estão relacionadas com o âmbito da educação e ensino, seguido por temas mais atuais como igualdade de gênero.

A pesquisa ainda associa os ODS com menor expressividade (abaixo de 50%) de ações realizadas, em especial os ODS 3, ODS 5 e ODS 8 (igualdade de gênero, saúde e bem-estar e trabalho decente e crescimento econômico, respectivamente), com o conceito de extensão universitária, onde indicam que, uma vez que associada a demandas sociais, os grupos estão comprometidos e engajados com essas pautas, desenvolvendo atividades educativas de conscientização, diálogo e construção do desenvolvimento sustentável.

Tais dados geram uma indagação: “como fazer que os grupos PET desenvolvam extensão contemplando amplamente os ODS?”. Para que sejam buscadas respostas para tal questionamento se faz necessário conhecer os desafios por trás desta problemática.

A partir da experiência do PET de Engenharia Química da UFRN, é possível sinalizar alguns dos principais desafios que estão sendo

enfrentados, como a dificuldade de trabalho em conjunto com outros grupos PET; a formação acadêmica direcionada estritamente às práticas e às aplicações técnicas de ensino; e a limitação dos recursos financeiros para aplicação das práticas de extensão, impedindo iniciar ou dá prosseguimento a projetos com teor técnico mais avançado.

As dificuldades em relação ao trabalho em parceria com outros PET geralmente acontecem em razão da disponibilidade dos membros de cada grupo, confrontando com a realização de encontros periódicos de integração e organização de atividades em conjunto. Às razões para isso se dão pelo compromisso individual dos grupos em cumprir a carga horária obrigatória de suas atividades perante o MEC, problemas logísticos, grupos localizados em diferentes polos e ainda conflitos relacionados à disponibilidade de horários.

No que diz respeito à formação acadêmica, ainda se observa que a engenharia é muito focada em aspectos técnicos. Por causa disso, esta formação não permite estabelecer uma relação entre o conhecimento técnico e sua aplicação dentro de um contexto político-social, ocasionando um distanciamento entre o que é visto dentro do curso e a realidade profissional e social (KLEBA, 2017, p. 171). Além disso, a cultura epistêmica de profissionais da educação é coletivizada por uma matriz conservadora do modelo de ensino-aprendizagem, e que é resistente a mudanças.

Em contraste com esse método tradicional de ensino, a extensão promove projetos que possibilitam a socialização entre docentes, discentes e o público externo. Da mesma forma, no contexto em que está inserida, propõe a resolução de problemas sociais e ambientais, a discussão acerca de temáticas importantes, o debate de como difundi-los ao meio estudantil e o estímulo à cultura e a cidadania. Por tais motivos, Campos e Farias (1999, p. 40) afirmam que o ensino de engenharia “necessita ser submetido a um processo de autocrítica e consequente reforma, eliminando preconceitos, isolacionismos acadêmicos e alienação social”.

Ademais, o estudo de Koglin et al. (2019) mostra que desde 2016 ocorre um corte nos recursos por parte governamental para o desenvolvimento de atividades acadêmicas voltadas para a extensão. Em relação a falta de investimentos no PET, Gois et al. (2020, p. 170) explicam que:

Apesar do programa ser garantido pela Lei nº 11.180 e ratificado pela Resolução nº 42 de 2013 do Ministério da Educação o direito à bolsa-auxílio para discentes e professores tutores, e também um auxílio repassado semestralmente para garantir a execução das atividades, o programa vem sofrendo sérios atrasos no repasse da verba (CARVALHO, 2018, p. 40 apud GOIS et al., 2020, p. 170).

Sem o repasse da verba para aplicação das atividades, a compra de materiais e equipamentos para a sua execução é inviabilizada, e o grupo tem a aplicação de seus projetos, em especial aqueles que necessitam de instrumentos mais específicos, prejudicados. Além disso, a incerteza em relação ao período que será repassado prejudica o planejamento e cronograma da atividade.

Apesar da diminuição de investimentos em seus projetos, Gois. (2020, p. 172) apontam que mais da metade dos grupos PET da UFRN mantiveram a média anual superior a quatro atividades nessa área durante o período considerado na pesquisa, corroborando com a tese do compromisso do Programa de Educação Tutorial com a prática de atividades de extensão.

Tendo em vista os desafios já abordados, antes de pensar em soluções para o bom e mais abrangente desenvolvimento de atividades extensionistas pelos membros do PET associado ao cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, faz-se necessário inserir na formação acadêmica disciplinas associadas à Ciência, Tecnologia e Sociedade e Engenharia Engajada. Tais disciplinas trazem para formação teórica aspectos sociais, promovendo uma reflexão

e a visão crítica dos discentes com relação aos problemas da nossa sociedade.

Com destaque, a Engenharia Engajada busca uma nova diretriz educacional utilizando a chamada “Tecnologia Social”, que pode ser entendida como uma democratização da tecnologia, isto é, a utilização da engenharia em prol do estudo e aplicação de “soluções efetivas de problemas globais como a pobreza e a destruição ambiental [...], exigindo uma mudança de paradigma no ensino das engenharias, no design tecnológico e no compromisso com projetos de interesse público (AMADEI; SANDEKIAN, 2010, p. 85 apud KLEBA, 2017, p. 171). Nesse contexto, Silva, Chaves e Pompeu (2018, p. 2) ainda explicam que:

As tecnologias sociais não se trata de um conjunto pré-estabelecido de artefatos tecnológicos, mas sim, de uma nova proposta de concepção e construção do conhecimento, segundo a qual, busca-se, a partir de metodologias participativas, incorporar os valores das camadas populares na elaboração das soluções técnicas. Com isso, substitui-se a ideia de transferência do conhecimento por parte da comunidade técnico-científica sensibilizada para a população necessitada pela construção dialógica, coletiva, horizontal de conhecimentos entre engenheiros socialmente engajados em conjunto com demais atores da sociedade.

Sendo a extensão um processo educativo e científico, a sua prática gera um conhecimento que possibilita a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade (SERRANO, 2010). Sabendo disso, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tornou-se parte integrante e obrigatória dos projetos pedagógicos de todos os cursos de graduação. Através do Art. 6º, Resolução N° 038/2019-CONSEPE, de 23 de abril de 2019, foi determinada a sua obrigatoriedade em

um percentual mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária total do curso de atividades extensionistas. Sendo essa uma conquista de imensurável importância para a formação universitária.

Com isso, vê-se que é necessário, não somente a atuação de profissionais da própria instituição na liderança de um processo de transformação do modelo educacional, mas também o apoio das instâncias decisórias, assim como um suporte administrativo e financeiro. Este conjunto de elementos deve obter volume suficiente que possibilite espaços para a introdução de projetos de mudança curricular e fomento a projetos de extensão.

Uma vez que estes elementos estão implementados, é necessário a promoção mais efetiva sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e qual o papel do PET, enquanto programa engajado político e socialmente com as necessidades da comunidade, para que os grupos, mesmo que individualmente, tenham consciência das ações que podem realizar em prol do cumprimento desses objetivos. Essa divulgação e incentivo dentro do programa pode ser dado nos espaços destinados às palestras e rodas de discussão presentes nos Encontros Estaduais, Regionais e Nacionais realizados anualmente.

Com isso, os grupos PET, conscientes do seu papel e do seu poder organizativo, bem como de articulação dentro e fora de seus cursos, dispõem em seus planejamentos anuais a realização de palestras, oficinas, cursos profissionalizantes ministrados pelo próprio discente e/ou convidados, apresentações culturais, aulas que promovam a busca por uma melhor qualidade de vida e saúde, e entre inúmeras outras atividades que possam integrar o conhecimento técnico aos saberes populares e às necessidades da população, unindo o público interno e externo da universidade. Assim, possibilitando a troca de conhecimento das mais diversas camadas sociais em associação com o cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado e discutido neste capítulo, é possível identificar os principais desafios na execução das atividades de extensão e na aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tomando como base a experiência do PET de Engenharia Química da UFRN. A dificuldade de articulação e aproximação dos grupos PET da Universidade, associado com uma formação acadêmica tecnicista e tradicional e a constante diminuição do investimento em extensão nos últimos anos, impedem o desenvolvimento de atividades em maior escala. Além disso, a falta de conhecimento sobre os ODS e o papel do PET enquanto agente social no cumprimento desses objetivos, faz com que os grupos atuem de forma inconsciente na transformação da sociedade proposta pela Agenda 2030.

Dessa forma, entende-se que é necessário além de um maior apoio das entidades governamentais, a colaboração dos discentes e dos docentes em projetos voltados à sociedade. Para que isso aconteça, deve haver uma maior visibilidade e divulgação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o papel da extensão no cumprimento destes ODS e a transformação do ensino através de disciplinas que provoquem o pensamento crítico, político e social, tomando como base a ideia de uma Tecnologia Social, para aplicação do conhecimento técnico-científico na comunidade, usando para isso, o princípio da horizontalidade da transferência de saberes, pilar este que faz parte da filosofia do Programa de Educação Tutorial.

REFERÊNCIAS

AMADEI, Bernard; SANDEKIAN, Robyn. **Model of Integrating Humanitarian Development into Engineering Education**. Journal of Professional Issues in Engineering Education and Practice, v.136, p.84-92, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. Edição Atualizada: Brasil 2000/2001. Brasília: ME, 2002.

CAMPOS, A. T., FARIAS, C. V. **Reflexões sobre o ensino de Engenharia no Brasil**. Mimesis, v. 20, n. 2, p. 39-57, 1999

CARVALHO, C. R.; BARROS, R. de O.; REIS, E.P. dos; ARAÚJO, L. B. de; SOUSA, H. M. H. de. **O Programa de Educação Tutorial (PET) no contexto da crise econômica brasileira**. Revista Extensão em Foco, v. 1, n. 15, p. 28-45. 2018.

FADEL, C. B., BORDIN, D., KUHN, E., MARTINS, L. D. **O impacto da extensão universitária sobre a formação acadêmica em Odontologia**. Revista Comunicação, Saúde e Educação, v. 17, n. 47, p. 937-946, 2013.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para quê?** 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf (Acesso em: 23/04/2020)

GOIS, M. B. M., LIMA, M. M., SOUZA, B. F., SILVA, V. D., MOURA, P. P. P. **Programa de Educação Tutorial como propagador dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável**. Revista Extensão e Sociedade, v. 11, n. 2, p. 166-175, 2020.

KLEBA, J. B. **Engenharia engajada-desafios de ensino e extensão**. Revista tecnologia e sociedade, v. 13, n. 27, p. 170-187, 2017.

KOGLIN, T. S. S., KOGLIN, J. C. O. **A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso**. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 10, n. 2, 71-78, 2019.

LIANZA, S. et al. **Solidariedade técnica: por uma formação crítica no desenvolvimento tecnológico.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011

Minuta do Manual de Orientações Básicas do Programa de Educação Tutorial - PET. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1eUzdQNrfALUY65LkYWhWRSP4ND0CLkkt/view>. (Acesso em 14 de agosto de 2021).

MORTON, S., PENCHEON, D., SQUIRES, N. **Sustainable Development Goals (SDGs), and their implementation: A national global framework for health, development and equity needs a systems approach at every level.** British Medical Bulletin, v. 124, p. 81-90, 2017.

de PAULA, J. A. **A extensão universitária: história, conceito e propostas.** Revista Interfaces, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.

RODRIGUES, A. L. L., PRATA, M. S., BATALHA, T. B. S., COSTA, C. L. N. A., PASSOS NETO, I. F. P. **Contribuições da Extensão Universitária na Sociedade.** Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Social, v. 1, n. 16, p. 141-148, 2013.

SERRANO, R. M. S. M. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire.** 2010. Disponível em: https://issuu.com/praticasintegraisnutricao/docs/conceitos_de_extens__o_universit__r (Acesso em: 15/08/2021)

SILVA, L. M.; CHAVES, V. T.; POMPEU, L. P. **A Engenharia Popular na construção de outra economia: experiência agroecológica do ESF-SP e MST.** Disponível em: <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-2285dbd5007ae597ac169b5f34286dec75f65e7c-arquivo.pdf> (Acesso em: 20/08/2021)

TAVARES, C. A. R., FREITAS, K. S. **Extensão Universitária: desafios sociais e formativos.** 2019. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/1349/1/Extens%C3%A3o%20universit%C3%A1ria%3A%20desafios%20sociais%20e%20formativos.pdf> (Acesso em: 20/08/2021)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. CONSEPE **Resolução nº 038/2019, de 23 de abril de 2019.** Regulamenta a inserção curricular das ações de extensão universitária nos cursos de graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Natal: CONSEPE, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/beame/Downloads/res0382019-regulamenta_a_insercao_curricular_das_acoes_de_extensao_universitaria.pdf (Acesso em: 15/08/2021)

REDE ÁGORA: PENSAR GLOBAL E AGIR LOCAL PELOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Isabella Pearce de Carvalho Monteiro⁴³

Aline de Almeida Silva Sousa⁴⁴

INTRODUÇÃO

A Rede Ágora é uma associação cívica que não apenas relaciona os seus projetos com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, mas foi idealizada, fundada e estruturada justamente para realizar discussões teóricas e ações concretas em prol dos ODS. Sob o lema “pensar global e agir local”, a Rede Ágora pensa e executa soluções locais concernentes a diferentes ODS, às vezes através de projetos com prazo e metas determinadas, e outras vezes através de projetos contínuos.

A Rede Ágora nasceu, de fato, antes mesmo de sua constituição formal, pois a sua fundadora já liderava essas discussões e ações através de outras entidades públicas ou privadas, acompanhada de parte dos atuais membros da Rede Ágora. Muitas das discussões já

⁴³Advogada, Professora, Empreendedora e Liderança Cívica em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Doutora em Direito Público e Mestre pela Universidade de Coimbra (Portugal). Sócia-fundadora da empresa de consultoria Virtú Ambiental, atuando em licenciamento ambiental e governança ambiental estratégica, incluindo assessoria para a elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Luís. Sócia do escritório Marques e Tasoko Advogados Associados. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da OAB/MA. Fundadora e Presidente da Rede Ágora - <http://lattes.cnpq.br/4920240889047229> - <https://orcid.org/0000-0003-3633-8030> - agora.ods@gmail.com.

⁴⁴Professora, Advogada, Mestre e Doutoranda em Filosofia do Direito pela Universidade de Coimbra (Portugal). Vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da OAB-MA. Diretora Científica da Rede Ágora - <http://lattes.cnpq.br/9303448512614488> - <https://orcid.org/0000-0002-1339-4278> - agora.ods@gmail.com.

vinham sendo embasadas na tese de doutorado da fundadora, que trata justamente sobre a “Teoria Geral e o Princípio do Desenvolvimento Sustentável”.

Antes de estar formalmente constituída, ainda em maio de 2020 e como forma de contribuir socialmente com os autônomos e microempreendedores de baixa-renda nos meses mais restritivos da pandemia, a pretensa Rede Ágora (que na época se chamava “projeto”) realizou um significativo e impactante projeto social intitulado de “Mentoria para Microempreendedores”, a qual contou com a participação de profissionais empreendedores de diversas áreas, incluindo designers, publicitários, contadores, advogados e vários profissionais que deram voluntariamente orientações para microempreendedores de baixa-renda que precisavam encontrar formas de manter suas vendas durante a pandemia – e os mentores da Rede Ágora ajudaram, então, com a criação de identidade visual, redes sociais e canal de venda virtual para cada um desses microempreendedores.

Em seguida, outros projetos foram lançados como o “Isa no meu bairro”, “ODS soluções locais”, “Curso de Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável”, “Pessoa Consciente e Praia Limpa”, entre outros⁴⁵.

Após quase um ano de atuação enquanto sociedade civil organizada, foi formalizada a Rede Ágora como associação cívica sem fins lucrativos, devidamente registrada em cartório, que tem ampliado a cada dia mais os seus diversos projetos, os quais estão incluídos: a Ágora de Educação Ambiental e Empreendedora, o Congresso Internacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a Ágora do Livro e Ágora do Cinema, a Editora Ágora, Ágora de Ideias, Debates e Soluções, Ágora de Arte e Ágora Itinerante, Defesa Administrativa e Judicial de Interesses Difusos, Atos Cívicos, Mídias

⁴⁵ *Ibidem*.

Educativas e Pareceres Opinativos, e outros que ainda estão em fase de implementação⁴⁶.

Sobre o escopo de atuação da Rede Ágora

A Rede Ágora assume um escopo amplo de atuação em prol dos ODS, que está previsto em seu próprio Estatuto Social⁴⁷. Isto porque o seu intuito é ser capaz de contribuir da forma mais significativa possível para a realização prática destes objetivos. Desse modo, é possível sistematizar didaticamente os principais ramos de atividades entre: diálogos, ações e ciência. Dentre esses ramos, há vários projetos específicos implementados, ou em vistas de implementação. Logo, como pode ser observado no Quadro 1⁴⁸.

Quadro 1. Projetos desenvolvidos pela Rede Ágora

DÍÁLOGOS	AÇÕES	CIÊNCIA
Ágora do Livro	Ágora de Arte	Congressos Internacional dos ODS
Ágora do Cinema	Ágora Itinerante	Editora Ágora
Ágora de ideias, debates e soluções	Defesa judicial e administrativa dos interesses difusos	Curso de Resíduos Sólidos e Curso de Direito dos Animais
Ágora de contatos, perfis e experiências	Atos cívicos e pareceres opinativos	Rede Ágora Ensina

Fonte: elaborada pelas autoras.

⁴⁶REDE ÁGORA. **Estatuto Social**. São Luís, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1m cMrOLGqsUHiaqZWabLONffj4KBtUVot/view>. Acesso em 24 de jul. 2021. – REDE ÁGORA. **Portfólio de Apresentação**. São Luís, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1mcMrOLGqsUHia qZWabLONffj4KBtUVot/view>. Acesso em 24 de jul. 2021. Para conhecer mais das nossas atividades: REDE ÁGORA. **Liktr.ee**. Disponível em: <https://linktr.ee/redeagora.ods>. Acesso em 27 de jul. 2021.

⁴⁷REDE ÁGORA. **Estatuto Social**. 2021.

⁴⁸A tabela foi organizada a partir das atividades já realizadas ou em vista de realização pela Rede Ágora. Para conferi-las, basta acessar nosso Instagram: REDE ÁGORA. Página no Instagram, 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/rede_agora_/. Acesso em 28 de ago de 2021.

Acredita-se que essa tríade de esforços é capaz de acolher as diferentes modalidades de manifestações e contribuições que a sociedade civil organizada é capaz de fornecer para a realização do desenvolvimento sustentável na prática. A Rede Ágora, em menos de um ano de constituição formal, já implementou a grande maioria desses diferentes projetos. Portanto, importa conhecê-los a fundo.

Contribuições científicas da Rede Ágora

A Presidente da Rede Ágora, Professora Doutora Isabella Pearce, contribui cientificamente há quase uma década para o tema do desenvolvimento sustentável, tanto em escala global (considerando que o seu Mestrado e Doutorado foram feitos na Universidade de Coimbra em Portugal, com estudos complementares na Universidade de Strasbourg na França e na Universidade de Salerno na Itália), como em nível local na cidade de São Luís, sede da Rede Ágora. Por onde passou, a Professora implementou projetos vinculado às instituições de ensino, com parcerias públicas e privadas, como o Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável e a Revista do CEDS, com publicações interdisciplinares que propunham soluções para problemas locais e globais relacionados às diversas áreas do desenvolvimento sustentável⁴⁹.

Em razão desta veia científica interdisciplinar e global, a fim de proporcionar o amplo acesso à Ciência, a Rede Ágora realizou em julho de 2021 o Congresso Internacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável⁵⁰. O Congresso foi realizado de forma online, do dia 12 até o dia 17 de julho, tornando possível convidar palestrantes de diversos países (Portugal, Itália, África do Sul, Estados Unidos), como também de

⁴⁹CEDS. **Revista do CEDS**, 2014. Disponível em: http://sou.undb.edu.br/ceds/revista/edicao/1/1?utm_source=direto. Acesso em 21 de ago de 2021.

⁵⁰REDE ÁGORA. **Programação do Congresso Internacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, 2021. Disponível em: https://www.sympla.com.br/congresso-internacional-dos-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel_1258895. Acesso em 21 de ago de 2021.

diversas áreas do conhecimento (engenharias, direito, administração, contabilidade, ciência da informação, políticas públicas, geografia, turismo, biologia etc.), uma vez que os problemas relacionados ao desenvolvimento sustentável são complexos e requerem soluções holísticas⁵¹. Foram quase mil inscritos, sendo que foram distribuídas cerca de oitocentas cortesias para estudantes de diversas áreas de instituições maranhenses, no intuito de contribuir socialmente para o amplo acesso à ciência e tecnologia.

Os principais temas difundidos foram: economia e desenvolvimento sustentável; setor portuário e desenvolvimento; cidades inteligentes; indústria, energias renováveis e empreendedorismo; inovação e tecnologia; gestão de resíduos sólidos, água e esgoto; turismo ecológico; pagamento por serviços ambientais; o novo Código de Meio Ambiente do Estado do Maranhão, entre outros temas. Importa acentuar também que todas as palestras estão gravadas e disponíveis para o público geral⁵².

Dentre os palestrantes estavam a Doutora Alexandra Aragão, Professora Doutora de Direito Ambiental da Universidade de Coimbra; o Advogado Ambiental e Professor Doutor Édis Milaré, criador das Promotorias do Meio Ambiente; o Deputado Federal Rubens Bueno, defensor da pauta do pagamento por Serviços Ambientais; o Deputado Estadual de São Paulo Daniel José, atuante na defesa do direito à educação; Bonaventura Vitolo, Engenheiro Aeroespacial e referência na área de design sustentável; Antonino Fiorentino, PhD em engenharia sanitária; Jacopo Mele, consultor empresarial e uma das pessoas mais influentes do mundo abaixo dos 30, segundo a Forbes; Luciano Rezende, que foi Prefeito de Vitória (ES) no ano de 2013 a 2020, vencedor de prêmios de excelência em gestão pública e Cidades Inteligentes⁵³.

⁵¹*Ibidem*

⁵²REDE ÁGORA. **Palestras do Congresso Internacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLtL-iLTA_p-7pfsSMHLk8QG0YHe_3Sx11. Acesso em 21 de ago de 2021.

⁵³ *Ibidem*

O Congresso também recebeu produções científicas de estudantes de diversas áreas do conhecimento e de diferentes níveis de formação, incluindo estudantes de graduação, profissionais especialistas e com o grau de mestre e doutores que enriqueceram o evento com suas pesquisas. Tais artigos serão publicados como capítulos de um livro a ser organizado pela Rede Ágora.

Além de artigos, o Congresso proporcionou espaço para ações sociais e projetos cívicos em prol dos ODS de outras entidades, assim como os da própria Rede Ágora. Dentre os projetos apresentados estavam: as hortas urbanas comunitárias a partir da compostagem de resíduos, coordenado por Hadassa Pereira, estudante de engenharia Ambiental e Diretora Audiovisual da Rede Ágora; o bazar beneficente de moda-arte coordenado por Bianca Muniz, Diretora de Eventos da Rede Ágora; o “Projeto Reciclo”, que promove o gerenciamento de resíduos sólidos entre várias comunidades de São Luís, apresentado e coordenado pelo Professor Wanderson Pereira; o Instituto dos Arquitetos do Brasil, que contribuem para a promoção de cidades sustentáveis, apresentado pela Professora Carla e pelo Professor Cid.⁵⁴

Não obstante, a Editora Ágora também foi apresentada no referido Congresso e é uma das iniciativas de contribuição científica da Rede Ágora que tem por finalidade a difusão de produções acadêmicas de quaisquer áreas relacionadas a um ou mais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Professora Isabella Pearce, ao longo dos seus anos de docência universitária, observou que há inúmeros trabalhos monográficos, dissertações e teses que poderiam se tornar livros relevantes para o tema em questão. Desse modo, a criação de uma Editora específica para acolher trabalhos sobre Desenvolvimento Sustentável facilitaria a difusão do tema e o seu alcance contributivo. Já está em vista de lançamento a obra “Teoria Geral e Princípio do Desenvolvimento Sustentável: Conciliando Ambiente, Desenvolvimento e Justiça” de

⁵⁴ *Ibidem*

autoria da professora Isabella Pearce; também a obra “Desconstrução vs. Jurisprudencialismo: Como o Direito pode realizar a Justiça?” da Profa. Aline Sousa; bem como a obra coletiva contendo os artigos científicos apresentados no Congresso Internacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Esta iniciativa é coordenada pela Professora Isabella Pearce e pela Professora Aline Sousa, Diretora Científica da Rede Ágora⁵⁵.

Outra forma de difusão científica do tema do Desenvolvimento Sustentável é através dos Cursos fornecidos pela Rede Ágora. Já foram realizados e ainda estão disponibilizados de forma online para os inscritos o Curso de Resíduos Sólidos, ministrado pela Profa. Isabella Pearce e pelo Prof. Francesco Cerrato, Mestre em Engenharia Sanitária pela Universidade de Salerno e CEO da Virtú Ambiental (empresa de consultoria ambiental). Foi também realizado o Curso de Direito dos Animais, para falar das teorias gerais e dos deveres cuidados e proteção determinados no âmbito nacional e internacional, ministrado pela Profa. Isabella Pearce e pela Profa. Aline Sousa. Foi também ministrado pela Profa. Isabella Pearce o Curso de Gestão de Resíduos Sólidos para o Setor Portuário em parceria com a Universidade Federal do Maranhão, com o Porto do Itaqui e outras instituições⁵⁶.

Por fim, as outras contribuições científicas da Rede Ágora são realizadas através dos conteúdos difundidos nas suas redes sociais, através do quadro a “Rede Ágora Ensina”. Hadassa Pereira elabora conteúdos sobre educação ambiental; Aline Sousa, disponibiliza conteúdos sobre Direito dos Animais; Vitor Barata, advogado especialista em Direito Portuário e Diretor Jurídico da Rede Ágora, elabora conteúdos sobre Energias Renováveis e Política, e Bianca Muniz, estudante de direito e Diretora de Eventos da Rede Ágora, elabora conteúdos sobre curiosidades ambientais através do quadro

⁵⁵REDE ÁGORA. **Apresentação de artigos, projetos e iniciativas no Congresso Internacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xT2FNEJ4Bg8&list=PLtL-iLTA_p-7pfsSMHLk8QG0YHe_3Sx1I&index=6&t=9697s. Acesso em 21 de ago de 2021.

⁵⁶REDE ÁGORA. **página no Instagram**, 2021.

“Você Sabia?”. Isto sem esquecer dos conteúdos disponibilizados pela Profa. Isabella Pearce sobre temas diversos ligados à área do Desenvolvimento Sustentável⁵⁷.

Ações cívicas e diálogos em prol do desenvolvimento sustentável

Além de contribuições científicas, a Rede Ágora atua localmente de forma concreta, identificando problemas cotidianos na cidade de São Luís que podem ser resolvidos através de soluções sustentáveis. Dentre as mais recentes ações realizadas, tem-se a Ágora Itinerante, na qual são realizadas visitas técnicas em locais que apresentam problemas socioambientais, a fim de propor ou demandar soluções para o Poder Público. A última visita foi realizada em um lixão na Vila Nazaré em Paço do Lumiar (Maranhão), que está afetando severamente a saúde coletiva da população vizinha. A solução proposta como a mais conveniente e oportuna é a proposição de uma Ação Civil Pública, coordenada por Ludmilla Costa, advogada, professora e Diretora de Editais da Rede Ágora e pelo Advogado Vitor Barata, também Diretor Jurídico da Rede Ágora⁵⁸.

Ainda, o associado da Rede Ágora, Professor Alysso França, já contribuiu com um episódio para a Ágora Itinerante, no qual ele fala sobre os problemas ambientais decorrentes da má gestão de resíduos sólidos, demonstrando os impactos do lançamento irregular de resíduos no curso do rio Paciência, localizado na região do Parque do Itapiracó em São Luís do Maranhão⁵⁹.

⁵⁷*Ibidem*

⁵⁸REDE ÁGORA. **Apresentação de artigos, projetos e iniciativas no Congresso Internacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, 2021.

⁵⁹REDE ÁGORA. Ágora Itinerante no Rio Paciência, 2021. **Disponível em:** <https://www.instagram.com/p/CM0SNAMpocq/>. Acesso em 21 de ago de 2021.

Outra ação prática da Rede Ágora foi a Ágora de Artes, na qual, em virtude da pandemia pelo covid-19, foi realizada uma exposição *online* das fotografias de Muriene Ribeiro sob Curadoria de Danielle Segadilha chamada “âMAgo: andanças na baixada maranhense”, mostrando cotidiano das populações ribeirinhas da baixada⁶⁰. Há também o Bazar Moda-Arte coordenado por Bianca Muniz, que irá expor peças artísticas de moda em locais públicos daqui de São Luís.

Não obstante, a Rede Ágora também promove debates abertos em um modelo informal, interativo, acolhedor e reflexivo sobre obras literárias que abordam, de forma crítica, temas relacionados a um ou mais dos objetivos do desenvolvimento sustentável, sejam elas de livros, filmes ou séries televisivas. Tais projetos recebem o nome de “Ágora do Livro” e “Ágora do Cinema”, uma vez que as obras discutidas geram grande empatia do público, tornando possível refletir sobre temas densos como as desigualdades sociais, a mudança climática, a democracia, guerras e violência, de forma contextualizada, divertida, acessível e acolhedora, com a significativa profundidade. Dentre as obras cinematográficas já debatidas, houve a série da Netflix “O Expresso do Amanhã”, que relata a história de uma sociedade atingida por um grave congelamento global, que gerou graves fissuras sociais e terríveis desigualdades; o filme “Elysium”, que também aborda o tema da radicalização da desigualdade social acentuada pela catástrofe ambiental do planeta terra; o filme Wall-E, que traz grandes reflexões sobre o excesso da produção de resíduos sólidos⁶¹. Por sua vez, acerca das obras literárias escritas, debateu-se o livro “Sapiens: uma breve história da humanidade” do Yuval Noah Harari, que é considerado uma das obras mais impactantes das últimas décadas, permitindo não só analisar as origens da humanidade mas como os possíveis caminhos que poderemos tomar; as obras “Escravidão” de Laurentino Gomes e o “Pequeno Manual Antirracista” de Djamilia Ribeiro, no

⁶⁰REDE ÁGORA. **Exposição “âMAgo: andanças na baixada maranhense**, 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CMDbRrKAmjV/>. Acesso em 21 de ago de 2021.

⁶¹REDE ÁGORA. **página no Instagram**, 2021.

intuito de discutir profundamente o tema do racismo no Brasil; foi também discutida a obra “A Cidade do Sol” de Khaled Hosseini, com o intuito de refletir sobre o extremismo religioso do talibã, que atinge a vida de inúmeras mulheres, isto sem esquecer de outras obras⁶².

CONCLUSÃO

A Rede Ágora tem obtido a adesão e o apoio de diversos atores da sociedade civil, formando parcerias com instituições privadas e públicas para a realização das suas atividades. Contudo, sem a participação de pessoas físicas motivadas a contribuir com as suas próprias mãos, não seria possível construir um projeto tão amplo e diverso.

Trata-se de um grande exemplo prático de Governança e Democracia Participativa⁶³ promovido pela própria sociedade civil organizada, na qual diversos atores atuam conjuntamente para a realização de um objetivo comum, que é a construção de uma sociedade economicamente próspera, socialmente justa e ambientalmente mais sustentável. E o modo como tais objetivos são determinados e postos em prática é sempre dialógico, inclusivo, prezando pela diversidade de opiniões, uma vez que é necessário mais do que nunca criar pontes a promoção de desenvolvimento pleno, inclusivo e emancipatório, ou seja, desenvolvimento sustentável.

⁶²*Ibidem*

⁶³Governança Democrática e Democracia Participativa são conceitos amplamente explorados em: MONTEIRO, Isabella Pearce. **Teoria Geral e Princípio do Desenvolvimento Sustentável:** conciliando desenvolvimento, ambiente e justiça. Tese de Doutorado em Direito Público. Universidade de Coimbra, 2020, p. 128 e ss.

REFERÊNCIAS

CEDS. **Revista do CEDS**, 2014. Disponível em: http://sou.undb.edu.br/ceds/revista/edicao/1/1?utm_source=direto. Acesso em 21 de ago de 2021.

MONTEIRO, Isabella Pearce de Carvalho. **Projeto Ágora**. Site Isabella Pearce, 2021. Disponível em: <http://isbellapearce.com.br/#agora>. Acesso em 24 de jul. 2021.

MONTEIRO, Isabella Pearce. **Teoria Geral e Princípio do Desenvolvimento Sustentável**: conciliando desenvolvimento, ambiente e justiça. Tese de Doutorado em Direito Público. Universidade de Coimbra, 2020.

REDE ÁGORA. **Estatuto Social** São Luís, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1mcMrOLGqsUHiaqZWabL0Nffj4KBtUVot/view>. Acesso em 24 de jul. 2021.

_____. **Portifólio de Apresentação** São Luís, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1mcMrOLGqsUHiaqZWabL0Nffj4KBtUVot/view>. Acesso em 24 de jul. 2021.

_____. **Programação do Congresso Internacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, 2021. Disponível em: https://www.sympla.com.br/congresso-internacional-dos-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel__1258895. Acesso em 21 de ago de 2021.

_____. **Palestras do Congresso Internacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLtL-iLTA_p-7pfsSMHLk8QG0YHe_3Sx1I. Acesso em 21 de ago de 2021.

_____. **Apresentação de artigos, projetos e iniciativas no Congresso Internacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xT2FNEJ4Bg8&list=PLtL-iLTA_p-7pfsSMHLk8QG0YHe_3Sx1I&index=6&t=9697s. Acesso em 21 de ago de 2021.

_____. **página no Instagram,** 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/rede_agora_/. Acesso em 28 de ago de 2021.

_____. **Ágora Itinerante no Rio Paciência,** 2021. **Disponível em:** <https://www.instagram.com/p/CM0SNAMpocq/>. Acesso em 21 de ago de 2021.

_____. **Exposição “âMAgo: andanças na baixada maranhense,** 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CMDbRrKAmjV/>. Acesso em 21 de ago de 2021.